

GERLICE TEIXEIRA ROSA

ETHOS E ARGUMENTAÇÃO
DE SENHORINHA DINIZ EM
O SEXO FEMININO

Belo Horizonte

2011

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

Rosa, Gerlice Teixeira.

R789e Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino [manuscrito] / Gerlice Teixeira Rosa. – 2011.
136 f., enc. : il.

Orientador: Renato de Mello.

Área de concentração: Linguística do texto e do discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 117-122.

1. Diniz, Francisca Senhorinha da Motta – Biografia – Teses. 2. O Sexo Feminino (Revista) – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Retórica - Teses. 5. Estratégia discursiva – Teses. 6. Jornalismo – Séc. XIX – Teses. I. Mello, Renato de II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras III. Título.

CDD : 418

GERLICE TEIXEIRA ROSA

ETHOS E ARGUMENTAÇÃO DE SENHORINHA DINIZ EM O SEXO FEMININO

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística do texto e do discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Renato de Mello.

UFMG

Belo Horizonte

2011

O interesse na vida não está no que as pessoas fazem, nem em suas relações mútuas, mas principalmente no poder de comunicar-se com uma terceira parte, antagonista, enigmática, ainda que talvez persuasiva, o que alguns chamam de vida em geral.

Virginia Woolf

AGRADECIMENTOS

A Deus, que incondicionalmente esteve presente em cada escolha e em todos os momentos me instruiu.

À minha família, pelo apoio de sempre nos estudos. Aos meus pais, pela dedicação e pelo incentivo durante a minha vida escolar.

Aos meus irmãos, em especial, a Gerlaine, por me trazer a consciência e por ser o consolo nos momentos em que precisei; por me trazer a luz quando dela eu necessitava.

Ao Vinícius, pelo amor, pelo cuidado, pela confiança e por acreditar no meu potencial e me animar nos momentos de dificuldades.

Ao meu orientador, Prof. Renato, pelo zelo e pela competência que constituíram para mim o modelo de um bom pesquisador.

À Mariana, pelo apoio e pela amizade.

Ao CNPQ, pelo auxílio durante a pesquisa.

À banca examinadora, por ter aceitado prontamente o convite.

Aos amigos do POSLIN, que fizeram questionamentos teóricos e trouxeram novidades durante o curso de mestrado.

À Stella, por ter me despertado para a pesquisa e para o *feminino* durante as aulas de história da imprensa no Brasil.

À Mônica Melo, pela solidariedade durante a pesquisa.

Enfim, agradeço a todos aqueles que foram a imagem de Deus durante o tempo desta pesquisa.

Às mulheres que geram questionamentos, inquietações e despertam o interesse pela descoberta de si e do outro.

RESUMO

Esta dissertação objetiva refletir sobre a construção do *ethos* e da argumentação da jornalista Senhorinha Diniz no periódico *O Sexo Feminino*. Analisamos também as representações das demais mulheres da época inscritas no periódico e as dos homens que também compõem o público para o qual *O Sexo Feminino* se destina. A representação social do próprio periódico é também objeto de nossa análise. Através do instrumental teórico oferecido pela Análise do Discurso (AD), investigamos os contratos comunicacionais existentes nesse jornal do século XIX orientados pela sua materialidade e pela argumentação de sua proprietária.

Na pesquisa, levamos em conta os postulados da AD encontrados em vários autores, dentre eles, destacamos Maingueneau (2004), para referendar a nossa análise sobre a construção do *ethos*. As reflexões de Charaudeau (2006) sobre o *ethos* e os imaginários sociodiscursivos e as referências encontradas em Amossy (2005) adquiriram importância na análise da construção *ethótica* da jornalista. Fundamentam ainda nossa pesquisa os estudos de outros autores tais como Amossy (2006, 2007) e Plantin (2008) sobre argumentação, e Charaudeau (2004) sobre as visadas discursivas.

A análise das estratégias argumentativas utilizadas por Senhorinha Diniz é fundamental para a nossa compreensão da imagem construída por ela para seduzir seus leitores e garantir a sua adesão ao discurso de emancipação feminina. Observamos que a jornalista constrói no discurso imagens diversas a respeito de si, a respeito das mulheres e, conseqüentemente, a respeito dos homens. Com relação à autora, destaca-se o *ethos* da mulher instruída, condutora e mártir, que se dedica a esclarecer e a convencer seu público sobre a emancipação da mulher. A imagem da jornalista mescla-se à imagem das demais mulheres, que são vistas como fragilizadas e vitimadas, mas, ao mesmo tempo, como modelos da divindade. Os homens, por sua vez, são retratados por Senhorinha como injustos e insensíveis às necessidades femininas. Nessa inter-relação de imagens discursivas, o editorial de *O Sexo Feminino* aparece como o divulgador desse embate de vozes. É no editorial que a jornalista encontra espaço para falar de si, das demais mulheres e dos homens, o que proporciona o entrecruzamento das imagens que caracterizam as relações sociais e de gênero na sociedade brasileira do século XIX.

RÉSUMÉ

Cette dissertation a pour but d'étudier la construction de l'*ethos* et de l'argumentation de la journaliste Senhorinha Diniz dans le quotidien *O Sexo Feminino*. Nous analysons aussi les représentations des autres femmes de cette époque y inscrites et celle des hommes qui composent eux aussi le public pour lequel *O Sexo Feminino* est destiné. La représentation sociale du propre quotidien est aussi objet de notre analyse. À travers l'instrumental théorique de l'Analyse du Discours (AD), nous étudions les contrats de communication existants dans ce quotidien du XIX^{ème} siècle guidés par sa matérialité et par l'argumentation soutenue par sa propriétaire.

Dans cette recherche, nous utilisons les postulats des plusieurs auteurs de l'AD, parmi eux, Maingueneau (2004), pour authentifier notre analyse sur la construction de l'*ethos*. Les réflexions de Charaudeau (2006) sur l'*ethos* et les imaginaires sociodiscursifs ainsi que les travaux d'Amossy (2005) sont aussi importants pour l'analyse de la construction de l'*ethos* de la journaliste. D'autres auteurs tels que Amossy (2006, 2007) et Plantin (2008) qui travaillent l'argumentation, et Charaudeau (2004) avec les visées discursives contribuent pour le développement de la recherche.

L'analyse des stratégies argumentatives utilisées par Senhorinha Diniz est fondamentale pour notre compréhension de l'image construite par elle-même pour séduire les lecteurs et garantir leur adhésion au discours de l'émancipation féminine. Nous observons que la journaliste construit dans son discours plusieurs images concernant elle-même, les femmes et en plus les hommes. L'*ethos* de la femme instruite, conductrice et martyre, qui se consacre à éclaircir et convaincre son public sur l'émancipation de la femme est le plus saillant chez l'auteur. L'image de la journaliste se mélange à l'image des autres femmes, qui sont vues comme fragilisées et victimes, mais, en même temps, comme des modèles de divinité. Les hommes, à leur tour, ont le profil construit par Senhorinha comme des personnes injustes et insensibles aux nécessités féminines. Dans cette relation d'images discursives, l'éditorial de *O Sexo Feminino* apparaît comme le porte-parole de ce choc de voix. C'est dans l'éditorial que la journaliste trouve de l'espace pour parler de soi, des autres femmes et des hommes, ce qui rend possible le croisement des images qui caractérisent les relations sociales et de genre dans la société brésilienne du XIX^{ème} siècle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – O PERCURSO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO BRASIL DO SÉCULO XIX	13
1.1 A imprensa no Brasil do século XIX	14
1.2 A constituição e as características e do jornalismo no século XIX	18
1.2.1 A mulher na imprensa brasileira do século XIX	20
1.2.2 A vida e a obra de Francisca Senhorinha da Motta Diniz.	23
1.3 O periódico <i>O Sexo Feminino</i>	26
1.3.1 A estrutura do jornal	27
1.3.2 Um jornal dedicado aos interesses da mulher	29
1.3.2.1 Os leitores pretendidos e efetivos do periódico	30
1.3.2.2 A proposta do periódico	32
CAPÍTULO 2 – DIMENSÃO DO GÊNERO DISCURSIVO/TEXTUAL EM <i>O SEXO FEMININO</i>	34
2.1 Gênero textual/discursivo: levantamento teórico	35
2.2 Os gêneros no jornal	37
2.3 A proposta de delimitação do gênero em <i>O Sexo Feminino</i>	45
2.3.1 Os subsídios linguísticos e discursivos nos textos de primeira página de <i>O Sexo Feminino</i>	46
2.4 As visadas discursivas de Senhorinha Diniz	50
CAPÍTULO 3 – A ARGUMENTAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ADESÃO AO DISCURSO	54
3.1 A argumentação no discurso de Senhorinha Diniz	55
3.2 Os editoriais em <i>O Sexo Feminino</i> : imbricamento de estratégias racionais e emocionais	57
3.2.1 A emoção nas páginas de <i>O Sexo Feminino</i>	60
3.3 As vozes presentes no discurso de Senhorinha Diniz	62
3.3.1 A conquista da legitimidade: fala sustentada pelo discurso de outrem	64
3.3.2 O interdiscurso	67
3.3.2.1 O discurso científico como reafirmação do discurso da emancipação	68
3.3.2.2 O discurso religioso indicador da verdade	69

3.3.2.3 O discurso histórico como comprovação factual	71
3.3.2.4 O discurso educacional propulsor da emancipação feminina	73
3.4 A dualidade como índice constitutivo do discurso	75
3.5 A influência da mulher na educação dos filhos	78
CAPÍTULO 4 – A CONSTRUÇÃO ETHÓTICA DE SENHORINHA DINIZ: IMAGINÁRIOS DE SI E DOS	
OUTROS SOB O OLHAR DA JORNALISTA	82
4.1 Os <i>ethé</i> inseridos no discurso jornalístico	83
4.2 Um pouco mais sobre a noção de <i>ethos</i>	86
4.3 Os <i>ethé</i> prévios da jornalista Senhorinha Diniz	88
4.4 O fiador do discurso nos editoriais de Senhorinha Diniz	91
4.5 O <i>ethos</i> da jornalista Senhorinha Diniz como simulacro da emancipação feminina ...	92
4.5.1 Os <i>ethé</i> ditos de Senhorinha Diniz	92
4.5.2 Os <i>ethé</i> mostrados no discurso da jornalista	95
4.6 Os <i>ethé</i> das demais mulheres da época sob o olhar de Senhorinha Diniz	98
4.6.1 Os <i>ethé</i> ditos das demais mulheres sob o olhar de Senhorinha	99
4.6.2 Os <i>ethé</i> mostrados das demais mulheres do século XIX	101
4.7 Os <i>ethé</i> dos homens oitocentistas sob o olhar de Senhorinha Diniz	103
4.7.1 O Imaginário dos homens a respeito das mulheres de seu tempo	107
4.7.2 O discurso feminino endereçado também aos homens do século XIX	108
4.8 Os <i>ethé</i> do jornal <i>O Sexo Feminino</i> : espaço de embate de ideias	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116
ANEXO 1	123
ANEXO 2	124
ANEXO 3	125
ANEXO 4	131
ANEXO 5	133
ANEXO 6	136

INTRODUÇÃO

Apresentamos, nessa pesquisa de mestrado, reflexões que são fruto de três anos de trabalho com o periódico *O Sexo Feminino*. Trabalho que começou na graduação do curso de Jornalismo, quando tivemos contato com esse jornal; momento de descoberta, de encantamento com a proposta emancipatória das mulheres feita por uma delas na segunda metade do século XIX. Em nossa pesquisa de Iniciação Científica, demos os primeiros passos na tentativa de percebermos um discurso importante para a compreensão de quem foi Senhorinha Diniz e como era a sociedade em que vivia.

Agora, com o instrumental teórico oferecido pela Análise do Discurso, investigamos os contratos discursivos existentes naquele jornal, orientados pela sua materialidade e pela argumentação de sua proprietária. Propomos a abordagem da construção da imagem de Senhorinha Diniz, a fim de entendermos mais e melhor como se dá a construção do *ethos* da autora. Através de seu discurso, intencionamos mostrar como Senhorinha Diniz elabora sua argumentação e constrói seu *ethos* e das demais mulheres e homens de seu tempo.

A interdisciplinaridade é um elemento marcante nessa pesquisa. Acreditamos ser essa uma vereda relevante não só para a Linguística e para a Análise do Discurso, como também para áreas afins tais como a História, a Sociologia, a Antropologia e o próprio Jornalismo, pois trabalhamos com conceitos que perpassam todas essas áreas de conhecimento. Ao refletirmos sobre um veículo de comunicação datado do século XIX, retomamos essa situação comunicacional de produção de um discurso prioritariamente (mas não exclusivamente) direcionado a uma categoria específica da sociedade, a mulher. Nessa pesquisa, perpassamos alguns elementos da realidade sócio-histórica de veiculação do jornal e das ideias nele presentes, assuntos que tangenciam a História e Sociologia, dentre outras áreas de conhecimento. Nas análises e no processo de investigação do conteúdo veiculado no jornal, tangenciamos aspectos tanto da Linguística quanto do Jornalismo para a compreensão dos aspectos discursivos e argumentativos dos editoriais analisados. Na confluência de diferentes áreas de conhecimento, nos propomos a entender um pouco mais e melhor as representações sociais na sociedade brasileira no século XIX, além de conhecer e fazer conhecer Senhorinha Diniz, através de seu discurso.

O objetivo principal dessa pesquisa é, desse modo, refletir sobre a construção do *ethos* e da argumentação da jornalista Senhorinha Diniz no periódico *O Sexo Feminino*. Além da imagem de si construída pela jornalista, percebemos, no periódico, a representação das demais mulheres do século XIX que, juntamente com os homens,

constituem o público para o qual o jornal se destina. O referido jornal foi veiculado no Brasil na segunda metade do século XIX, inicialmente, na cidade de Campanha, Minas Gerais. O lançamento do periódico data de 1873, sob a responsabilidade editorial da proprietária Francisca Senhorinha da Motta Diniz. A partir de 1875, Senhorinha se muda para o Rio de Janeiro, onde continua a produzir o jornal. Nesta cidade, veicula 22 edições até o ano de 1876. Interrompe por alguns anos as publicações e as retoma em 1889, produzindo ainda mais 10 edições.

A análise das estratégias argumentativas utilizadas pela jornalista é fundamental para compreender o jogo de construção de imagem calcado pela jornalista no editorial para seduzir seus leitores e garantir a adesão dos mesmos ao seu discurso de emancipação feminina. Trazemos para essa pesquisa a noção de *visada discursiva*, cunhada por Charaudeau, para compreender a relação intencional existente no discurso envolvendo os interlocutores. Essa intencionalidade determina a expectativa do sujeito falante e ajuda-nos a compreender melhor as intenções que perpassam o discurso e, a partir delas, visualizar a possível imagem pretendida pelo enunciador na relação com seus destinatários. Segundo o autor, “... a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos” (CHARAUDEAU, 2006, p.86). No momento em que o sujeito toma a palavra, ele aciona diversos elementos no discurso, desde aspectos linguísticos e enunciativos responsáveis por definir o público para o qual esse sujeito se dirige, até a própria orientação discursiva e argumentativa dos enunciados.

Procuramos compreender como se dá a construção argumentativa de Senhorinha Diniz e as relações discursivas e interacionais existentes na elaboração de seu *ethos* e do das mulheres e homens de sua época, perpassando, assim, as representações sociais envolvidas na situação comunicativa. Percebemos que ao construir sua imagem, a jornalista constrói também o simulacro da mulher e do homem oitocentista. Esses imaginários, recuperados no discurso, revelam os sujeitos destinatários e também ampliam nossa visão do público leitor desse jornal, uma vez que ele é caracterizado, inicialmente na primeira página, como um periódico *dedicado aos interesses da mulher*. Em nossa análise, percebemos que esse direcionamento não é exclusivo ao público feminino, pelo contrário, dirige-se direta ou indiretamente ao universo masculino, seja pelo ataque feito a eles, seja pela sua convocação para uma mudança de posicionamento com relação às mulheres.

Desvelar o discurso em um periódico assumidamente idealista e argumentativo nos possibilitou vislumbrar o perfil das mulheres e dos homens do século XIX e as relações interpessoais existentes entre pais e filhas, maridos e esposas, homens e mulheres. Desse modo, a retomada histórica proposta no capítulo 1 está diretamente ligada ao capítulo analítico, o capítulo 4, uma vez que o discurso de Senhorinha Diniz se encarrega de *contar a história* das mulheres e marcá-la de maneira pessoal e categórica. No primeiro capítulo preocupamo-nos em recuperar elementos da história da imprensa e, conseqüentemente, da imprensa feminina que surgia timidamente a partir dos anos de 1820. O capítulo 2 se encarrega de trazer elementos teóricos pertinentes à nossa pesquisa, especialmente no que diz respeito ao gênero discursivo. A partir dessa retomada sobre questões relativas a gênero, discutimos também aspectos estratégicos do discurso da jornalista. Reflexões sobre argumentação e estratégias enunciativas compõem o capítulo 3, no qual abordamos não só a teoria como também procedemos a visualização de seu uso nos editoriais pesquisados. No capítulo 4, apresentamos, com mais profundidade a imagem de Senhorinha Diniz e a representação da sociedade brasileira no século XIX a partir do discurso presente nos editoriais publicados por uma mulher sobre as mulheres e homens de sua época, além do próprio periódico *O Sexo Feminino*.

CAPÍTULO 1

O PERCURSO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

1. A imprensa no Brasil do século XIX

Neste capítulo apresentamos um panorama da imprensa no Brasil do século XIX, com ênfase nas influências sofridas pelo jornalismo durante esse período. Centramos a atenção na constituição do jornalismo como forma de expressão social e como instrumento de propagação de ideias. Propomos também uma reflexão sobre a inserção da mulher no mundo das letras, para, na sequência, apresentarmos nosso *corpus* de análise, o jornal *O Sexo Feminino* e sua jornalista responsável, Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

A chegada de d. João VI e da corte portuguesa ao Brasil foi bastante significativa para o crescimento e o desenvolvimento da colônia. Segundo Meirelles (2008), as transformações advindas da chegada da corte ao país se deram, principalmente, no âmbito político, administrativo, cultural e econômico, delineando uma nova estrutura para a colônia. A família real se instalou no Rio de Janeiro em 1808 e impôs um novo ritmo de vida para a sociedade fluminense: “... para além da convivência com a figura do príncipe regente e de seus cortesãos, aproximadamente 15 mil pessoas a mais passaram a habitar o Rio de Janeiro” (MEIRELLES, 2008, p.65). Por conseguinte, era preciso oferecer condições para a permanência da corte na colônia. Romancini e Lago (2007, p.22) elencam alguns dos empreendimentos práticos implantados por d. João VI no Rio de Janeiro: fundação do Banco do Brasil, criação do Jardim Botânico, da Academia de Belas Artes e do Museu Nacional, ampliação da instrução com a abertura de novas escolas (em particular para o Rio de Janeiro) e melhorias urbanas na cidade. Juntamente com essas iniciativas, o príncipe regente trouxe a prensa tipográfica para a colônia, o que proporcionou a implantação da imprensa brasileira.

Enquanto que na Europa, a tipografia surgiu no século XV, nas Américas essa atividade teve início apenas no século seguinte. Especificamente no Brasil, os primeiros registros de prelos tipográficos são do século XVII, durante a ocupação holandesa. Houve também a iniciativa de um impressor que, no Recife, estampava letras de câmbio e orações devotas. Todas essas empreitadas foram, entretanto, abortadas na época, pela coerção das autoridades. Somente a partir de 13 de maio de 1808 a imprensa foi instituída oficialmente no território brasileiro, com o decreto assinado pelo príncipe regente, d. João VI (BRASIL, 1836, p.16):

Tendo-Me constado, que os Prelos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva interinamente da Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomaticos, que emanem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração á mesma Secretaria [...]¹

Desse modo, devido à necessidade de oficializar e divulgar os decretos e “papéis diplomáticos”, a corte instituiu a imprensa brasileira, com o maquinário português que foi trazido para o Brasil.

Havia, especialmente no início do século XIX, o temor de que os princípios, dos ideais da Revolução Francesa se espalhassem pelo Brasil. Daí, a preocupação da corte em controlar o que se escrevia, se publicava e se lia na colônia. Foi necessária, então, a criação de uma junta administrativa formada por censores régios, responsáveis por avaliar as obras produzidas antes de serem impressas. Para Morel (2008, p.23), “... a censura prévia aos impressos era exercida, no âmbito dos territórios pertencentes à nação portuguesa, pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício)”. O cargo de censor era desempenhado por vários homens de letras nascidos na América portuguesa. Consta na legislação brasileira dos oitocentos que a junta administrativa tinha a função de “... examinar os papéis e livros que se mandarem publicar, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes” (BRASIL, 1836, p.29). Esses homens ilustrados, inspirados pelas ideias da Ilustração (Iluminismo), primavam pela organização e construção de uma nova sociedade, direcionada para o progresso. Entretanto, eles temiam uma revolução nos moldes franceses e atentavam para selecionar o conteúdo intelectual e artístico que entrava no país, dessa forma, “... nada se imprimia sem a censura prévia: os originais eram encaminhados à Imprensa Régia, por aviso da secretaria de estrangeiros e da Guerra, e examinados pelos censores régios e pelo Desembargo do Paço” (NEVES & FERREIRA, 1989, p.114).

Mas, apesar da censura aos impressos no país, os ideais de liberdade chegavam às terras brasileiras, seja por contrabando de livros e outros impressos, seja por falta de conhecimento dos censores no que diz respeito às obras e aos títulos, ou, ainda, pela

¹ Optamos por conservar a grafia original nos textos utilizados nessa pesquisa, inclusive os de Senhorinha Diniz, tal como eles foram escritos no século XIX.

formação que a elite brasileira obtinha na Europa através do contato com a literatura de cunho liberal e iluminista.

A experiência pioneira da imprensa no Brasil foi realizada por Hipólito da Costa, ao dirigir *O Correio Braziliense*. O jornal era produzido em Londres e veiculado no Brasil de 1808 até 1822. Outra publicação periódica importante para o país foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançada em setembro de 1808. Ela “... seguia o padrão das gazetas européias do Antigo Regime, que circulavam na esfera do Estado absolutista, campo de disputas simbólicas e não de referências monolíticas”, conforme afirma Morel (2008, p.30). Ainda assim, grande parte das notícias era importada da *Gazeta de Lisboa* e dos jornais europeus. Por ser a imprensa oficial da corte, nela se publicavam notícias sobre as famílias reais européias, com destaque para a família portuguesa. Em contrapartida, não podia haver nenhuma publicação contra os princípios morais, religiosos e tampouco contra o governo. As atividades da *Gazeta do Rio* findaram-se em 1822, com os movimentos de independência no país.

Para Morel (2008), o momento crucial de formação da opinião pública no Brasil situa-se entre os anos 1820 e 1821, período que antecede a independência e traz mudanças na estrutura política de Portugal e de seus domínios na América. Como pontua Meirelles (2008, p.187), “... devido à Revolução do Porto² e sua repercussão dos dois lados do Atlântico, impunha-se uma nova cultura política que se delinaria ao longo de 1821 e 1822, também no nascimento de um novo vocabulário político dos homens ilustrados”. A Revolução do Porto trouxe ao Brasil o benefício do decreto de 2 de março de 1821, que suspendia a censura prévia para a imprensa em geral.

A partir da liberação das atividades impressas, a publicação de livros, jornais e folhetos teve um aumento significativo. Segundo Meirelles (2008), nos anos de 1821 e 1822 surgiram panfletos e jornais que traziam questões de caráter político sobretudo. Novas tipografias foram fundadas, com o objetivo de dinamizar as impressões no país. Morel e Barros (2006a, p.25) falam do surgimento de uma opinião pública no momento que antecede a independência do Brasil e dá espaço para questionamentos e discussões de caráter público:

O que se vê no Rio de Janeiro mais do que o surgimento de uma imprensa periódica e regular, é uma considerável proliferação de

² A Revolução Constitucionalista do Porto (1820), movimento liberal que, entre outros pontos, exigiu a volta de d. João VI a Portugal, teve grande influência no processo que conduziria à independência do Brasil, cf Romancini & Lago, 2007, p.29.

outros tipos de impressos, não-periódicos, como brochuras, manifestos, proclamações, denúncias, etc.

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil viveu a grande expansão dos periódicos. De acordo com Romancini e Lago (2007, p.53), o Segundo Reinado marca o aprimoramento da imprensa em uma primeira modernização no maquinário. Surgem as campanhas relacionadas à abolição da escravatura e à proclamação da república. Outro destaque dado pelos pesquisadores é o surgimento do periodismo satírico e das ilustrações. Os periódicos, em sua maioria, eram panfletários de ideais, propostas e convicções sociais. Eles se caracterizavam pelo aspecto doutrinário e pela redação quase individual atribuída ao redator, geralmente dono do periódico. Sobre os redatores desse período, Morel e Barros (2006a, p.29) afirmam:

Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República das Letras, os letrados, os esclarecidos, ou seja, a opinião apontava como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava à propagação das Luzes do progresso e da civilização – e, por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação.

Com a chegada da corte, o Brasil experimentou um desenvolvimento cultural e intelectual que deu espaço para a formação de um público consumidor. O jornal era considerado um veículo de expressão moderna, espaço para instrução, formação, debate político e publicização de ideias. Um dos fatores que contribuiu para o maior alcance desse veículo de comunicação foi a chegada do folhetim nas páginas dos periódicos. O espaço, geralmente ao pé da primeira página do jornal, era destinado às publicações literárias periódicas. Vários romances da literatura brasileira foram publicados em folhetins e só posteriormente compilados em livros. Sob o olhar do folhetinista, os principais acontecimentos da semana eram reunidos em textos recheados de crítica e de uma visão particular sobre a sociedade brasileira.

Os folhetins proporcionaram o aumento das tiragens e das vendas avulsas, uma vez que as assinaturas não eram tão comuns. Ainda que poucas mulheres soubessem ler, elas participavam desse universo de leitores, compartilhando os relatos dos folhetins através das leituras coletivas: “... o público feminino foi importante para o desenvolvimento da literatura romântica e conseqüentemente da imprensa, já que os romances de folhetim impulsionavam a vendagem dos jornais” (MOREL & BARROS,

2006b, p.59). Dessa maneira, a mulher também fazia parte do universo de leitores pensado pelos escritores de romances e folhetins no século XIX. A prática de leituras coletivas era comum e frequente desde fins do século XVIII, como relata Jancso (1997, p.406): “Era hábito dos letrados reunirem-se para a leitura coletiva de textos de interesse comum”. O espaço público adquire importância na formação de leitores, na medida em que é a partir dele que determinados grupos se instruíam e formavam opinião a respeito daquilo que era lido e comentado em público. De acordo com Silva (2002, p.25):

... os grupos sociais, controlados ou excluídos pela nova lógica da vida moderna, passaram a buscar formas de resistência através do ato da leitura coletiva e em voz alta, na contramão da ideologia individualista. Dessa forma, operários e mulheres formavam grupos de leitura, trocavam cartas, liam e procuravam textos de todos os tipos que denunciassem a face controladora e excludente das grandes cidades burguesas, ao mesmo tempo, que rejeitavam publicações de caráter moralista.

Esse perfil do leitor e da forma como a leitura era praticada no século XIX contribui para a nossa compreensão a respeito do ambiente no qual se formava e se consolidava o jornalismo no Brasil.

1.2 A Constituição e as características do jornalismo no século XIX

O jornalismo do século XIX tangenciava, em muitos aspectos, a literatura. De acordo com Morel e Barros (2006b, p.63), “... levou bastante tempo para que as características do fazer jornalístico fossem sistematizadas, para que o jornalismo deixasse de se confundir com a literatura e adquirisse elementos próprios, tornando-se um campo de saber singular”. A confluência entre jornalismo e literatura era visível no século XIX, uma vez que o espaço dos escritores era também o jornal, lugar das críticas, escrita de artigos e publicação dos folhetins. Essa ligação é perceptível também nas configurações atuais do jornalismo, como observamos a partir do advento do *New Journalism*, na década de 1960. Segundo Wolfe (1976, p.18) “... um novo e curioso conceito, vivo o bastante para inflamar os egos, havia decidido invadir os diminutos confins da esfera profissional da reportagem. Esta descoberta [...] consistiria em tornar possível um jornalismo que fosse igual a um romance”. No estudo da gênese do jornalismo no século XIX, percebemos que o novo conceito de “new journalism” já

fazia parte da configuração jornalística desde a sua origem, feitas as devidas ressalvas de estruturação, abrangência e de configuração temporal.³

A fase de debate político na imprensa, iniciada com mais ênfase a partir de 1821, era caracterizada pelo tom das leituras coletivas de que falamos há pouco, fato que confirma e propicia o caráter panfletário e idealista dos jornais. Ainda de acordo com Morel & Barros (2006a, p.45):

As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política. Pontos de venda dos impressos, leituras coletivas, cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporavam-se ao cotidiano da população. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.

A natureza do trabalho do redator estava, portanto, vinculada às suas próprias escolhas editoriais, às suas propostas argumentativas para o alcance do público destinatário e às reflexões elaboradas diante da realidade experienciada por ele. Dessa maneira, o olhar e o foco dado aos fatos são fundamentais para reconhecermos as ideias veiculadas nos jornais desse período. Conforme Buitoni (2009, p.32):

O formato panfleto dominava o ambiente jornalístico, fruto do clima de transformações da época. Era comum surgirem novos jornais todas as semanas, que não passavam de dois ou três números. O jornalismo era a voz das correntes políticas que se defrontavam em polêmicas impressas, muitas vezes fundadas em boatos e difamações.

A imprensa oitocentista foi marcada pela intensa comunicação entre os periódicos e seus redatores. Através deles, as pessoas manifestavam publicamente suas opiniões, encontravam aliados, conheciam as propostas de outros jornalistas e, assim, contribuíam para a formação e a difusão desse novo espaço público.

A maior parte das impressões correspondia às vendas avulsas e não às assinaturas, como já dissemos. Como o jornalismo era uma realidade ainda recente, somente alguns cidadãos mais ilustrados faziam a assinatura de um periódico,

³ Acreditamos não caber nessa pesquisa a discussão aprofundada sobre o *new journalism*, sua formação, suas características e suas propostas. Apenas citamos essa forma do fazer jornalístico por considerá-la relevante para o entendimento da proximidade entre jornalismo e literatura.

conscientes talvez da importância de assumir determinado posicionamento a partir do que era publicado.

Concomitantemente à formação de um público leitor, surgem, no século XIX, esboços da imagem do profissional jornalista. Este destinava suas palavras a uma coletividade que partilhava com ele questões sociais e políticas específicas daquele momento e demonstrava ter uma preocupação especial com a linguagem, com as escolhas e o teor das notícias veiculadas, enfim, com a atividade que desenvolvia. O jornalista precisava, assim, estar atento aos acontecimentos diários e semanais, com a forma como as notícias deveriam ser registradas em seu periódico. Ele encontrava no jornal o espaço para comentar fatos, para expor seus pensamentos e, desse modo, articulava, consciente ou inconscientemente, a construção de sua imagem à função que ele assumia: a de relatar, narrar, comentar e, dessa maneira, ser também um formador de opinião.

A imprensa circunscreveu, e ainda hoje circunscreve, um espaço de reflexões, um meio de expressão de ideias. Essa constituição da imprensa oitocentista pode ser melhor compreendida, a partir do que diz Morel (2008, p.25)

O periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estancada a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.

Nota-se, portanto, a articulação política, econômica e social que a imprensa proporcionou para a sociedade brasileira do século XIX. O instrumento de comunicação e propagação de ideias – no caso, o periódico – assumiu um espaço na sociedade que permitiu e incentivou a constituição do debate e da formação da opinião pública.

1.2.1 A mulher na imprensa brasileira do século XIX

O século XIX é marcado pela pequena atuação feminina no universo das letras. Nos anos oitocentos, a presença da mulher não era muito comum no ambiente escolar:

... apenas na segunda metade do século XIX um número razoável de mulheres são tidas como alfabetizadas, que se interessavam pela poesia e os romances-folhetins, muitas vezes saboreados em conjunto, lidos pelas pessoas de maior talento teatral e voz mais harmoniosa, enquanto a família, ao redor, escutava avidamente... (MOREL & BARROS, 2006b, p.60)

A participação restrita da mulher no ambiente escolar não impedia totalmente o envolvimento dela com a leitura e a escrita, que aos poucos começava a fazer parte de sua realidade, mesmo que de maneira indireta como as leituras coletivas⁴. Em sua pesquisa sobre imagens de mulheres públicas, Perrot ressalta as palavras e os lugares que eram comuns às mulheres no século XIX, especialmente no contexto da imprensa europeia.

Inicialmente a imprensa é um mundo masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando. Não sem dificuldade. Os cafés, círculos e clubes, as salas de leitura, onde se lêem principalmente os jornais, são reservados aos homens. Todavia, as mulheres insinuavam-se no jornal pelos rodapés – a parte de baixo das páginas dos jornais – que lhes era progressivamente reservados, sob forma de crônicas de viagens ou mundanas e sobretudo de romances-folhetins, cada vez mais femininos por suas intrigas, suas heroínas e até por sua moral. Mesmo assim, esse prazer da leitura continuava sendo um prazer escondido... (PERROT, 1998, p.77)

Como nos mostra Perrot, por terem tido espaço restrito na participação da sociedade, as mulheres se integraram lentamente à vida intelectual brasileira. O fato de poucas delas terem acesso aos estudos e à leitura dificultava (mas não impedia) sua inserção no ambiente jornalístico. Algumas dessas mulheres alfabetizadas arriscavam e expunham seus trabalhos literários e suas reflexões no novo meio de comunicação que se firmava no Império. Para Martins (2008, p.67) “... coube às mulheres produzir significativos títulos daquela imprensa periódica, dando visibilidade para o universo feminino enquanto se colocavam num mercado predominantemente masculino”.

Em função desse aprendizado contido e tardio das mulheres, sua presença nos jornais enquanto escritora pode ser observada apenas a partir de 1823, no *Sentinella da Liberdade*, de Cipriano Barata. Nesse jornal, elas assinam os primeiros manifestos reivindicando direitos de cidadania e participação na vida pública. Buitoni (2009, p.32)

⁴ Voltaremos a falar sobre a questão das mulheres e suas condições de vida no século XIX, mais adiante, no capítulo 4, momento em que nos dedicaremos mais detalhadamente ao estudo do *ethos*. A imagem da mulher oitocentista será analisada por nós a partir das análises discursivas dos editoriais

afirma que o primeiro periódico dirigido por mulheres no Brasil foi *O Espelho Diamantino*, publicado em 1827 com o subtítulo: “Periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras”.

Mas há outras experiências de mulheres na imprensa brasileira que se consolidaram ao longo do século XIX. Como relata Bernardes (1989, p.103), o *Jornal das Senhoras*, fundado em 1852 por Joana Paula Manso de Noronha, “... convidava todas as senhoras dotadas de inteligência a apresentar suas produções literárias sob o anonimato...” e trazia o subtítulo de “Modas, literatura, belas artes, teatros e crítica”. Buitoni (2009), em seu trabalho sobre a representação da mulher na imprensa brasileira, lista 38 periódicos escritos por mulheres e, sobretudo, para as mulheres, veiculados no Rio de Janeiro de 1850 até o final do século XIX. Segundo a autora, outros estados tais como Pernambuco, Piauí e São Paulo testemunharam a atuação feminina na imprensa. Destacamos, aqui, alguns títulos de jornais enumerados por Buitoni (2009) e que foram publicados no mesmo período de veiculação de *O Sexo Feminino: O Jornal das Famílias* (1863-1878), que foi impresso em Paris e abordava assuntos de moda, receitas e conselhos de beleza; *O Domingo* (1873-1875), que versava sobre literatura e moda, sob a direção de D. Violante A. X. de Bivar e Velasco; *O echo das Damas* (1885-1889), de propriedade de Amélia Carolina da Silva e Cia; *A Família* (1888-1889), de propriedade de Josephina Alvares de Azevedo, dedicado à educação da mãe de família, além de *A Pérola* (1889), folha literária bissetimanal “... dedicada ao belo sexo”.

As publicações de mulheres assumiam, portanto, seu caráter particular, de contestação, de exposição do seu pensamento sobre sua condição na sociedade dirigido, sobretudo, a um público também composto de mulheres, um público que se formava timidamente e muitas vezes no anonimato. A instrução e a formação de uma sociedade letrada masculina faziam parte do projeto de transformação da sociedade, especialmente a fluminense. A prática da leitura era vista como um ponto essencial para o saber erudito, para a formação de uma elite intelectual. E as mulheres da época, ainda que uma minoria, tiraram proveito disso.

A relação entre leitura, mulher e sua representação no século XIX pode ser percebida nos registros históricos dos periódicos, uma vez que estes podem ser vistos como relatos de uma época, de uma sociedade, como ressalta Nascimento (2004, p.3): “É importante destacar que a imprensa teve um papel muito importante na formação do pensamento feminino e acompanhou todo o processo de emancipação da mulher, ora apoiando, ora contestando”.

Em mais um exemplo de como as mulheres escreviam e se valiam dos jornais, Buitoni (2009, p.47) esclarece que, dentre os vários objetivos, havia a exposição e a defesa de suas ideias, na busca de conscientizá-las de sua condição, de sua situação política e social:

No século XIX, encontramos duas direções bem definidas na imprensa feminina: a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades “femininas”; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação.

Nosso *corpus* se insere nesse modelo de imprensa, feita por mulheres e, sobretudo, para mulheres. Uma imprensa progressista que, como veremos na proposta da jornalista Senhorinha Diniz, é a de uma emancipação racional da mulher, passando, necessariamente pela educação. Em razão dessa postura, Senhorinha é vista por alguns como uma pré-feminista, por apresentar em seu discurso esses elementos de liberdade, mas, ao mesmo tempo, ainda ligada a questões tradicionais da época, como o papel da mulher no lar como esposa, mãe e educadora. Apresentamos, na sequência, fragmentos da biografia de Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

1.2.2 A Vida e a obra de Francisca Senhorinha da Motta Diniz

Ao longo de nossa pesquisa, o levantamento dos dados biográficos de Senhorinha Diniz foi de grande importância para a compreensão e para o entendimento do discurso por ela sustentado nas páginas do jornal. Dessa maneira, consideramos que essas informações são válidas e preciosas para a construção da imagem prévia da jornalista, conforme afirma Amossy (2006, p.221) “... o *ethos* discursivo mantém relação estreita com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a idéia que este faz do modo como seus alocutários o percebem”. Os elementos aqui apresentados serão, desse modo, importantes para a construção do *ethos* de Senhorinha e que, por essa razão, serão retomados ao longo da dissertação.

Senhorinha Diniz é apresentada por Nunes (2008, p.6) como uma mulher de “... reconhecida cultura e ousadia, amiga de D. Pedro II, professora primária e empreendedora”. A jornalista nasceu em São João Del Rey, Minas Gerais. Porém, não obtivemos o registro da data exata de seu nascimento. Soubemos, entretanto, que Senhorinha foi filha de Eduardo Gonçalves da Motta e Gertrudes Alves de Mello

Ramos. Casou-se com José Joaquim da Silva, professor da Escola Normal de Campanha, advogado e proprietário do jornal *O Monarchista* e tiveram três filhas: Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado. Várias informações sobre a família da jornalista são reveladas nos textos de *O Sexo Feminino*, que a jornalista assina conjuntamente com suas filhas.⁵

Segundo Andrade (2006, p.21), “... suas primeiras experiências no magistério são de 1854, quando trabalhava, provavelmente como professora na Vila de Uberaba, Minas Gerais”. A fundação da Escola Normal em Campanha, por exemplo, foi exaltada por Senhorinha em *O Sexo Feminino* logo na primeira edição, o que parece demonstrar seu interesse, seu engajamento e sua dedicação à educação das mulheres:

A Campanha tem de gravar em letras de ouro nas paginas de sua historia o dia 7 de Janeiro de 1873, dia memoravel que veio proporcionar ás jovens campanhenses o importante e feliz ensejo de se instruirem, ornando os seus nomes com o honroso qualificativo de *normalistas*. (DINIZ, 1874⁶, p.1)

Na seção *Collaboração* da primeira edição de *O Sexo Feminino* (7 de setembro de 1873), a jornalista lista os nomes de todas as “... jovens mineiras *normalistas e ouvintes* que frequentão o 1º *anno* da escola normal”. Dentre os nomes, estão duas das filhas de Senhorinha: Amélia Augusta Diniz, como *normalista* e Albertina Augusta Diniz, como *ouvinte*. Nessa mesma edição, a jornalista revela que seu marido, José Joaquim da Silva Diniz, “... ocupava a regência da primeira cadeira de professor do 2º ano da escola normal”. Francisca Diniz também foi uma das professoras convidadas para lecionar na Escola Normal:

... é também logo nomeada, para reger a cadeira de aula prática, a ilustre escritora D. Senhorinha da Motta Diniz e a quem iria caber a glória de fundar ali, na própria Campanha da Princeza a imprensa defensora dos direitos da mulher no Brasil [...] (VALADÃO, *apud* ANDRADE, 2006, p.25)

⁵ Esses dados constam no exemplar de 8 de outubro de 1889. No jornal *O Sexo Feminino*, elas assinam: “As Directoras, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e suas filhas”. Há outro registro no periódico de 5 de setembro de 1875 no anúncio do colégio Nossa Senhora da Penha, onde lemos: “... a diretora é secundada em todos os trabalhos clássicos e colegiais por suas três filhas. D.D. Amélia, Albertina e Elisa Diniz”.

⁶ Valemo-nos de outras edições de *O Sexo Feminino* que não fazem parte do nosso *corpus*, mas que consideramos relevantes para o desenvolvimento da nossa investigação por revelarem informações necessárias para a compreensão do periódico e da atuação da jornalista. Tais trechos dos periódicos estão identificados pela data de sua veiculação nas citações entre parêntesis.

Em mais um exemplo de seu envolvimento com a educação, Senhorinha fundou, juntamente com Maria Constança de Sá, o Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, no Rio de Janeiro. O anúncio foi divulgado no jornal *O Sexo Feminino* (29 de julho de 1875):

Sobre o modelo dos úteis estabelecimentos conhecidos na Inglaterra como *Infant Schools*, abre-se esta nova instituição na casa acima a datar do dia primeiro de agosto próximo. Recebem-se meninos de 4 até 10 annos, aos quaes, conforme a sua idade, será conferida pelos melhores methodos, a conveniente instrucção; correspondendo ao quadro de ensino elemental do 1º e 2º grão. A grande experiência e pratica de ensino que tem as Directoras, é mais uma garantia de rápido aproveitamento, conciliando-se ao mesmo tempo, os desvellos todos maternas, próprios ao período de vida em que se acham nos alumnos. (DINIZ, 1875, p.4)

Além do magistério, Senhorinha Diniz dedicou-se à imprensa. Fundou, em 1873, o periódico *O Sexo Feminino* e manteve suas edições até 1889. Em 1880, redigiu os semanários *A Primavera* e *a Voz da Verdade*, no Rio de Janeiro. Colaborou ainda com a revista semanal de moda *Estação*, que foi publicada entre 1879 e 1904. Senhorinha também escreveu o livro *A judia Rachel*, com a colaboração de sua filha Albertina Diniz. A obra foi editada e publicada no Rio de Janeiro por José de Assis Climaco Reis, na tipografia Reis, em 1886.

O lançamento de *O Sexo Feminino*, em 1873, revela a ousadia da redatora, não só por veiculá-lo, mas também por propor a temática feminina em um periódico que carrega o nome desse grupo: *o sexo feminino*.

O exercício jornalístico de Senhorinha é oportuno para que ela dê mais um passo na construção de sua própria identidade. O jornal oferece espaço para que a redatora identifique-se, exponha sua opinião, coloque seu posicionamento acerca da sociedade e revele a imagem que possui da sociedade brasileira do século XIX, especialmente das mulheres, construindo, assim, também os *ethé* das mulheres de sua época, além do *ethos* de si mesma. Vemos, assim, surgir uma imagem daquela que escreve para o jornal *O Sexo Feminino*, como uma projeção de Senhorinha Diniz para o impresso. Maingueneau (2004, p.98) aborda essa co-construção que conta, por um lado, com o enunciador, em seu próprio enunciado e, por outro, o leitor, ou melhor, o fiador desse mesmo enunciado, também responsável pela construção da imagem do enunciador:

O texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito. (MAINGUENEAU, 2004, p.98)

Desse modo, a representação da jornalista e da sociedade do século XIX pode ser percebida através dos *ethé* que permeiam esse discurso jornalístico feminino oitocentista. Veremos que a imagem de Senhorinha aparece, quase sempre, vinculada aos relatos grafados no periódico. Entretanto, com o término das edições, em 1890, as informações sobre a jornalista e escritora tornam-se escassas, não são facilmente encontradas, mesmo em arquivos e outras publicações periódicas. Com o intuito de compreender melhor a chegada desse periódico nas Minas Gerais dos anos oitocentos, apresentamos, na próxima seção, um histórico do jornal de propriedade de Francisca Senhorinha Diniz.

1.3 O periódico *O Sexo Feminino*

O primeiro ano de edição do jornal (1873-1874) foi produzido na cidade de Campanha de Minas, no sul do estado. O jornal era impresso na tipografia do marido de Senhorinha Diniz, José Joaquim da Silva. Em 1875, Senhorinha Diniz mudou-se, juntamente com o marido e as filhas, para o Rio de Janeiro com uma proposta para lecionar na Corte. Desse modo, a partir de 22 de julho de 1875, o jornal passou a ser impresso na cidade do Rio de Janeiro. *O Sexo Feminino* reaparece em seu terceiro ano de edição, em junho de 1889 e dura alguns meses até sofrer alteração no nome, passando a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Todas essas informações encontram-se registradas no próprio jornal, que se tornou um grande meio de comunicação entre Senhorinha Diniz e seus leitores:

É este pois o ultimo numero do *Sexo Feminino* que com chave de ouro, em um dia de entusiasmo e de jubilo nacional, vem encerrar o seu primeiro anno.

D'ora em diante será esta folha editada na corte, d'onde opportunamente me dirigirei aos leitores, e aos meos illustrados collegas com quem permuto este semanario. (DINIZ, 1874, p.1).

O jornal trazia a seguinte descrição como subtítulo: *semanário dedicado aos interesses da mulher*. Esse termo permanece durante os dois anos de veiculação do jornal e funciona como uma espécie de identificação, de *ethos* do periódico e um adiantamento do assunto a ser abordado em seu interior. No terceiro ano, essa frase de identificação é modificada e passa a ser: *semanário literário, recreativo e noticioso dedicado especialmente aos interesses da mulher*. As expressões complementam e direcionam o periódico ao público feminino, aos interesses da mulher, segundo a lógica e a proposta do jornal *O Sexo Feminino*. Na capa, lemos também uma frase do filósofo Aimé Martin⁷: “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”. A frase revela o posicionamento da redatora sobre o papel da mulher em sua relação com o homem e funciona para o leitor como mais um indício do conteúdo a ser tratado no interior do jornal.

As redatoras do jornal eram principalmente da família de Senhorinha Diniz – ela, como redatora principal, e suas três filhas, como colaboradoras: Amélia, Albertina e Elisa Diniz. Essas informações são logo apresentadas na primeira página do periódico: “proprietária e redatora D. Francisca S. da M. Diniz – colaboradoras, diversas”.

1.3.1 A estrutura do jornal

O jornal seguia o padrão da época: quatro páginas, formatação simplificada, ainda sem gravuras, apenas com bordas e enfeites em alguma seção. A primeira página (ou capa) contava com cabeçalho, contendo o nome do jornal, o preço das assinaturas mensais e por semestre, a data de publicação, a cidade onde era impresso e o nome das colaboradoras do jornal.

Os textos estão dispostos em duas colunas, dessa forma a leitura fica direcionada sempre para um ou outro canto da página, algo diferente do que observamos atualmente nos jornais. Hoje, encontramos jornais divididos em mais colunas com a intenção de dinamizar a leitura e não cansar a vista dos leitores. Na sequência, fotocópia de um exemplar de *O Sexo Feminino*:

⁷Louis Aimé Martin (1786-1847) pedagogo e filósofo francês, escreveu a obra *De l'éducation des mères de famille ou de la civilisation du genre humain par les femmes*, publicada em 1834, em Paris.



Figura 1- Capa do jornal *O Sexo Feminino* - 7 de setembro de 1873

Percebemos ainda que os anúncios eram apresentados na página final do periódico, divulgando festas, apresentações de teatro, produtos de beleza, revistas e serviços como as traduções oferecidas pela filha de Senhorinha, Elisa Diniz e o sistema de internato dos colégios para meninas.

A tiragem do jornal era de 800 exemplares, número significativo se levarmos em conta a baixa escolaridade da população nesse período e o grande número de analfabetos do país. Como afirma Nunes (2008, p.1) “Campanha, em 1872, conforme o recenseamento da época, possuía pouco mais de 20 mil habitantes, sendo que apenas

1458 mulheres sabiam ler e escrever, cerca de 7% da população total”. Cabe ressaltar que, ao iniciar a publicação no Rio de Janeiro, Senhorinha promove a reimpressão dos 10 primeiros exemplares, segundo ela, para agraciar os moradores do Rio de Janeiro com o conhecimento do que já havia sido publicado em Campanha.

Como dissemos, o preço do jornal era identificado em sua primeira página. Na cidade de Campanha, o valor era de 2\$500 para assinaturas semestrais e 5\$000 para assinaturas anuais. Com a publicação no Rio de Janeiro, o preço sofre algumas alterações. A assinatura podia então ser feita por ano, no valor de 10\$000; por semestre, no valor de 5\$000 ou, ainda, por trimestre, com o preço de 3\$000.

Com relação ao conteúdo, é possível perceber uma variedade temática. São abordados temas como culinária (receitas), literatura (poesias), anatomia, normas gramaticais, cultura (divulgação de eventos e atividades), anúncios de produtos e divulgação de notícias de interesse daquela sociedade. Essas temáticas eram abordadas nas diferentes seções de *O Sexo Feminino*: editorial, folhetim, poesias, literatura, noticiário, variedade, anúncios, colaboração. Praticamente todos esses conteúdos e todas essas seções mantinham direta ou indiretamente uma estreita relação com o universo feminino.

1.3.2 Um jornal dedicado aos interesses da mulher

O nome do periódico é bastante sugestivo; tautológico, poderíamos dizer, pois nomeia este gênero e adianta aos leitores que tratará da temática feminina. Sustentar o nome do jornal de *O Sexo Feminino* significa trazer as mulheres para este espaço público de compartilhamento de ideias. O artigo definido *O* sugere que há uma especificidade, um detalhamento e até mesmo um delineamento sobre o que significa ser do sexo feminino, pertencer a esse gênero.

As publicações eram compatíveis com a linha editorial proposta por Senhorinha, fato este lembrado no exemplar número 13, de 29 de novembro de 1873, quando a redatora especifica que o jornal só aceitará para publicação, artigos que se enquadrem no programa editorial de *O Sexo Feminino*: “A redação desta folha só aceita artigos que se não directa ao menos indirectamente emplaquem com o seu programa que é instrucção, educação e illustração da mulher, e tudo mais que importe defesa de seus direitos até agora conculcados”. (DINIZ, 1873, p.3) Nesta fala, Senhorinha Diniz reafirma a proposta do periódico de rejeitar os demais posicionamentos que se opõem a

defesa dos direitos femininos. Reafirma ainda que sua proposta é de mudança, diante da condição em que se encontram as mulheres. Para a proprietária do jornal, é preciso defender os direitos das mulheres, direitos que foram até aquele momento “conculcados”, ou seja, negados às mulheres.

1.3.2.1 Os leitores pretendidos e efetivos do periódico

É perceptível o direcionamento que Senhorinha dava aos seus leitores, ao delimitar e esclarecer suas atenções para o público: “Ora, *O Sexo Feminino* é um periódico redigido por senhoras, e quase exclusivamente dedicado à leitura das mesmas”, ou ainda em: “Eis-nos chamando em nosso auxilio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas luzes intellectuais e com as assignaturas.” (DINIZ, 1876, p.2).

Essa especificação da linha editorial evidencia o cuidado e a atenção da jornalista com o público feminino. Porém, não podemos nos esquecer de que as decisões, especialmente as políticas, naquele período, eram tomadas pelos homens, que tinham representatividade e poder para implementá-las ou revogá-las. Portanto, ao propor as mudanças na educação e sugerir, por exemplo, um novo tratamento à educação da mulher, com investimentos em escolas, com uma nova postura dos maridos em relação a suas esposas, dos pais de família em relação a suas filhas, Senhorinha dirige-se também aos homens, aos legisladores e aos governantes, como no trecho seguinte:

Pois bem, legisladores, sabeis que da civilização do povo é que nasce todo o progresso de uma nação, mas deveis si quer por um momento esquecer-vos de que o missionário que mais vos convem é a mulher, sobre tudo no magistério, e na educação da mocidade; mas para isto é mister que ella seja educada e instruída como o deve ser e muitas vezes o havemos dedicado. Christo, que foi o principio Divino – humanidade da eterna justiça, e o mestre da mais sublime philosophia, não se esqueceu de tomar a mulher, não só por sua mãe, sinão para como que auxiliá-lo em sua santa missão. A falta de instrucção da mãe de familia é o primeiro obstáculo que se oppõe á desejada regeneração dos costumes, da sociedade e do seu progresso, de qualquer dos modos por que se encarem as condições de perfectibilidade humana. (DINIZ, 1874a, p.2)

Evidentemente, não podemos precisar o público leitor efetivo de *O Sexo Feminino*, pois além de não haver registros concretos das vendas, a recepção de um

discurso depende do acompanhamento preciso das condições de veiculação e de acolhimento discursivos. Porém, no próprio periódico, Senhorinha Diniz relata a repercussão do jornal, tendo sido este levado aos Estados Unidos, assinado pela princesa Isabel e pelo imperador D. Pedro II, além de ter sido compartilhado com diversos jornalistas que trocavam seus periódicos entre si. No último exemplar publicado na cidade de Campanha, em 7 de setembro de 1874, a jornalista faz uma retrospectiva da receptividade do jornal, descrevendo como foi o primeiro ano de publicação:

A tiragem deste hebdomadario era de 800 exemplares, e cousa singular, esta folha não contou 10 numeros devolvidos!

Parece incrível que um humilde periodico de desprezível formato seja lido na velha capital da Hespanha na Europa e na soberba Nova - York dos Estados Unidos, o assombro da moderna civilização, e o modelo invejado do aperfeiçoamento de progresso moral, intellectual e material.(...)

Desde o Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul é esta folha conhecida, e ainda agora choviam os pedidos de numeros editados e novas assignaturas.

No gabinete aristocrata dos cidadãos mais altamente collocados no nosso paiz, quaes são os ministros; na humilde e modesta mesa de estudo do cidadão democrata; no lar domestico do simples camponez, em todos estes logares penetrou o pequeno semanario *Sexo Feminino*, e ninguem o repellio! Ainda concorreo poderosamente em prol desta folha o digno e illustrado redactor e proprietario do *monarchista* que fez desaparecer toda e qualquer dificuldade (DINIZ, 1874b, p.1).

O ultimo exemplar publicado em Campanha adquire, como podemos observar, um caráter de gratidão aos colaboradores e exaltação da própria imagem do periódico. Na descrição de Senhorinha sobre o alcance do jornal e a abrangência internacional do mesmo, conseguimos vislumbrar o perfil esperado e talvez realmente alcançado por ela com as edições do semanário.

Charaudeau (2008, p.76) afirma, a respeito dos sujeitos envolvidos no discurso, que, através do direcionamento da fala, imagina-se o público destinatário para o qual esse locutor escreve:

... os protagonistas da enunciação são seres de fala, internos ao ato de linguagem e que são definidos por papéis languageiros. Um desses protagonistas é o Enunciador que realiza esses papéis languageiros intervindo ou apagando-se no discurso; o outro é o Destinatário a

quem o locutor atribui um lugar determinado, no interior de seu discurso.

Através da leitura das edições do jornal é possível constatar que o auditório para o qual se direciona o jornal é, sobretudo, um público instruído, ou pelo menos é o que a redatora almeja, enquanto EU-enunciador que projeta para si um público específico para sua fala, seu discurso. A partir dos comentários feitos por Senhorinha, pela motivação de luta por direitos femininos e até pelas citações que faz, inferimos que Senhorinha escrevia para um público mais intelectualizado e instruído, capaz de acompanhar as propostas inovadoras a respeito da mulher na sociedade. Isso nos pareceu, em parte, um pouco contraditório: escrever prioritariamente para mulheres alfabetizadas, instruídas, intelectualizadas quando sabemos que eram poucas as mulheres nessas condições naquela época, conforme dissemos anteriormente. Entretanto, isso explica, também em parte, a razão de *O Sexo Feminino* ser lido coletivamente e ser direcionado também aos homens.

1.3.2.2 A proposta do periódico

O periódico é o espaço no qual Senhorinha expõe muito mais do que suas ideias e projetos. Ele funciona como um lugar onde se incentiva as mulheres à mudança de pensamento, se convoca os homens a tomarem medidas emancipatórias e onde se tenta convencê-los disso. Podemos verificar esse posicionamento diretivo nas palavras da jornalista:

A redactora tudo espera das Senhoras, não só da corte como das províncias, para a coadjuvação e sustentação da folha e da idéa, offerecendo desde suas paginas e todas aquellas que as honrarem com seus bem elaborados escriptos, nos precinetos do programma. A redactora deste jornal, não perde de vista seu assumpto principal, e o fim com que o redige, esperando sempre que os primeiros vislumbres de luz augmentem pouco a pouco, o que hoje é julgado utopia, sonho irrealisavel, etc. breve se mudará em brilhante realidade (Anexo 3, linhas 7-14).

Desde a edição inaugural do periódico, a redatora manifesta a intenção de *O Sexo Feminino* e permanece com sua luta pela emancipação a cada nova publicação do jornal. Como afirma Nunes (2008, p.1):

O ambiente da corte no Rio de Janeiro parecia ser propício para o surgimento de outros jornais, ainda que de vida efêmera, na linha reivindicatória dos direitos das mulheres. E foi justamente nesse cenário de lutas entre-século que se destacou o espírito de iniciativa de Francisca Senhorinha, que nos permite saber mais sobre as próprias mulheres e as estratégias que adotaram para se expressar publicamente – num tempo em que o acesso ao conhecimento e à ilustração era privilégio de uma elite sobretudo masculina.

A partir das leituras do periódico é possível perceber que a proposta de *O Sexo Feminino* esteve para além do direcionamento exclusivo para as mulheres da época. A jornalista trazia nas páginas de seu jornal uma sugestão de mudança de costumes, de pensamento e de atitudes para a sociedade do século XIX. A princípio, as ideias de Senhorinha voltavam-se apenas para a sociedade mineira de Campanha, depois para a capital do país e, com o tempo, para todo o Brasil e para outros países, como ela mesma relatou na edição de 7 de setembro de 1874. O discurso da jornalista pretende se expandir, alcançar além do universo feminino, o campo do poder, da decisão e da mudança, por isso também é um discurso que busca ser ouvido pelos homens.

Com a intenção de aprofundar a nossa compreensão sobre o periódico, apresentamos no próximo capítulo um estudo sobre a discursividade em *O Sexo Feminino*, com ênfase na constituição desse gênero jornalístico do século XIX.

CAPÍTULO 2

DIMENSÃO DO GÊNERO DISCURSIVO/TEXTUAL EM *O SEXO FEMININO*

2.1 Gênero textual/discursivo⁸: levantamento teórico

O estudo do gênero discursivo/textual nessa pesquisa adquire importância fundamental, na medida em que permite a reflexão sobre elementos do discurso que subsidiam sua estruturação textual na sociedade e sua própria existência na realidade sócio-discursiva. Trataremos, nesse capítulo, da definição do gênero, retomando os escritos de Bakhtin (2000), de Marcuschi (2003), de Bazerman (2006) e de Charaudeau (2004), que trazem importantes reflexões sobre a questão. Em seguida, apresentaremos, mais especificamente, os gêneros no jornalismo para, posteriormente, elencarmos as características observadas nos exemplares de *O Sexo Feminino*. Por fim, traremos à tona elementos que contribuem para traçar o gênero textual/discursivo estudado. Não pretendemos, aqui, esgotar o assunto, nem mesmo traçar uma definição rígida acerca dos textos analisados na pesquisa, tarefa esta de bastante complexidade. Promoveremos, portanto, somente uma apresentação desse tema particular e imprescindível nos estudos em Análise do Discurso.

Começamos por Bakhtin (2000, p.285), que afirma que “... os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”. Essa definição coloca-nos diante das evidências das relações humanas manifestadas e descritas na linguagem e na produção dos discursos veiculados socialmente. Cada novo texto assume funções específicas, sendo fruto das atividades sócio-interativas e das necessidades comunicacionais dos indivíduos inseridos e agentes em grupos sociais. Concordamos também com Bazerman (2006, p.22) quando diz que “... cada texto se encontra encaixado em atividades sociais e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social”. Tal perspectiva é importante para percebermos que a concepção de gêneros está intimamente relacionada ao movimento linguageiro e à necessidade discursiva apresentada pelos sujeitos nas interações cotidianas. Paradoxalmente, o gênero não é algo imposto, mas impõe-se com certas regras formais, de conteúdo, entre outras, caso contrário teríamos o caos nas relações linguageiras entre os sujeitos. Ele não fica isento de modificações ao longo de sua história, mas conta com uma estrutura mais ou menos rígida que molda e é moldada pelo social.

⁸ Reconhecemos aqui a discussão existente entre gênero discursivo e textual e sua separação limítrofe nos estudos da Língua. Porém, optamos por considerar elementos que trazem a noção textual e discursiva do gênero, no nosso *corpus*, por isso o uso do termo gênero textual/discursivo.

As categorias essenciais elencadas por Bakhtin para definir um gênero correspondem ao conteúdo temático, ao estilo e à forma composicional do texto. Segundo ele, são características marcadas especificamente no todo do enunciado de uma esfera de comunicação. Elas se unem para constituir a “... forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo” (Bakhtin, 2000, p.301), ou seja, o gênero.

Com um pensamento mais ancorado na prática discursiva, Charaudeau (2004, p.15) afirma que “... o que é levado em conta para definir esta noção [a de gênero] diz respeito, ora à ancoragem social do discurso, ora à sua natureza comunicacional, ora as atividades linguageiras construídas, ora às características formais dos textos produzidos”. Portanto, esses elementos também variam de acordo com o tipo de situação comunicacional em que se encontra o discurso analisado. Ainda segundo Charaudeau (2004, p.38), “... uma definição dos gêneros de discurso passa pela articulação entre esses três níveis (nível situacional, nível das restrições discursivas e o nível da configuração textual) e a correlação (e não em implicação sucessiva) dos dados que cada um desses níveis propõe”. Charaudeau ancora, pois, sua discussão a respeito do gênero na base de sua formação e instituição do mesmo na sociedade, ou seja, na existência do gênero enquanto manifestação sociolinguística da necessidade comunicativa do homem. Esta concepção de gênero está também ligada às restrições linguísticas às quais o homem está condicionado nas interações sociais.

Consideramos pertinente trazer para essa discussão sobre o gênero a noção de *visada discursiva*, por reconhecermos que ela é capaz de revelar subsídios importantes da constituição do gênero discursivo/textual. Charaudeau define a visada como uma “... intencionalidade psico-socio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira” (CHARAUDEAU, 2004, p.23). A visada marca também a intenção do discurso produzido e sua recepção em relação ao *Tu*. Charaudeau (2004) ainda apresenta a descrição de seis visadas do discurso: a de prescrição, a de solicitação, a de incitação, a de informação, a de instrução e a de demonstração, as quais retomaremos mais adiante, quando discutiremos mais especificamente o gênero dos textos analisados em *O Sexo Feminino* e as visadas discursivas utilizadas por Senhorinha Diniz.

Por ora, cabe dizer que a intencionalidade do discurso evidenciada em muitos momentos pelas visadas discursivas pode caracterizar o texto e contribuir para a definição de seu tipo. Da mesma forma, as próprias escolhas que o sujeito enunciador faz para construir seu discurso, seu texto ajudam a determinar o gênero. O locutor torna-

se comprometido com o uso da linguagem, na medida em que ela o vincula a determinado estilo, a um certo conjunto de temas e a uma forma específica de se apresentar à sociedade, uma vez que “... o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso” (Bakhtin, 2000, p.301). Destarte, a inscrição do locutor em determinado tipo de discurso, aproxima-o a certa maneira de compreender o mundo e de lhe dar linguisticamente um significado, ou seja, associá-lo, veiculá-lo a um gênero textual/discursivo.

Através de seus enunciados, conseguimos reconhecer a que estrutura se filia o texto em questão, a que universo linguageiro ele pertence e qual a sua função nas relações comunicacionais estabelecidas em sociedade.

Consideramos que o mais pertinente para essa pesquisa é reconhecer os textos que compõem o nosso *corpus* como pertencentes a um gênero incipiente do jornalismo brasileiro. A partir de um olhar histórico, vemos que os gêneros vão assumindo formas diferentes no decorrer do tempo, adaptando-se às necessidades e à própria compreensão da sociedade sobre a função de determinada forma de comunicação. Os gêneros são, portanto, como afirma Marcuschi (2003, p.19),

... eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

A caracterização do gênero depende também dessa relação estabelecida entre as atividades sociais e o desenvolvimento tecnológico, fato que o aproxima ainda mais da compreensão do gênero enquanto manifestação linguístico-discursiva. Com o intuito de facilitar a reflexão sobre o gênero que compõe o nosso *corpus*, apresentamos, em seguida, um estudo a respeito dos gêneros presentes no jornal, com o intuito de também trazer à tona elementos já anteriormente elencados na apresentação sobre a temática de gênero.

2.2 Os gêneros no jornal

A presença de vários gêneros no jornal levanta questionamentos e abre espaço para discussões sobre como se dá a realização de recorrências, regularidades e

especificidades discursivas, temáticas, formais, entre outras, que definem cada um dos gêneros veiculados nos jornais.

O discurso jornalístico oitocentista representa um momento em que a proximidade da literatura com o jornalismo permite um imbricamento dos gêneros textuais desses dois domínios discursivos, compreendidos aqui, conforme Marcuschi (2003, p.23), como “... esferas ou instâncias de produção discursiva ou de atividade humana [...] que propiciam o surgimento de discursos bastante específicos”. No período histórico em que os textos analisados foram veiculados, era muito comum a presença de escritores de obras literárias no ambiente jornalístico, elaborando textos, folhetins, vivendo a experiência de produção de periódicos. Dessa maneira, muito do estilo dos textos veiculados nos jornais assemelhava-se aos textos literários, geralmente, recheados de adjetivos, com títulos muito longos, algo diferente do que observamos nas redações jornalísticas de hoje, quando se busca a síntese, a objetividade e a imparcialidade, por exemplo. As produções jornalísticas do século XIX eram ainda artesanais e marcadas pelo pioneirismo do *fazer jornalístico*. O idealismo dos discursos oitocentistas colocava em cena, de maneira recorrente, posições políticas e pensamentos sobre temáticas sociais. O fato de encontrarmos nos jornais uma diversidade de textos, de discursos sobre as mais variadas coisas, veiculando opiniões, notícias e uma mescla de fragmentos de outros gêneros nos leva a perceber a diversidade de gêneros existentes nesse tipo de publicação periódica, o que faz com que aumente a possibilidade de encontrarmos uma certa fluidez, uma convergência/divergência de fatores das mais diversas ordens.

Os estudos de Bonini (2003) revelam que a discussão sobre gêneros ainda precisa avançar muito em termos teóricos e de aplicabilidade. Em seu levantamento teórico a respeito do tema, o linguista afirma que o conceito de gênero é bastante incipiente no campo da comunicação. Desde os primeiros estudos de Beltrão (1969, 1976, 1980) até os mais recentes de Chaparro (2008), Dias *et al* (1998) e Medina (2001), há elementos que ainda precisam ser melhor trabalhados e discutidos no campo de estudos da comunicação e da linguagem.

A classificação dos gêneros no jornal também nos parece bastante instável e, em muitos casos, problemática, uma vez que o suporte (jornal) oferece uma mescla de gêneros que podem se imbricar e se confundir, dificultando ainda mais uma classificação eficaz. Como afirma Bonini (2006, p.69), “... as fronteiras entre os gêneros são frouxas, do ponto de vista de como a enunciação se dá”.

Beltrão começou a discutir gênero no jornalismo brasileiro em 1969, com a publicação de *A imprensa informativa*. Ela caracteriza-os, sob o viés do jornalismo, em gêneros opinativos, interpretativos e informativos. A pesquisadora apresenta como textos inseridos na categoria dos gêneros opinativos: editorial, artigo, crônica e opinião ilustrada; como gêneros informativos, estão: notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem e como gênero interpretativo Beltrão (1969) conceitua a reportagem em profundidade como sendo um tipo de texto mais completo na área do jornalismo, que cuida de ampliar a informação dada pela notícia e recuperar elementos da historicidade do fato e apresentar os impactos provocados na sociedade. Tal classificação revela o interesse apenas em categorizar as produções jornalísticas e em priorizar a função de cada texto no que tange ao relacionamento com o público leitor, seja com a intenção de informar ou de opinar, seja de interpretar algum tema.

Melo (1985) estabelece uma classificação um pouco mais rígida dos gêneros, neste caso, usada por nós com finalidade metodológica, pois reconhecemos a inter-relação existente entre os gêneros jornalísticos. O pesquisador propõe agrupá-los seguindo dois parâmetros: de acordo com sua intencionalidade e a partir de sua natureza estrutural. Portanto, ele estabelece a classificação dos gêneros jornalísticos em duas categorias: informativo e opinativo. O informativo se estrutura através de um referencial exterior à instituição jornalística, “... sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações)” (MELO, 1985, p.48). Fazem parte do gênero informativo a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista. Já no gênero opinativo, “... a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MELO, 1985, p.32). A partir dessa classificação, o pesquisador engloba no jornalismo opinativo o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta.

Chaparro (2008) lança uma categorização no jornalismo através da divisão dos gêneros em *comentário e relato*, referenciando-se na afirmação de que as ações do jornalismo resumem ao relatar e comentar a atualidade. De acordo com essa concepção, o gênero estaria subdividido em espécies e subespécies, adquirindo diversas ramificações, conforme o quadro a seguir:

COMENTÁRIO		RELATO	
ESPÉCIES ARGUMENTATIVAS	ESPÉCIES GRÁFICO-ARTÍSTICAS	ESPÉCIES NARRATIVAS	ESPÉCIES PRÁTICAS
Artigo	Caricatura	Reportagem	Roteiros
Crônica	Charge	Notícia	Indicadores
Cartas		Entrevista	Agendamentos
Coluna		Coluna	Previsão do tempo
			Cartas-consulta
			Orientações úteis

Após esse panorama dos gêneros no jornal, nos deteremos nos gêneros opinativos, por considerar que o texto de primeira página de *O Sexo Feminino*, objeto desse estudo, configura a opinião dentro do jornal.

Apesar das divergências e complementações na discussão sobre gêneros no jornal, há uma convergência no que diz respeito ao lugar ocupado pela opinião/comentário no campo jornalístico. Praticamente todos estudiosos de que nos valem nessa pesquisa concordam que fazem parte desse espaço opinativo o artigo, a crônica e o editorial. Mas há ainda outros gêneros caracterizados como opinativos: opinião ilustrada (BELTRÃO, 1969), comentário, coluna, carta, resenha e caricatura (MELO, 1985).

A distinção entre esses gêneros também levanta discussões. O linguista Bonini (2005), em seus estudos sobre gêneros no jornalismo afirma que essa classificação é complexa e o resultado é a diversidade de opções na hora de definir o gênero estudado. Segundo ele, a complexidade está também na distinção entre artigo, análise, comentário e editorial, pois “... de certo modo, são todos tipos de artigos, embora com especificidades que, talvez lhe possam garantir o status de gênero” (BONINI, 2005, p.226). A dificuldade na definição dos gêneros no jornal, como esta apresentada por Bonini, adquire importância na medida em que faz da questão de gênero algo válido para ser melhor trabalhado nos campos da Linguagem e da Análise do Discurso; espaço este ao qual nos filiamos.

Diante da diversidade de gêneros encontrados nos jornais e até mesmo da complexidade na definição e compreensão dos mesmos, optamos por selecionar, dentre os gêneros opinativos considerados mais comuns pelos estudiosos da área, aqueles que mais se assemelham entre si e que geraram dúvidas no momento das análises do *corpus*. Sendo assim, com o objetivo de discutirmos um pouco mais e na busca de um

aclaramento da questão, apresentamos, na sequência, algumas definições referentes à editorial, artigo de opinião e crônica. Após a discussão específica sobre esses gêneros, trataremos com mais detalhes do gênero discursivo no *corpus* estudado.

a) O editorial

O gênero editorial geralmente é identificado como o espaço fixo nas publicações midiáticas reservado para que a instância de produção manifeste a sua opinião a respeito de acontecimentos recorrentes na atualidade e merecedores de destaque na imprensa. Segundo Andrade (2005, p.9), o editorial pode ser entendido como um

... texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos tidos como importantes ou com maior relevância para o momento imediato, ou seja, para o número que está sendo lançado naquela época. É o tipo de matéria que define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação.

Pelo caráter opinativo desse gênero, não consideramos que ele cumpra mesmo a função de impessoalidade como defende Andrade (2005) no trecho acima. Compreendemos ser o editorial um gênero caracterizado pela persuasão. Nele “... reforça-se o que já é esperado [...] utilizam este espaço nobre para tentar cativar seus leitores, convencê-los, que seu ponto de vista é o que realmente espelha e analisa a realidade.” (PICHELLI *et all*, 2006, p. 10). Segundo os autores, há ainda, no editorial, espaço para refutação de pensamentos opostos ou mesmo para conclusões a respeito de temas tratados no jornal, assim, este gênero pode apresentar conteúdo temático que influencie a opinião pública.

Para Beltrão (1980, p.54), um dos elementos do editorial é a condensabilidade, no que se refere às ideias contidas no editorial, “... trata-se de um tipo de escrito que deve focalizar uma idéia central única, uma vez que, quando se quer exprimir várias idéias em um curto espaço, geralmente se cria confusão e não se pode concluir bem”. Nesse sentido, esse gênero deve preocupar-se em defender apenas um posicionamento, que deve ser repetido quase redundantemente, sendo a fala advinda de um púlpito, de um lugar de autoridade que possibilite a ênfase mais através de afirmações que de demonstrações. Esse demonstra ser exatamente o caso de *O Sexo Feminino*. É recorrente nos textos de primeira página desse jornal, uma idéia central, a defesa de um

posicionamento, a repetição de algo advindo de uma pessoa que parece estar em um púlpito, um lugar de autoridade: Senhorinha Diniz e suas propostas de emancipação da mulher.

O traço dos editoriais que mais o identificam como tal é a ausência de assinatura no texto. Por isso, geralmente assume-se que os editoriais correspondem à opinião da instância de produção, que ocupa esse lugar da *não-assinatura* e da responsabilização institucional pelo material veiculado na mídia. A questão de assinar ou não os editoriais torna-se importante, na medida em que essa diferença pode afetar a compreensão, a composição da imagem das instâncias enunciativas na produção do texto e do discurso e, conseqüentemente, das instancias de recepção. No caso de *O Sexo Feminino*, ainda que Senhorinha não “assine” *strito sensu* seus editoriais, ela os assume publicamente, textual e discursivamente como seus.

Outro ponto observado nos editoriais é a liberdade no trato do texto. Não há uma rigorosa estrutura para a constituição do editorial. Há certo limite temático que pode ser condicionado aos acontecimentos atuais (que perpassam senão o jornal, pelo menos os fatos mais recentes comentados na mídia como um todo). Porém, não se estabelece um rigor na seleção lexical e tampouco no estilo do texto. Ressalta-se apenas que se trata de um texto no qual a manifestação da opinião pode ser percebida pelo leitor. O editorial é caracterizado também pela avaliação dos fatos cotidianos e pela expressão de um ponto de vista sobre determinado assunto pautado. A manifestação de opinião em um espaço jornalístico, com o objetivo de ponderar sobre fatos e avaliá-los também aparece nos artigos de opinião, os quais comentamos na sequência. Como veremos mais adiante, é o que acontece com *O Sexo Feminino*.

b) O artigo de opinião

Esse gênero opinativo é caracterizado pela manifestação do julgamento e da avaliação pessoal de alguém, seja ele um jornalista, um crítico, ou um especialista que aborde determinado tema: “... trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião” (MELO, 1985, p.92). Sendo assim, o artigo de opinião é espaço para comentários, crítica e toda manifestação da opinião do sujeito enunciator diante do fato relatado pela imprensa, ou observado pelo articulista. Geralmente, o texto é assinado, visto que é necessária a responsabilização do autor pelos enunciados expressos.

Pode-se perceber também a interdiscursividade na composição desse gênero, uma vez que ele “... é constituído de outros discursos sobre os fatos comentados e de antecipações das objeções do leitor, para fazer aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito” (CUNHA, 2003, p.179). Os fatos e os discursos sociais perpassam os comentários e as opiniões emitidas por jornalistas e comentaristas que assinam as colunas de opinião. Na intenção de convencer o público de determinado ponto de vista, o crítico que assina o artigo de opinião faz uso de estratégias capazes de recuperar o sentido pretendido do enunciado e estimular o compartilhamento de sua visão de mundo.

Os artigos de opinião também encontram espaço específico nas seções do jornal, característica que também ajuda-nos a definir esse gênero, neste caso, atentando-nos para traços da materialidade do gênero.

Santos e Hack (2009, p.4) apontam características comuns entre os gêneros opinativos no jornal que nos ajudam a traçar as semelhanças entre eles:

No gênero artigo de opinião, a seqüência lingüística contém comentários, avaliações, expectativas sobre um **tema** da atualidade que, por sua transcendência, no plano nacional ou internacional, já é considerado, ou merece ser, objeto de debate. Nessa categoria, incluem-se os editoriais, artigos de análise ou pesquisa e as colunas que levam o nome de seu autor. (grifo dos autores)

Fica patente que as semelhanças e diferenças entre editorial e artigo de opinião são tênues. O fato de a assinatura do autor do primeiro ser uma questão de opção e ser algo mais rígido para o artigo de opinião; o que nos parece um pouco mais eficaz na diferenciação entre ambos é o espaço específico de ambos nos jornais. Outra questão também sutil que ajuda (pouco) na caracterização do artigo é que ele se desvincula do compromisso institucional que o editorial possui, uma vez que o colunista responde por si ao assinar o texto. Outro gênero que se confunde com o editorial e o artigo de opinião e apresenta com relação a eles um certo imbricamento é a crônica, que possibilita ao cronista também manifestar sua opinião diante de fatos da atualidade.

c) A crônica

O gênero *crônica* geralmente se distingue pela proximidade com o cotidiano e pelas reflexões do cronista apresentadas aos leitores. Sobre a crônica, surgida a partir

dos folhetins, em meados do século XIX, Melo (1985, p.115) afirma que ela “... se valia do real (fatos ou idéias do momento) simplesmente como ‘deixa’ ou como inspiração para um relato poético ou para uma descrição literária...”.

A crônica aproxima jornalismo e literatura, na medida em que traz certo tom de leveza aos fatos noticiados no jornal. São textos geralmente assinados, marcados pela liberdade do autor na composição e no uso de estratégias e de elementos literários no discurso jornalístico. Concordamos com Neves (1995, p.17) quando afirma que “... na forma como no conteúdo, na seleção que efetua como na linguagem que emprega, a crônica é sempre, e de formas muito distintas, um texto que tematiza o tempo e, simultaneamente o mimetiza”. Desse modo, esse gênero insere a opinião do cronista no discurso jornalístico e vincula essa opinião ao tempo e ao espaço, fato que confere atualidade à crônica.

A definição de Meyer *apud* Duarte (1995), sobre as crônicas do século XIX também contribui um pouco para a nossa compreensão desse gênero. De acordo com a autora, a crônica

... designa um lugar preciso do jornal: o rez-de-chaussée – rés do chão, rodapé, geralmente da primeira página. Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento. E lá se pode dizer que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, que é oferecido como chamariz aos leitores. (MEYER *apud* DUARTE, 1995, p.112).

Esse conceito de crônica reafirma o caráter da leveza frequentemente observado no gênero e da atratividade que a crônica representa, desde seu início, no século XIX. Machado de Assis, cronista do século XIX, representa também o jornalismo neste período. Ele estreou suas atividades em 1859, admitido pela redação do Correio Mercantil. Juntamente com ele, diversos escritores publicaram seus romances em folhetins, ao pé de página do jornal. Machado de Assis expõe sua percepção a respeito do gênero crônica, definindo-a como um “confeito literário sem horizontes vastos”, sendo o cronista o “historiador das coisas miúdas”. Essa definição do escritor indica a leveza do discurso da crônica no todo do jornal e explora a capacidade da crônica de ser um elemento de refrigério no discurso jornalístico e de apresentar a sutileza dos enunciados que trazem as marcas temporais da notícia, mas com o cuidado literário da forma e composição discursiva.

A crônica é hoje bastante difundida no universo da imprensa, encontrada nas páginas de jornais e revistas, nos comentários esportivos e até mesmo compiladas em livros. Esse gênero, presente nos registros literários e jornalísticos, fruto das vivências cotidianas do autor, é compreendido por Cândido (1992, p.14) pela sua particularidade. O autor declara que

... a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitas.

A crônica se estabelece, portanto, como um gênero propício à fala cotidiana, marcado pelo tom da leveza e da sutileza, aplicados, na maioria das vezes, a temas relacionados, ao jornal.

Como vimos, pouco se avança, quando buscamos algo que defina cada um dos gêneros. São, muitas vezes, sutilezas, particularidades que mal se sustentam. A questão dos gêneros discursivos e textuais em geral e, mais particularmente, aqueles que compõem os jornais permanecem, desse modo, problemática. Chegamos mesmo a nos perguntar se é possível, levando-se em consideração a universalidade, a heterogeneidade, as diversidades, as especificidades e as disparidades que envolvem os gêneros, um terreno comum para seu estudo? Ao abordarmos a questão do gênero, seja em AD, seja em Jornalismo, nos defrontamos com questões de terminologia, de organização formal, de convenções e normas reguladoras, com fatores pragmáticos, intuitivos ou intencionais, dificuldades tanto de ordem semântica quanto temática. Mas, ainda assim, persistimos.

2.3 A proposta de delimitação do gênero em *O Sexo Feminino*

O imbricamento entre jornalismo e literatura e a incipiência do jornalismo no século XIX apresentam-se como elementos que dificultam uma definição mais clara e categórica do gênero estudado. Bakhtin (2000, p.281) nos alerta que “... não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado”. Há, em nossa pesquisa, certo caráter diacrônico pela proposta de revisitar o discurso da jornalista Senhorinha Diniz no século XIX e retomar seus sentidos e suas representações possíveis

construídos a partir de sua enunciação. Essa escolha temática e temporal por esse discurso oitocentista específico pode gerar a dificuldade na compreensão do gênero estudado. No entanto, como já dissemos, essa reflexão é fundamental para os objetivos da pesquisa que são o de estudar a dimensão ethótica e as estratégias utilizadas no discurso da jornalista e proprietária de *O Sexo Feminino*. Consideramos pertinente o entendimento do gênero a partir das recorrências textuais e da funcionalidade do mesmo na prática discursiva. Sendo assim, levantaremos, em seguida, as recorrências textuais e discursivas constantes no *corpus* que nos ajudem a cumprir nossos objetivos.

2.3.1 Os subsídios linguísticos e discursivos nos textos de primeira página de *O Sexo Feminino*

Ao considerarmos que um dos objetivos do periódico *O Sexo Feminino* era problematizar a educação dada às mulheres (ou a falta dela) e funcionar como um instrumento de luta e de esclarecimento para os leitores, o uso de um gênero opinativo corresponde a essas intenções discursivas e até mesmo ao caráter incipiente do jornalismo brasileiro, que tendia à instrução e à educação através das páginas dos periódicos.

Os gêneros opinativos definem-se pela possibilidade de inserção do sujeito na totalidade do discurso. Como explicam Rocha e Pereira (2006, p.48), esses gêneros “... além de fornecerem os dados, também oferecem a opinião do jornalista e a sua posição em relação aos fatos, tratando de convencer o leitor de que essa é a posição mais adequada ou correta”. Tal característica é recorrente nos textos de Senhorinha e marca a persuasão e a intencionalidade do discurso dela. Como diz a autora “... quando trata-se de uma questão transcendente como esta, devemos todas unirmo-nos a banir de nossas idéas todos os erroneos preconceitos que suffocam e amortecem o passo que tentamos dar para o progresso da humanidade em geral” (Anexo 4, linhas 59-61). Nesse trecho, a jornalista se posiciona diante da causa feminina e se insere na luta pelo progresso, ao mesmo tempo em que inclui as demais mulheres em seu discurso, quando as convoca para a luta a favor da emancipação. O uso do pronome pessoal “nós” intenciona reuni-las em torno da defesa de sua emancipação, como podemos perceber através do enunciado em tom imperativo “devemos todas unirmo-nos”

A opinião de Senhorinha Diniz com relação à sociedade oitocentista é apresentada aos leitores de *O Sexo Feminino* em toda a extensão do jornal,

especialmente nos textos de primeira página e em todas as edições. A voz da coletividade, o “Nós, mulheres” permeia todo o discurso e evidencia a intenção de Senhorinha de fazer valer o sentido do ato de comunicação, que é “tornar comum” determinado pensamento com os interlocutores. O uso do pronome “nós” facilita essa aproximação com as demais mulheres e as coloca como filiadas ao posicionamento defendido no jornal pela jornalista e confere-lhes o caráter de mulheres adeptas ao movimento de emancipação feminina.

Como dissemos, não há assinatura nos escritos analisados, porém, no cabeçalho do jornal, a jornalista e proprietária Francisca Senhorinha da Motta Diniz, apresenta-se como redatora principal. Em outro momento, a jornalista define-se como redatora do periódico ao assumir a proposta do jornal: “A racional emancipação é uma das verdades grandiosas que se apresentam ao nosso espírito. Temos lutado por propagal-a, e sem fatigarmo-nos, lutaremos até atingir nosso desideratum” (Anexo 5, linhas 29-32).

Os textos escolhidos por nós em *O Sexo Feminino* e analisados nessa pesquisa ocupam a primeira página do jornal, podendo se estender até a segunda. Percebemos que não há muita regularidade com relação ao seu tamanho. Geralmente antecedida pelo título “A racional emancipação da mulher”, a fala da jornalista tem o foco no esclarecimento e na instrução para as mulheres. Algumas edições do jornal apresentam temas mais específicos e, por conseguinte, seus títulos também são mais direcionados, como por exemplo, na edição de 7 de janeiro de 1874, cujo título é “A influência da educação maternal”. Percebemos que essa nomeação não se desvincula da temática feminina, apenas delimita o assunto a ser tratado. O espaço utilizado pela jornalista na primeira página do periódico quase sempre compreende o construto discursivo de estratégias que visam ao convencimento do leitor a respeito da necessidade de instrução da mulher. Destarte, a opinião da jornalista é apresentada aos leitores e contribui para a configuração do direcionamento discursivo dado ao conteúdo veiculado em *O Sexo Feminino*.

O tom usado na escrita é geralmente entusiástico, motivador, como notamos no trecho: “Mães! Não se assuste a vossa fraqueza com o grandioso título de educadora! Não, nós não queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros; é a felicidade que pretendemos conduzir-vos...” (Anexo 2, linhas 13-15). Aqui, a jornalista afirma sua posição de motivadora e instrutora das ações das mulheres. O uso da exclamação (como chamamento às mulheres) e o próprio léxico “felicidade” tem a

capacidade de induzir o interlocutor a um pensamento positivo a respeito da missão cunhada por Senhorinha Diniz.

O caráter argumentativo dos textos analisados cria uma marca de identificação da jornalista por meio da motivação empreendida em todo o período de veiculação do jornal. A redatora procura demonstrar sua opinião a respeito da educação das mulheres, através dos seus enunciados, pretende conduzir os destinatários a aderirem ao seu projeto de emancipação feminina. A argumentação no discurso da jornalista segue uma asserção de partida, geralmente calcada em elementos históricos e fatos marcantes, sejam eles de cunho científico ou histórico, em direção a uma asserção de chegada: a adesão do leitor ao discurso da emancipação feminina, apoiando não só *O Sexo Feminino*, como também o investimento financeiro em instituições de ensino para mulheres. As asserções de partida empregadas pela jornalista tendem a acionar conhecimentos enciclopédicos, referentes à memória histórica ou à experiência vivida pelos leitores. Esse resgate feito pelo enunciador encontra resposta nos saberes de crença, vistos por Charaudeau como resultantes da atividade humana aplicada ao comentário sobre o mundo. Segundo ele,

... as crenças dão conta do mundo quanto à maneira de proceder à regulação das práticas sociais, ao se criarem *normas efetivas* de comportamento, e também quanto aos discursos de representação produzidos no âmbito do grupo social, para avaliar esses comportamentos, criando-se assim *normas ideais*. (CHARAUDEAU, 2007, p.46, grifos do autor.)

Senhorinha cria, em seu discurso, uma proximidade com o público e recupera o universo de saberes partilhados como uma estratégia de adesão à proposta apresentada de emancipar a mulher e lhe oferecer oportunidades de instrução nas instituições de ensino. A jornalista expõe uma norma ideal de caracterização da mulher, impondo-lhe atribuições específicas que a definem a partir de um modelo ideal, pensado e, imaginamos, aceito pela grande maioria da sociedade, pois, só assim, este tem a possibilidade de ser validado através da veiculação de seu discurso.

A partir dos elementos apresentados anteriormente sobre a especificidade do discurso de primeira página do jornal de Senhorinha, a utilização da palavra (e do conceito) *editorial* parece-nos mais eficaz e adequada para nos referirmos, designarmos o nosso *corpus*. Os textos estão sempre dispostos em um espaço fixo no jornal, apresentam de maneira recorrente a opinião da jornalista, ou seja, da própria instância

de produção, funcionam como espaço para embate de ideias, além de apresentarem o tom persuasivo e implicado com o destinatário:

Desde que subimos a tribuna universal da imprensa, redigindo este pequeno periodico, elevamos nossa voz em prol de nossos direitos, até hoje pouco prezados ou com revoltante injustiça postergados; tomamos sobre nossos fracos hombros a difficil tarefa de defendel-os em causa própria, e em que o sexo forte é juiz e parte! (Anexo 5, linhas 37-40)

Nesse trecho Senhorinha se encarrega de elucidar o momento enunciativo a partir do qual seu discurso é proferido, reafirmando seu lugar de fala. Os adjetivos usados no fragmento acima assumem a função de qualificar a situação discursiva que rememora o tempo de injustiças contra as mulheres e as filia à condição de vítimas na tentativa de reaver seus direitos e fazer justiça.

Sobre a atuação da jornalista Francisca Senhorinha Diniz no jornal como redatora principal, encontramos respaldo na fala de Melo (1985, p.77), que relembra que “... no Brasil, o jornalismo opinativo tinha uma característica acentuante: o monolitismo. Nos periódicos brasileiros era comum uma única pessoa – solitariamente – exercer todo o quadro funcional opinativo da empresa”. Com Melo podemos entender um pouco mais como se constrói a manifestação do pensamento de Senhorinha em todo o periódico, especialmente no editorial, espaço que funciona como propagador das ideias da autora.

Mesmo tratando os textos analisados como editoriais, não excluímos a possibilidade de nomeá-los a partir de qualquer outra categoria de gêneros opinativos, mesmo acreditando que o gênero *editorial* é o que melhor designa nosso *corpus* e mais cabe à nossa análise e às características já observadas nos textos e nos discursos jornalísticos de Senhorinha Diniz.

Todo domínio de prática social tende a regular as trocas e a instaurar certas regularidades discursivas nos enunciados que o constituem. Assim, a proposta social e educacional da jornalista é revelada também através de traços linguístico-discursivos que caracterizam o tipo de texto veiculado na primeira página do jornal. Nesse sentido, Charaudeau (2004, p.21) postula que “... uma análise de gênero deve se apoiar em uma teoria do fato linguageiro; em uma teoria do discurso na qual possamos conhecer os princípios gerais sobre os quais ela se funda e os mecanismos que os colocam em fundamento”. Sendo assim, consideramos válido abordar as visadas do discurso de

Senhorinha Diniz, no intuito de compreender melhor a finalidade do texto veiculado em *O Sexo Feminino* e, conseqüentemente, as intenções da própria jornalista ao produzi-los.

2.4 As visadas discursivas de Senhorinha Diniz

Não apenas as regularidades estruturais são importantes na temática de gênero, mas também o conteúdo e a intencionalidade do discurso se fazem necessários. As recorrências do texto não são capazes de, sozinhas, definir e caracterizar um gênero. É necessário adentrar um pouco mais a realidade discursiva e debruçar-se sobre a dimensão social e prática da linguagem, por exemplo, para que a compreensão do gênero seja mais bem endossada. Por essa razão trazemos a noção de visadas discursivas, que ajuda a elucidar a finalidade de cada discurso: “As visadas devem ser consideradas do ponto de vista da instância de produção que têm em perspectiva um sujeito destinatário ideal, mas evidentemente elas devem ser reconhecidas como tais pela instância de recepção” (CHARAUDEAU, 2004, p.23). Tal noção coloca em cena os sujeitos do discurso (enunciador e destinatário) e os compromete, seja com a articulação argumentativa do discurso, seja com a adesão que a instância de recepção é convidada a ter diante do conjunto de estratégias apresentadas.

A atitude enunciativa que configura os textos analisados no periódico *O Sexo Feminino* corresponde a algumas das visadas listadas por Charaudeau (2004). Uma delas é de incitação, que marca a intenção do enunciador de convencer seu destinatário. Nesse caso, o enunciador não está em posição de autoridade para mandar. Em razão disso, vale-se da sedução ou da persuasão para induzir seu público a acreditar em determinada verdade e assumi-la. Esse fato pode ser observado, por exemplo, quando a jornalista direciona sua fala às mães de família:

Não, nós não queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros; é á felicidade que pretendemos conduzir-vos: são os nossos direitos postergados, que desejamos reaver; são as nossas forças e a vossa soberania que invocamos; é em fim, convidando-vos a percorrer a estrada afortunada da virtude e do amor que nos prôpuzemos a pedir que vos instruaes, para que possais educar vossos filhos nos sãos princípios da moral” (Anexo 2, linhas 13-18).

Observamos, ao lermos esse fragmento, que a própria jornalista traça essa imagem de si, de quem conduz, orienta e é capaz de persuadir seu destinatário.

Trataremos, entretanto, da questão do *ethos* ao analisarmos, com mais cuidado, os exemplares de *O Sexo Feminino*, no capítulo 4, momento em que abordaremos a capacidade persuasiva da jornalista.

A visada de demonstração também norteia os textos em questão, pois, muitas vezes, o espaço usado pela jornalista configura a oportunidade de ela apresentar as provas (baseadas na ciência, em fatos cotidianos, nos exemplos de outros países, outras culturas, ou mesmo assegurada pela fala legítima de um terceiro) para convencer seus destinatários;

Inumeros exemplos a historia nos dá de que Deos tem concedido benevolo destino a muitos homens que forão educados por suas mãis, e debalde tentarão os retrogrados negar a influencia benéfica que uma mãï sensível sem fraqueza, e religiosa sem rigidez, tem exercido sobre o caracter de seus filhos. (Anexo 2, linhas 1-4).

Nesse trecho, a jornalista recorre a exemplos históricos para “garantir” aos destinatários a validade de seus enunciados e conduzi-los à asserção final que confirma a necessidade de instrução para as mulheres. Em um outro momento, a história é rememorada com o intuito de prefigurar um novo tempo para a realidade feminina. Também nesse caso, Senhorinha apresenta os fatos com o objetivo de *provar* ou de *demonstrar* aos leitores que sua enunciação corresponde a um novo tempo, marcado pela novidade e pelo progresso, um tempo que exige e que permite que a causa feminina seja anunciada;

Não estamos mais nos tempos em que o saber se achava encarcerado nos claustros; o feudalismo, a cavalaria errante, as crusadas; os tempos dos prejuizos das castas e dos desvanescimentos chimericos, passaram, deixando apenas os traços de suas temporarias conquistas. As fogueiras da inquisição não achão e nem acharão mais combustivel para accendel-as (Anexo 4, linhas 1-4).

Em outra edição, Senhorinha utiliza a seleção lexical para reafirmar sua visada demonstrativa, ao empregar o próprio verbo *demonstrar* em seu enunciado que anuncia a importância da mulher na sociedade. A jornalista apresenta como conhecimento compartilhado e comprovado a ideia de que a figura feminina é extremamente importante no desenvolvimento da sociedade;

Hoje, no século XIX, está mais que *demonstrada* a maravilhosa importância que a mulher tem na regeneração da humanidade: E no lar da família, que é a sociedade em miniatura, é que póde e deve ser aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais permitido negar-se a sua superioridade na educação e instrução da mocidade (Anexo 5, linhas 53-56, grifo nosso).

O discurso do editorial é construído perpassando os discursos da história e da ciência na pretensão de se justificar a veracidade e a cientificidade do que é exposto. A finalidade da jornalista em seus editoriais é fazer-se compreendida e ter suas ideias aceitas pelos leitores. O gênero editorial em *O Sexo Feminino* assume, assim, o caráter de discurso comprobatório e instrutivo com o propósito final de conquistar, pela sedução e pelo convencimento, a adesão dos leitores.

Temos, ainda, a visada de prescrição, quando o enunciador demonstra que tem autoridade para “mandar fazer”, ou melhor, “fazer fazer”, “... *eu* tem autoridade de poder sancionar; *tu* se encontra, então, em posição de “dever fazer” (CHARAUDEAU, 2004, p.23) Em praticamente todo o corpus analisado, Senhorinha Diniz se apresenta como uma autoridade que tem o poder de sancionar, passa a imagem de uma mulher que está em uma posição de “mandar fazer” ou “fazer fazer” algo para mudar a situação das mulheres de sua época e levar, por conseguinte, seu público à posição de “dever fazer” algo para que essas mudanças se consumam.

Espera-se, normalmente, que uma das funções de um jornal, mesmo que seja do século XIX, mesmo que em um editorial, em maior ou menor grau, seja a de informar. Assim, espera-se também que a visada de informação se faça presente nesse tipo de texto/discurso. Para Charaudeau (2004, p.23-24, grifos do autor) essa visada pode ser descrita da seguinte forma: “*eu* quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber; *tu* se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou como de eu surgimento.” No caso de Senhorinha Diniz, temos que ela, com seu jornal, com seu editorial, com seu discurso, quer fazer seu público saber o quão é urgente uma mudança na forma de ver e tratar as mulheres. Ela faz isso legitimada em sua posição de “fazer saber”, ela é mulher, é culta, é jornalista, é emancipada, por isso tem autoridade para dizer o que diz. Ela escreve porque acredita que seu público deve, precisa saber sobre as reais condições das mulheres e também sobre como essas mudanças devem, precisam acontecer.

As visadas parecem estar, todas elas, desse modo, estreitamente ligadas ao *princípio de influência*, de que fala Charaudeau (2004). Elas determinam a orientação

do ato de linguagem como ato de comunicação em função da relação que o sujeito falante quer instaurar frente ao seu destinatário; no nosso caso, Senhorinha Diniz frente aos seus leitores.

Para validar essa intenção, a jornalista, em seu discurso nos editoriais, utiliza-se de estratégias diversas que contribuem com a pretensão principal de se convencer o público leitor a respeito da necessidade da emancipação feminina através da educação. Trataremos, no capítulo seguinte, das estratégias mais recorrentes nas páginas editoriais de *O Sexo Feminino*.

CAPÍTULO 3

A ARGUMENTAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ADESÃO AO DISCUSO

3.1 A argumentação no discurso de Senhorinha Diniz

Argumentar pode ser entendido, na sua concepção mais simples e imediata, como um ato de defesa de um ponto de vista. Esse ponto de vista se liga, por sua vez, ao verossímil e visa um auditório, um público específico, do qual se quer captar a adesão. Argumentar também pode ser entendido como a busca pelo entendimento sobre algo. Quando alguém está convicto de algo e quer que seu interlocutor partilhe desta convicção, ele se vale das estratégias argumentativas. E o diálogo, a interação é o caminho mais razoável, mais comum para que o sujeito construa sua argumentação.

Veremos, nesse capítulo, que a argumentação nos editoriais de *O Sexo Feminino* é o caminho escolhido por Senhorinha Diniz para buscar alcançar seu público. Senhorinha defende pontos de vista sobre a situação social das mulheres de seu tempo, sobre a forma como elas devem ser tratadas e como a educação é uma saída para que elas alcancem sua dignidade. Esses pontos de vista se ligam, evidentemente, ao verossímil e visam um auditório específico: homens e, sobretudo, mulheres da sociedade brasileira oitocentista.

Para tratarmos da argumentação presente em *O Sexo Feminino*, perpassamos, ainda que de maneira superficial, alguns aspectos teóricos para melhor compreender o uso da argumentação na construção do discurso e na garantia da adesão dos leitores aos temas veiculados no jornal.

Uma definição que nos parece pertinente do conceito de argumentação encontra-se no Tratado da Argumentação, de Perelman e Obrechts-Tyteca, no qual afirmam que:

... uma argumentação eficaz é aquela que consegue incrementar a intensidade de adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação visada (ação positiva ou abstenção), ou de modo a pelo menos criar, entre eles, uma disposição para a ação, que se manifeste no momento oportuno (PERELMAN & OBRECHTS-TYTECA, *apud* PLANTIN, 2008, p.46).

Nos editoriais de Senhorinha Diniz conseguimos perceber esse movimento discursivo, ao constatarmos a intenção da jornalista de construir uma escola de formação para as moças, onde elas pudessem aprender os ensinamentos até então ministrados quase que exclusivamente aos homens de sua época. Dessa maneira, a ação visada por ela é a própria adesão dos leitores à ideia de contribuir para a formação dos alunos, adesão que pode ser tanto no sentido de compartilhar o pensamento sobre a

instrução feminina, quanto no sentido de ajudar financeiramente com a instituição de ensino. Os editoriais da jornalista são construídos de maneira a percorrer esse caminho que finda na proposta prática de criação dos colégios para mulheres, mas que perpassa o convencimento lógico, sentimental, instrutivo e polêmico, que será comentado mais adiante, ainda nesse capítulo.

Argumentar pode ser entendido como o ato de colocar em cena pontos de vista direcionados ao sujeito destinatário do discurso com o intuito de fazê-lo acreditar no que é enunciado. Os elementos linguísticos representam, pois, as investidas do sujeito argumentador para elaborar, de maneira convincente, a sua conclusão. Nesse contexto da importância do uso argumentativo, faz-se necessário lembrar que:

A argumentação incide sobre aquilo em que é preciso crer, região na qual encontra a questão da prova e da demonstração, mas ela incide tanto mais sobre aquilo que é preciso fazer, a que é preciso renunciar ou não, recusar ou aceitar ofertas de negociação... (PLANTIN, 2008, p.89).

A força argumentativa torna-se tanto maior quanto mais divergência existir diante da afirmação postulada pelo enunciador. Recorre-se, então, a crenças e a maneiras de pensar que são compartilhadas em determinada sociedade e que por isso podem fazer sentido a partir do que é proposto como conclusão. Pauliukonis nos ajuda a compreender um pouco mais sobre o uso da estratégia no todo do discurso. Segundo ela,

A estratégia para se conseguir a adesão de determinadas teses passa pela aceitação de certos princípios que se mostrem plausíveis, verossímeis ou defensáveis, mesmo que sob determinados pontos de vista e, nesse caso, a argumentação aproxima-se de um paradigma de envolvimento e sedução, cujo efeito de performatividade da sugestão não se encontra necessariamente no ato de convencer. Pode-se convencer e não se levar a agir. (PAULIUKONIS, 2008, p.85)

A validação do discurso compreende a aceitação dos valores postos em cena a partir da elaboração argumentativa. Ao destinatário do discurso cabe, portanto, o reconhecimento não só da linguagem encenada, como também das crenças partilhadas.

Segundo e seguindo essa linha de pensamento, também o editorial exigirá que o enunciador recupere valores e crenças compartilhadas em sociedade para que sua argumentação seja convincente. Tal gênero permite ao sujeito enunciador a liberdade de

construir estratégias argumentativas que convençam os leitores e que os conquistem para a ideia defendida a partir do texto. Sobre a capacidade argumentativa disposta em cada gênero, Amossy (2008, p.322) explica que:

... cada discurso comporta sua própria situação de enunciação e realiza uma verbalização singular da tese ou do ponto de vista proposto ao auditório. Ele depende ainda de uma estrutura de troca global na qual se realiza a ação de persuasão.

Diante do caráter singular da argumentação encontrada em cada gênero textual/discursivo, trataremos, na sequência, dos usos de estratégias argumentativas nos editoriais de *O Sexo Feminino*.

3.2 Os editoriais em *O Sexo Feminino*: imbricamento de estratégias racionais e emocionais

Os jornais, já no século XIX, configuravam-se como um espaço de embate de ideias e de opiniões, especialmente a partir da segunda metade do século. Em função dos diferentes modos de perceber o Brasil oitocentista, havia uma espécie de disputa para garantir a adesão do público leitor aos ideais defendidos em cada periódico.

O discurso do editorial de Senhorinha Diniz aponta, assim, para a necessidade do uso de estratégias que insiram o (a) leitor(a) no campo de discussão pretendido e que garantam sua adesão à proposta, ao projeto de emancipação feminina pela instrução e educação das mulheres. Nesse sentido, faz-se necessário retomar a afirmação de Maingueneau (2004, p.99), quando diz que “... o poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados”. Com a intenção de tornar esses valores partilhados e aceitos por determinado grupo (nesse caso, os destinatários do discurso), a jornalista utiliza recursos linguísticos e discursivos em seus editoriais que conduzem os leitores ao reconhecimento da necessidade da emancipação feminina através da educação.

As estratégias são, desse modo, uma instrução discursiva que orientam os leitores a respeito da intenção do sujeito enunciador ao propor seus enunciados, seus pensamentos, enfim, seus pontos de vista. Nos editoriais de *O Sexo Feminino*, observamos estratégias que perpassam o campo racional, emocional e o uso do discurso

de outrem como elementos que ajudam a construir e a legitimar o discurso de Senhorinha. Apresentamos, na sequência, um pouco mais sobre esses usos nos textos da jornalista.

Como já vimos anteriormente, a inclusão do público feminino nos enunciados constitui-se um uso estratégico no discurso, pois visa, convoca e dialoga diretamente com as mulheres (e um pouco mais indiretamente com os homens) sobre a situação das mães, esposas e filhas e sobre as razões de uma necessária emancipação. A partir do pronome em 1ª pessoa do plural, *nós*, o universo de sentidos evocado no discurso parece corresponder ao saber partilhado por esse grupo, ou seja, ao se referir ao *nós, mulheres*, Senhorinha antecipa a concordância das demais mulheres ao seu discurso. Juntamente com a jornalista, as demais mulheres assumem o posicionamento de defesa de seus direitos: “*Lembremos aos nossos concidadãos que, o sexo fraco não necessita de palácios, solidamente construídos, para n’elles serem recebidas e educadas nossas filhas, as filhas do povo*” (Anexo 3, linhas 86-88, grifo da autora). Nesse trecho, a referência ao sexo fraco insere as mulheres e as qualifica, no sentido de retomar uma impressão ou mesmo uma crítica da época ao nomeá-las de *sexo frágil*. Cria-se, nesse momento, um vínculo, uma identificação: Senhorinha Diniz faz parte daquele grupo ao qual ela se dirige. Ela é uma delas e o fato de dizer “*nós*” cria uma situação de pertencimento.

O tratamento allocutivo é também estratégico, na medida em que atrai as mulheres para o discurso e para a causa feminina:

Vejamos, pois, boas mãis, o terreno é nosso, não o deixemos sem cultura, e nossa colheita será na proporção do que semejarmos; a principal idéa de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo por meio da instrução ministrada pela mãe de família. (Anexo 5, linhas 78-80).

Nesse momento, convoca-se para o discurso a *mulher mãe* como a detentora do poder de transformação social e até mesmo do compromisso público de reerguer a sociedade através da instrução. Cabe lembrar aqui Amossy (2007), que explica o relacionamento que acontece entre os sujeitos do discurso, na construção do sentido e da efetividade da argumentação. Segundo ela,

Assim, o “*je*” (eu) marcado no discurso frente a um “*vous*” (o senhor/a senhora), e que constrói uma imagem de si mesmo em função da

representação que faz do outro, está ligado a um papel (o presidente, o repórter, o esposo...) que ele assume de forma diferente em função da posição que ele pode ocupar num campo político, jornalístico, familiar e privado, variável. (AMOSSY, 2007, p.131)

Compreendemos melhor, a partir do que diz Amossy, a função da jornalista na articulação argumentativa e, no direcionamento que é feito ao seu público.

Para referendar seus argumentos, Senhorinha apresenta elementos lógico-rationais em seu discurso, o que a aproxima de um discurso tido como moderno, progressista e científico. A discussão sobre a necessidade de emancipação feminina associa-se a uma consequência lógica da modernidade e do Iluminismo, do esclarecimento próprio do século XIX. Para isso, a jornalista apresenta um fato, tido como verdadeiro e incontestável, e propõe um argumento como justificativa de seu pensamento para, em seguida, lançar a conclusão com a intenção de garantir adesão de seus leitores, como podemos observar no exemplo que se segue:

FATO: “Hoje, o horizonte da humanidade se mostra mais risonho, as nuvens, precursoras das tempestades, negrejam raramente [...] *Todos os povos são livres, ou pugnam pelo direito de igualdade*” (Anexo 4, linhas 5-6. Grifo nosso).

ARGUMENTO: “erguendo-se ao seu verdadeiro nível, atingem de dia em dia seu fito principal; - *a civilização da humanidade*” (Anexo 4, linhas 13-14).

CONCLUSÃO: “Pois bem, si o seculo presente, é o das luzes e da batalha da civilização, a – *Racional Emancipação da mulher*, não podia e nem póde deixar de entrar na arena do combate” (Anexo 4, linha 14-16).

Esse exemplo coloca em evidência o teor argumentativo do discurso, que pretende demonstrar ao leitor a verdade a partir de evidências observáveis na própria sociedade. Nesse caso, a liberdade é posta como um fato incontestável e, a partir dela, configura-se a conclusão, que recupera o esclarecimento advindo do Iluminismo e aponta para a racional emancipação da mulher.

O sentido do discurso demonstra estar diretamente relacionado à orientação que o editorial e a enunciadora lhe impõem. Assim sendo, concordamos com Plantin (2008, p.34) quando fala sobre o direcionamento dado a partir do que se enuncia: “... o que um enunciado quer dizer é a conclusão para a qual ele está orientado” (PLANTIN, 2008,

p.34). Sendo assim, as falas de Senhorinha nos editoriais analisados estão orientadas para a necessidade e urgência da emancipação da mulher através da educação. Pragmaticamente, a jornalista direciona a conclusão de seu discurso para a colaboração com as *instituições de ensino para meninas*, que é a maneira prática de instruir e educar as mulheres, segundo a visão de Senhorinha.

3.2.1 A emoção nas páginas de *O Sexo Feminino*

Fernandes (2010, p.143) enumera situações em que o discurso patêmico é mais facilmente observado. Segundo ela, “... alguns assuntos, por exemplo, têm muito apelo emocional, como infância, vitimização de pessoas inocentes, catástrofes, perdas, mortes, piedade, caridade e medo”. Dos temas elencados por ela, apenas as catástrofes não são tratadas nos editoriais de Senhorinha. Observaremos, na sequência, com mais cuidado, a recorrência desses casos concretos no periódico.

A jornalista recupera sentidos e sentimentos no discurso que são compatíveis com a vivência e com o universo de compartilhamento dos leitores. Como explica Lima (2007, p.146), trata-se de “... emoções que são da ordem do intencional [...] ligadas aos saberes de crença e se inscrevem em uma problemática de representação psicossocial”. A realidade feminina e o descaso dos homens com relação ao nível educacional das mulheres são construídos de maneira a ativar representações de opressão, de injustiça e sensibilizar as mulheres, levando-as a uma tomada de posição, como observamos no trecho seguinte: “Quando trata-se de uma questão transcendente como esta, devemos todas unir-nos a banir de nossas idéas todos os erroneos preconceitos que suffocam e amortecem o passo que tentamos dar para o progresso da humanidade em geral”. (Anexo 4, linhas 59-61) Esse trecho vai ao encontro do que postula Charaudeau (2006, p.81) a respeito da capacidade de o enunciador conquistar seu público, uma vez que, segundo ele, a persuasão está ligada aos afetos e funda-se em deslocamentos emocionais voltados para o auditório.

Em outro trecho, Senhorinha tem a intenção de conquistar as mulheres envolvendo-as com um discurso elogioso e inclusivo, rico também de traços que podem despertar a emoção dos leitores, a saber: as qualificações dirigidas às mulheres e o próprio tom da enunciação, marcado pelo entusiasmo e pela idealização da mulher fluminense:

... continuamos animosas no bom acolhimento que ella terá, deste povo fluminense, sempre enthusiastico pelas idéas de progresso. A redactora tudo espera das Senhoras, não só da côrte como das províncias, para a coadjuvação e sustentação da folha e da idéa, offerecendo desde suas paginas a todas aquellas que as honrarem com seus bem elaborados escriptos, nos precinetos do programma. (Anexo 3, linhas 6-10).

O discurso de Senhorinha demonstra ser marcado por preocupações a respeito de desigualdades e injustiças sociais, especialmente com relação às mulheres. Daí o esforço da jornalista em instruí-las e esclarecê-las para que lutem por um futuro melhor. Em um dos editoriais, ela aconselha as mulheres a estudar, ao invés de se dedicarem às tarefas domésticas e para convencê-las disso, a patemização da cena enunciativa é resgatada por meio da expressão: “Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!”(Anexo 1, linha 20). Ao propor esse questionamento discursivo que é, ao mesmo tempo, estratégico e episódico, a jornalista sensibiliza seu destinatário a assumir uma tomada de posição, tendo em vista a cena resgatada de solidão e fragilidade da mulher do século XIX, que se mostrava dependente do marido e dos familiares. O extremismo do abandono, nesse caso, é exposto para que seja uma opção negada pela mulher, uma vez que a jornalista apresenta-lhe a possibilidade de optar pelo estudo, pelo ensino que liberta e traz benefícios, como ela mesma afirma: “A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades” (Anexo 1, linha 23). A mobilização desse universo das paixões é vista como uma estratégia na qual a jornalista sensibiliza as mulheres leitoras de seu periódico e, em contrapartida, denuncia as injustiças sociais cometidas pelos homens.

Com relação à capacidade do *pathos* de garantir a adesão do leitor ao discurso, Santos (2010, p.114, grifos do autor) compreende que:

entender os *efeitos pathêmicos* significa identificar nos sujeitos o que estamos denominando de saberes de crença. Trata-se de saberes que se referem à ação contextual dos sujeitos em uma determinada situação de comunicação. Essa ação contextual dos sujeitos evidencia reações de natureza inconsciente, provedora da capacidade de inferência de sentidos.

A leitura e a análise dos editoriais nos levam a perceber que o universo de saberes partilhados nesse discurso refere-se à memória discursiva de homens e mulheres sobre o tratamento educacional destinado às moças e ao espaço que lhes é permitido nas

relações e interações sociais. Podemos perceber tal visão no enunciado que se segue, no qual a jornalista usa a asserção para identificar o compartilhamento de uma verdade a respeito do tema: “A influencia da mulher na sociedade fez-se sentir sempre em todas as épocas e em todas as eras” (Anexo 3, linhas 103-104). Em outro momento, ela confirma esse pensamento, ao dizer que “... para reconstruir um mundo civilizado, sobre as bases da moral, bastar-lhes-hão bôas mãis de familia e educadoras” (Anexo 3, linhas 33-35).

3.3 As vozes presentes no discurso de Senhorinha Diniz

Polifonia, dialogismo, interdiscurso, intertexto e heterogeneidade constitutiva e mostrada são conceitos correlatos, que se tangenciam, conceitos regularmente tratados, utilizados nos estudos em Análise do Discurso. Ainda que não seja nossa intenção, nessa pesquisa, confrontar esses conceitos, buscar elementos que os distinguem e seus traços comuns, cabe registrar que o discurso de Senhorinha Diniz se vale dessa gama de “eventos” ou “manifestações” discursivos/textuais. O discurso dos editoriais da jornalista é marcado pelo entrelaçar daquilo que preferimos nomear, por questão de economia, de “vozes”. Elas contribuem na construção da fala da jornalista e também na construção de seu *ethos*. A mescla das várias vozes no seu discurso é recorrente; o caráter argumentativo desse uso torna-se fundamental para a compreensão dos caminhos por onde passa o discurso da jornalista em seus editoriais.

Para entendermos um pouco melhor tal pluralidade no discurso de Senhorinha Diniz, buscamos em Mello, sua visão sobre o conceito de polifonia, que, para nós, também diz respeito ao que estamos chamando de vozes:

... a polifonia designa as diferentes vozes instauradas no discurso e, desse modo, está literalmente associada à coletividade, aos protagonistas e parceiros da comunicação, ou seja, ela se situa no nível da língua, da enunciação, da produção e da recepção dos sentidos. Polifonia é, na verdade, o sentido construído no e pelo texto. (MELLO, 2006, p.110)

A elaboração discursiva com a mescla de vozes distintas pode contribuir para instaurar no discurso uma polêmica, a partir da oposição de um ponto de vista, ou o embasamento contundente diante de um ponto de vista.

Ainda que nossa intenção não seja confrontar conceitos, acreditamos ser pertinente apresentar as definições básicas a respeito dos termos por nós usados nesta

seção. A heterogeneidade, distinguida por Authier-Revuz como heterogeneidade mostrada e constitutiva, é uma das formas de pluralidade encontradas no discurso de Senhorinha. A heterogeneidade mostrada “corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso”. A heterogeneidade constitutiva ocorre “quando o discurso é dominado pelo interdiscurso: o discurso não é somente um espaço no qual viria introduzir-se, do exterior, o discurso do outro; ele se constitui através de um debate com a alteridade, independentemente de qualquer traço visível de citação, alusão, etc”. (MAINGUENEAU, 2006, p.261) Outro conceito elencado por nós e que faz parte do que consideramos como vozes do discurso é o conceito de dialogismo, definido por Bakhtin como a forma usada para se compreender e dar sentido à fala do outro. Segundo ele, “a compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor a palavra do locutor uma *contrapalavra*. (BAKHTIN, 2006, p.135, grifo do autor).

Intertexto e interdiscurso são conceitos que, por vezes, podem se confundir. Uma diferença pode ser estabelecida entre eles, o interdiscurso é compreendido como “o conjunto das unidades discursivas com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita” (MAINGUENEAU, 2006, p.286), já o intertexto é o termo empregado para “designar um conjunto de textos ligados por relações intratextuais. (...) é o conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrase...) em um corpus dado”. (MAINGUENEAU, 2006, p. 289).

Esses breves conceitos expostos anteriormente contribuem para compreendermos que, de maneira direta ou indireta, outras vozes, além da jornalista Senhorinha Diniz, são convocadas de formas diversas para compor seu discurso e corroborar a proposta de emancipação. Ela organiza sua fala em torno do pensamento de cientistas, filósofos, pensadores e jornalistas que, se não falam claramente sobre a emancipação, perpassam esse universo temático e assumem, na cena discursiva, o papel de colaboradores na fala de Senhorinha, de autoridades que a ajudam a endossar seus dizeres, como nos trechos: “... estará comprida a phrase de Flamarion: “A verdadeira liberdade consiste na soberania da intelligencia” (Anexo 4, linhas 20-21) e em “Diz Hume – “Sempre que uma verdade nova quer iluminar o mundo, seu propagador encontra o Golgotha; nós, certamente, encontraremos esse Golgotha!!...”(Anexo 5, linhas 33-34).

A citação dos dois filósofos marca o discurso da alteridade por meio do uso e da menção da fala colocada entre aspas. Maingueneau (1993, p.91) afirma sobre o discurso

relatado que ele também é capaz de revelar o universo discursivo do qual o enunciador faz parte. Segundo ele,

As aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. O sujeito que utiliza as aspas é obrigado, mesmo que disto não esteja consciente, a realizar uma certa representação de seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através destas aspas.

Cabe ressaltar ainda que a veiculação das citações, das diversas vozes empreendidas no discurso pode demonstrar também a imagem que o enunciador pretende apresentar aos seus destinatários. Essa imagem pode não estar claramente demonstrada no discurso, mas, ela recupera o universo do qual partem as falas do enunciador, ou seja, o mundo discursivo que o enunciador tende a partilhar com seu público leitor. Senhorinha Diniz, ao se valer dessas vozes, se mostra para seus leitores como um mulher erudita e intelectual, alguém que lê filosofia, que domina outras línguas e que, desse modo, também tem autoridade para falar. Todos esses elementos ajudam a compor seu *ethos*. Falaremos, na sequência, um pouco mais sobre a presença dessas vozes, dos discursos de outrem.

3.3.1 A conquista da legitimidade: fala sustentada pelo discurso de outrem

O discurso de Senhorinha é permeado por outros discursos específicos, tais como o científico, o religioso e o educacional, que têm por objetivo sustentar sua fala e dar legitimidade à luta que ela empreende no jornal, com o objetivo de convencer seus leitores. Essa inscrição de vozes distintas no discurso revela a diversidade também na própria constituição do discurso, uma vez que, na Análise do Discurso, compreendemos que não há uma fala que seja completamente original, que não seja fruto de outras falas, de outros textos e discursos. As formas de heterogeneidade alteram “... a unicidade aparente da cadeia discursiva, pois elas aí inscrevem o outro (segundo modalidades diferentes, com ou sem marcas unívocas de ancoragem)” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.29).

Dentre as diversas vozes que ajudam a compor o discurso da jornalista, podemos citar a de Immanuel Kant. O filósofo é resgatado no editorial de 7 de janeiro de 1874 e sua fala aparece como um elemento para tornar verdadeiro o pensamento da jornalista.

O fato de Kant reconhecer que os bons sentimentos que tem em si advêm de sua mãe traz para o discurso um exemplo claro de um homem bem sucedido intelectualmente que reconheceu em uma mulher (sua mãe) os valores que ela possuía. O uso desse pensamento de Kant a respeito de sua mãe traz a ideia da fala do filósofo e não sua fala em si. Conforme afirma Maingueneau (2004, p.149, grifo do autor) “Com o discurso indireto o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as falas exatas que são relatadas, mas sim o *conteúdo do pensamento*”. Dessa maneira, o exemplo do filósofo reafirma a proposta de emancipação feminina pela educação, uma vez que mostra a capacidade da mulher de intervir positivamente na educação dos filhos e fazer deles bons homens para a sociedade. A fala atribuída ao filósofo traz um efeito de sentido de verdade, de confirmação do que está sendo dito. Como afirma Maingueneau, o discurso citante reitera a fala do enunciador e proporciona a adesão do leitor à proposta empreendida pelo ato enunciativo.

aquele que propõe de modo convincente, a interpretação de um texto literário, filosófico, religioso... indica pragmaticamente – e ao mesmo tempo – que é competente, que ocupa legitimamente o lugar que a instituição lhe confere, que o texto comentado é rico de sentido, que os discursos literário, filosófico, religioso são realmente discursos portadores de mensagens essenciais e que seu comentário sobre tais discursos é capaz de lhe conferir uma identidade” (MAINGUENEAU, 2008a, p.204).

Tendo em vista essa percepção do discurso citado e do discurso comentado, Senhorinha Diniz parece buscar despertar em seu leitor a segurança de quem conhece o campo discursivo da ciência e da filosofia, a partir da citação de Kant.

Outra voz presente no discurso de Senhorinha decorre do uso da citação do trecho de uma frase popularmente conhecida. O ditado popular é tido como a expressão do conhecimento e da experiência popular. Ele compõe uma parte importante de uma cultura e geralmente carrega consigo um valor de verdade, formas cristalizadas pela comunidade. O ditado popular é considerado como a “voz do povo” e a “voz da verdade” e adquire importância particular por ser reconhecido e aceito pela comunidade discursiva em questão. Quando ele é usado por Senhorinha, o ditado popular torna-se, de certa forma, parte constitutiva do discurso dela, em uma espécie de espelhamento ou adesão e, assim, sua própria fala a ele vinculada torna-se mais facilmente reconhecida e acolhida pelo destinatário. Assim caracteriza-se o uso do dito popular citado em 22 de

julho de 1875: “... é tamanha a sua importância [da mulher] que segundo a sabedoria pratica dos povos, tem-se dito, e se repete ainda hoje: - *Ce que la femme veut, Dieu le veut*” (Anexo 3, linhas 104-105, grifo da autora). A citação coloca em cena certa proximidade entre a mulher e Deus que a torna quase divina, digna de ser reconhecida pelos homens na terra, pois já é reconhecida por Deus no céu.

O filósofo Camille Flamarion, citado no discurso do editorial de 2 de junho de 1889, é mais um que contribui para sustentar a fala de Senhorinha: “Sabemos que esta questão é de grande momento e de alcance serio para ambos os sexos, mas uma vez resolvida, estará comprida a phrase de Flamarion: “A verdadeira liberdade consiste na soberania da intelligencia” (Anexo 5, linhas 19-20). Percebemos que a afirmação da jornalista só faz sentido com a citação do filósofo. A própria escolha do francês como citante contribui para a validade do enunciado, evidenciando o conhecimento da literatura francesa e do pensamento desenvolvido pelos filósofos. Assim, a citação em francês contribui para a construção de um *ethos* também de modernidade, considerando que a jornalista tem domínio da língua e tem acesso à literatura da França, um país que lutava pela emancipação e que foi o celeiro do Iluminismo e das ideias de liberdade e igualdade. Desse modo, Senhorinha legitima seu discurso e mostra seu *ethos* de mulher inteligente, culta, letrada, o que marca sua imagem e a autoriza a dizer o que diz.

No editorial de 27 de fevereiro de 1876 (Anexo 4), Senhorinha sustenta seu discurso baseada na argumentação empreendida pelo proprietário do periódico *Amor ao progresso*, Eugênio Octavio de Carvalho. O escritor coloca em xeque, em seu periódico, a validade do discurso de emancipação feminina. Senhorinha aproveita, pois, o espaço de comunicação entre os periódicos, e retoma os argumentos de Eugênio com o intuito de revidá-los. O que se segue no discurso da jornalista é o embate das ideias sobre emancipação da mulher, que marca os dois pontos de vista opostos existentes no século XIX a respeito do assunto. Senhorinha usa o discurso de outrem para marcar e reafirmar o seu próprio discurso, o que evidencia outra voz presente no discurso editorial de *O Sexo Feminino*.

A citação do filósofo Hume aparece no editorial também com o intuito de embasar o discurso de Senhorinha: “Diz Hume – Sempre que uma verdade nova quer iluminar o mundo, seu propagador encontra o Golgotha; nós, certamente, encontraremos esse Golgotha!!...”(Anexo 5, linhas 33-34). O enunciado apresentado no discurso é assumido como verdadeiro e transposto para a realidade discutida: a atuação do jornal e da jornalista na luta a favor das mulheres. Neste momento, a estratégia patêmica de

aproximar essa fala ao discurso religioso (que discutiremos mais adiante), parece pretender a adesão do leitor, através de sua compaixão. Se a voz que assume *O Sexo Feminino* é a mesma voz do Cristo injustiçado que sofreu o martírio na cruz e no monte da crucificação (Golgotha), há, indiretamente, duas posições a serem tomadas pelo leitor: a concordância com a crucificação do mártir (e neste caso, das ideias da jornalista), e o reconhecimento da verdade empreendida por ela, qual seja a necessidade de as mulheres se emanciparem.

A leitura e a análise dos editoriais nos mostram a intenção discursiva da jornalista em validar sua luta de emancipação e evidenciar a verdade a qual ela defende. Por isso, o discurso citado e até mesmo o comentário a respeito do discurso do outro cumprem o papel de sustentar a fala da jornalista e trazer o *efeito de verdade* para a sua fala. A própria escolha dos nomes citados no discurso revela o campo discursivo e intelectual que compõe a fala de Senhorinha, ela referenda seu discurso em estudiosos, filósofos e pensadores que defendem a causa feminina, o progresso e a modernidade.

3.3.2 O interdiscurso

O discurso do editorial de Senhorinha não está desvinculado dos outros textos e discursos presentes na realidade sócio-histórica do século XIX. Sendo assim, percebemos, com mais evidência, os discursos religioso, histórico e científico, na elaboração discursiva de Senhorinha Diniz. Essas áreas de conhecimento se comunicam e constroem uma correlação entre si, o que chamamos de interdiscurso. Mello (2006, p.111) explica o que é o interdiscurso e afirma que “... todo texto e todo discurso são atravessados por outros textos e por outros discursos, são regiões de encontros e confrontos de sentidos”. Por essa perspectiva, a concretização do sentido da emancipação feminina encenada no editorial é constituída por elementos, tais como:

- a ciência: “O que seria do mundo si as raras intelligencias, que alargão a esphera dos humanos conhecimentos, si Sócrates, [...], Aristoteles, Gallileo, Descartes e muitos outros, tivessem parado em frente das crenças geraes do seculo em que viverão?” (Anexo 3, linhas 50-52).

- a religião: “E no lar da familia, que é a sociedade em miniatura, é que póde e deve ser aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais

permitted to deny oneself its superiority in education and instruction of youth” (Anexo 5, lines 54-56).

- the history: “the feudalism, the wandering cavalry, the crusades [...] passed, leaving only the traces of their temporary conquests. The inquisition does not find and will not find more fuel to light them.” (Anexo 4, lines 1-4).

With these brief examples we perceive the mix of discourses articulated in the speech of Senhorinha and the consequent management of voices that sustain and pretend to present proximity, legitimation and the reaffirmation of the validity of the ideals defended by the journalist. Specific discourses compose the argumentation of Senhorinha Diniz, which we will address in the sequence.

3.3.2.1 The scientific discourse as reaffirmation of the discourse of emancipation

Science and progress permeate the discourse of the journalist and sustain the proposal she makes for society in the 19th century. What emerges from her speech is the inquietude in the face of expectations and needs of that era: “They must have all the certainty that there will be possible progress in the moral of the human race, as long as they do not convince themselves, the same, of the need for education of mothers, of the help they can provide...” (Anexo 3, lines 35-37).

It is about another argumentative resource to lead the addressee to the conclusion of the validity of the proposal of the journalist regarding female emancipation, finally, as assures Koch (2008, p.17) “... every act of arguing, this is, of orienting the discourse in the sense of determined conclusions, constitutes the linguistic fundamental act, for all and any discourse involves an ideology, in the broad sense of the term”. Thus, the entire elaboration of the journalist in her editorials imbued with the desire to *make believe* to the addressees the importance of emancipating women and offering them opportunities of study. In this way, her discourse is justified in the scientific discourse by affirming that: “A multitude of researches apparently devoid of the least interest, will serve as a basis for theories or methods that will later yield more evident practical utility” (Anexo 3, lines 45-47)

A recorrência de pensadores e cientistas citados nos editoriais de Senhorinha também intenciona criar essa proximidade com o discurso da ciência, até mesmo com relação aos nomes escolhidos para a citação:

O que seria do mundo si as raras intelligencias, que alargão a esfera dos humanos conhecimentos, si Sócrates, por exemplo, Aristoteles, Gallileo, Descartes e muitos outros, tivessem parado em frente das crenças geraes do seculo em que viverão? (Anexo 3, linhas 50-52).

A referência a esses reconhecidos pensadores, cientistas e filósofos é usada para sustentar a necessidade de que a sociedade acolha os novos pensamentos trazidos pela jornalista. Ela ainda mostra e confirma cientificamente seu propósito: “As sciencias anatômicas mostram a igualdade da intelligencia da mulher á do homem, no estudo das sciencias (Anexo 5, linhas 42-43). Assim, Senhorinha comprova, pela ciência, a capacidade feminina de exercer atividades até então destinadas apenas aos homens, uma vez que a própria ciência atesta a igualdade intelectual de homens e mulheres.

3.3.2.2 O discurso religioso indicador da verdade

O discurso religioso é recorrente nos editoriais e funciona como assegurador da verdade, por meio da aceitação dos leitores com relação a uma divindade, mesmo que não esteja ligada a uma religião específica. Há, nos editoriais, a menção constante a um Deus que é responsável por escolher a mulher como mãe e instrutora de seus filhos. A fala da jornalista é sustentada pela concretude do poder divino e da verdade, afirmada pelos dogmas da Igreja: “Tudo depende de Deus, mas por ordem d’Elle mesmo, o sermos bons depende de nós mesmos, de nossos paes ou educadores” (Anexo 3, linhas 30-31).

A construção da imagem da mulher oitocentista perpassa os desígnios de santidade e perfeição, que são também marcas da referência ao discurso religioso. A jornalista coloca em cena a perfeição da boa mãe que ensina princípios morais e santos aos seus filhos: “É no lar da familia, que é a sociedade em miniatura, é que póde e deve ser aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus... (Anexo 5, linhas 54-56).

A jornalista assume também a posição de mártir, ancorada no discurso religioso, comparada à figura de Jesus Cristo, que também trazia consigo uma verdade a ser anunciada: “Diz Hume – “Sempre que uma verdade nova quer iluminar o mundo, seu

propagador encontra o Golgotha; nós, certamente, encontraremos esse Golgotha!!...”. (Anexo 5, linhas 33-34). A referência ao Gólgota, calvário onde Cristo foi crucificado, intenciona criar no destinatário a aproximação da imagem de Jesus Cristo à de Senhorinha Diniz. Sendo assim, a intenção do discurso é evidenciar a semelhança entre os dois, e justificar especialmente a fala da jornalista como verdade. Assim como Cristo veio ao mundo apresentar a verdade, segundo afirma o texto da sagrada escritura: “Mestre, sabemos que és verdadeiro e ensinas o caminho de Deus em toda a verdade, sem te preocupares com ninguém, porque não olhas para a aparência dos homens” (BÍBLIA SAGRADA, 2003, p.1311), Senhorinha intenciona construir esse imaginário a respeito de si. Antes de apresentar ao leitor sua proposta de luta pelos direitos educacionais da mulher, a jornalista introduz sua fala retomando elementos do discurso religioso que corroboram para a sustentação da imagem do mártir que luta pela verdade e que se apresenta humildemente: “A verdade é uma força irresistível que nos arrasta para o bem e não sendo ella monopólio de ninguém não perde a sua essencia pela humildade de seus apóstolos” (Anexo 6, linha 27-28). O léxico da verdade, do bem, da humildade e do apostolado recupera o campo discursivo da religião, do seguimento a Jesus Cristo, evidenciando a semelhança construída entre o Messias e a jornalista que também busca angariar apóstolos que assumam a verdade da emancipação feminina através da educação. Essa imagem de condutora e guia que orienta os seguidores a determinado propósito é percebida no excerto: “Hemos feito vêr ás nossas conterraneas que nada no mundo é facil obter-se, sem sacrificio, e que tudo exige concurso do trabalho assiduo, para que possa ser alcançado (Anexo 4, linhas 28-30).

Outra evidência desse conteúdo temático consta no Anexo 2, cujo texto inicia atribuindo a responsabilidade pelo bom destino dos homens a Deus. A figura metonímica da mãe – que representa as mães em sua totalidade – deve ser, segundo o enunciado, “religiosa sem rigidez”. Percebemos a construção de um ambiente quase celestial: “Assim rodeada, desde o berço, a exemplos da *mais tocante piedade*, a graciosa creança caminhará na *estrada do Senhor*, protegida pela *azas de sua mãe*; o seu genio é como o *incenso que espalha seu perfume na terra*, mas que *arde para o céu*”. (Anexo 2, linhas 7-9, grifo nosso). O incenso, elemento importante de louvor no ritual religioso, traz esse significado de purificação do ambiente e de exaltação a Deus. As *azas* funcionam aqui como uma metáfora da proteção, do cuidado e do zelo da mãe com os filhos. O caminho do Senhor configura o caminho justo, correto e virtuoso, portanto, a ele as mães devem direcionar seus filhos. O uso dos substantivos *céu e terra* contribui

para firmar a dicotomia traçada no artigo entre a virtude (céu) e o vício, ou mau caminho (terra). Cabe ressaltar que a oposição *céu x terra* faz sentido na medida em que o imaginário construído a respeito do céu é de um espaço perfeito, onde a virtude se faz presente e a terra, o espaço da humanidade, das mazelas, do aspecto humano e passível de erros. A figura responsável por trazer esse elemento celeste da virtude à terra é a mãe (mulher escolhida por Deus). O céu é o espaço da divindade, da pureza, do sagrado, enquanto a terra é lugar de impureza, das fraquezas e dos erros humanos. Sendo assim, o discurso da jornalista intenciona conduzir homens e mulheres para a verdade e a santidade do céu. Como o incenso, o discurso dela pretende purificar as injustiças cometidas pelos homens na terra, alertando-os, mostrando-lhes o caminho santo e reto, o qual conduzirá apenas para a felicidade: “... mais uma vez dizemos que si queremos a igualdade de direitos, a nossa liberdade de acção, e autonomia no lar domestico é com o fim de fazermos com que a sociedade atinja seu aperfeiçoamento moral e social” (Anexo 6, linhas 16-18).

Senhorinha valida suas afirmações na concretude do discurso religioso e recupera o sentido que esta fala tem para seus leitores: “O espírito geral do livro divino que se deve attender e não o que é feito pelo homem”. (Anexo 6, linhas 20-21). Este trecho retoma a dicotomia do divino e do humano e valoriza a orientação divina, em detrimento do direcionamento dado pelos homens. A partir desta visão, apenas o que é orientado por Deus é seguramente correto e bom, as ações que são fruto de atividades pensadas pelos homens são, pois, passíveis de erros e injustiças, segundo o pensamento exposto pela jornalista. Compreende-se que, seguindo a linha proposta do caminho do bem e da justiça, somente aquilo que vem de Deus pode ser correto e justo e, portanto, atendido e aplicado pelos homens na terra. A proposta de senhorinha também é correta e justa, portanto, deve ser atendida e aplicada.

3.3.2.3 O discurso histórico como argumento factual

Dos seis editoriais analisados, quatro deles evidenciam o conhecimento da jornalista sobre história e sinalizam sua preocupação em resgatar fatos pontuais da história que tiveram importância significativa para o processo de emancipação feminina.

Em todos os editoriais analisados por nós, percebemos a qualificação do século XIX como um tempo de progresso, de modernidade e de esclarecimento intelectual advindo do Iluminismo. Essas características são, a todo o momento, retomadas no

discurso para reafirmar o novo tempo que surge a partir do século vigente. Senhorinha Diniz insiste em afirmar que seu discurso faz parte desse momento histórico da modernidade. Por esse motivo, as ideias de emancipação propostas por ela tem urgência de ser apresentadas e, posteriormente, aceitas por homens e mulheres do seu tempo por fazerem parte do universo de compartilhamento temático do progresso.

A história é apresentada como fonte de informação a respeito da importância da mulher na educação de seus filhos, no segundo editorial:

Inumeros exemplos a historia nos dá de que Deos tem concedido benevolo destino a muitos homens que forão educados por suas mãis, e debalde tentarão os retrogrados negar a influencia benéfica que uma mãï sensivel sem fraqueza, e religiosa sem rigidez, tem exercido sobre o caracter de seus filhos. (Anexo 2, linhas 1-4)

Nesse enunciado, a jornalista aproxima o fato histórico da realidade social com o intuito de referendar sua fala a respeito do papel da mãe na família. No momento em que Senhorinha recupera os “inúmeros exemplos da história” ela passa a adotar como verdade o fato de que a mãe é responsável pelo bom destino de seus filhos, ancorada na validade que o registro histórico assume enquanto comprovação do real.

No editorial de 27 de fevereiro de 1876 (Anexo 4) a história remonta a Inquisição e a Reforma da Igreja. Esses fatos, juntamente com o Feudalismo, as Cruzadas e a Cavalaria do século XII são lembrados como momentos de privação da liberdade, simbolizados pelas trevas: “Não estamos mais nos tempos em que o saber se achava encarcerado nos claustros; o feudalismo, a cavalaria errante, as crusadas; os tempos dos prejuizos das castas e dos desvanescimentos chimericos, passaram...” (Anexo 4, linhas 1-3). O discurso da jornalista Senhorinha Diniz insere-se, portanto, na realidade do esclarecimento e da luz advinda da verdade, compreendido como o fruto das ideias pertinentes para a discussão sobre a emancipação da mulher.

As leis que antecederam a abolição também são datadas e apresentadas no editorial de 2 de junho de 1889 (Anexo 5) como uma comprovação da veracidade dos fatos e oportunidade de exaltar a atitude da princesa Isabel na defesa dos direitos dos escravos:

As áureas leis de 28 de setembro de 1871, e a de 13 de Maio de 1888, são acontecimentos immorredouros! E que bem alto attestam a energia e capacidade da mulher. A heroína que apresentou ao ilustrado parlamento brasileiro a áurea lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888

mostrou que não somos, como dizem os pessimistas, entes fracos e aos quaes compete eterna tutela. Sabem todos que muitas vezes, apresentando-se dificuldades insuperáveis para os homens, são estas resolvidas por mulheres que aparecem como que adrede para triunphar dos obstaculos e das dificuldades. (Anexo 5, linhas 61-67)

Notamos que a menção da data e a apresentação do conteúdo da lei podem evidenciar a intenção da jornalista de construir uma imagem positiva da mulher, a partir dos feitos da princesa Isabel, como sendo a pessoa responsável pelo encaminhamento e pela assinatura do documento que trouxe a libertação aos escravos.

Os fatos históricos são também retomados no editorial de 22 de julho de 1875 (Anexo 3) no momento em que a jornalista recupera a data de criação do periódico e busca traçar esse marco na história também da imprensa feminina: “Creando em 7 de setembro de 1873 um periodico hebdomadario com o titulo supra; jornal dedicado aos interesses da mulher, vimos com prazer completar seu 1º anno, sem que soffressemos nenhuma contrariedade...” (Anexo 3, linhas 1-3).

Observamos nos editoriais que a marcação temporal do discurso de Senhorinha Diniz tem o objetivo de caracterizar o tempo em que os fatos ocorreram, qualificá-lo como o período da modernidade, fato que é evidenciado nos enunciados através dos adjetivos de referência ao século XIX. A retomada do espaço discursivo dos anos oitocentos coloca em cena também elementos referentes à temática educativa, que funcionam como argumentos necessários para a defesa da emancipação do sexo feminino, como abordamos em seguida.

3.3.2.4 O discurso educacional propulsor da emancipação feminina

Apresentamos no capítulo 1 a biografia de Senhorinha Diniz e encontramos nas ações relatadas pela professora e diretora do Colégio Nossa Senhora da Penha um esforço de trazer as temáticas educacionais para o interior do periódico. O fato de *O Sexo Feminino* ter uma secção intitulada *Gramática*, na qual se discutem as regras de uso do português já evidencia a preocupação da jornalista em apresentar a língua portuguesa como elemento a ser veiculado no periódico. Além disso, os próprios editoriais apresentam evidências do discurso educacional, alicerce da emancipação feminina, conforme expõe Senhorinha.

O primeiro editorial traz a temática do ensino como uma conquista a ser alcançada pelas mulheres, mas que está condicionada à atitude dos homens de permitir o

envolvimento das mulheres com os estudos: “O Século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais de metade dos males que os oprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres...” (Anexo 1, linhas 9-11). O enunciado da jornalista fica mais incisivo e convincente quando ela apresenta a parte prática de seu discurso de emancipação ao enumerar as disciplinas que deveriam ser ensinadas às mulheres:

Em vez de paes de família mandarem suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa, etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional *perfeitamente*, e depois, *economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura* (ao menos a nacional e portugueza), *a philosophia, a historia, a geografia, a physica, a chimica, a historia natural* ... (Anexo 1, linhas 14 – 18, grifo da autora).

Vemos ser construído nesse enunciado o panorama educacional do conteúdo a ser ministrado às mulheres do século XIX, sob a visão da jornalista. As disciplinas elencadas mostram o que a jornalista julga ser importante para o bom desempenho das mulheres como educadoras de seus próprios filhos. O ensino oferecido às mulheres contribuiria também para que elas se libertassem das injustiças cometidas pelos homens.

A alusão ao universo educacional também se faz presente no enunciado: “Os bons professores fazem os bons estudantes: mas só as boas mãis fazem homens virtuosos” (Anexo 2, linhas 10-11). Nesse trecho, apesar de a jornalista afirmar que só as mães são capazes de “fazer homens virtuosos”, ela reconhece a importância da educação na vida do homem, justamente por tematizá-la, referindo-se aos “bons estudantes”. Em outro trecho do mesmo editorial, a jornalista faz novamente alusão ao trabalho empreendido pelas mulheres na educação de seus filhos: “Mães! Não se assuste a vossa fraqueza com o grandioso titulo de educadora!” (Anexo 2, linha 13). Sob tal perspectiva, a função da mãe corresponde também à função da mulher educadora. Esse posicionamento perpassa todo o discurso de Senhorinha e pode ser considerado como o elemento fundante da proposta de emancipação feminina, uma vez que a jornalista exalta a capacidade instrutiva das mães, reconhece a qualidade do ensinamento vindo da mulher e exorta que apenas através dessa ação altruísta na família a mulher poderá se libertar do “julgo do sexo masculino”.

O pragmatismo do discurso se revela na atitude da jornalista de incentivar a construção de instituições de ensino para as mulheres, ancorada pelo apoio dos

legisladores e das assinantes do jornal: “Por ultimo, pedimos, aos legisladores, ao governo, aos nossos concidadãos e com especialidade ás mãis de familia para que coadjuvem esta nossa idéa a bem de vêl-a coroada de feliz êxito” (Anexo 3, linhas 88-90). A jornalista assegura que somente o cumprimento dessa proposta pode levar as mulheres à emancipação: “Só estas casas de educação são capazes de regenerar os costumes de nossa sociedade. Cuidai, portanto já e já coadjuvar esta instituição. Ella tirar-nos-ha do estado desolador em que nos achamos” (Anexo 3, linha 94-96). O condicionamento da liberdade feminina à entrada em uma instituição de ensino incute a necessidade não só da criação das casas de educação, como também da ativa participação das mulheres nesse empreendimento.

Senhorinha sustenta, em todo o seu discurso, a ideia de *racional emancipação feminina*. O léxico *racional* remete à razão, neste caso, relacionada também à educação que é vista por Senhorinha como um meio de trazer a liberdade para as mulheres. Em todo o período de veiculação de *O Sexo Feminino* a jornalista empreende este termo como um dos sustentáculos do seu discurso. A partir dele, são desenvolvidos vários argumentos que pretendem convencer as mulheres, e também os homens, da necessidade de se emancipar as mulheres, pois o resultado da emancipação é a harmonia e a virtude na sociedade.

3.4 A dualidade como índice constitutivo do discurso

A dualidade configura um elemento essencial para a compreensão do construto social do século XIX presente em *O Sexo Feminino*. A jornalista apresenta em seus editoriais uma visão dual e opositiva da percepção de mundo, marcada pela oposição entre o *bem e o mal*. Senhorinha se inscreve no lado do bem e da virtude, marcando, assim, a orientação de seu discurso para o progresso e para os benefícios da instrução feminina. Detalharemos com mais cuidado a posição da jornalista ao analisarmos o seu *ethos*, no capítulo seguinte. Fato é que esta oposição *bem x mal, passado x futuro, vício x virtude* se mostra presente em todos os editoriais. Trata-se de um elemento argumentativo e estratégico que conduz o leitor a reservar à jornalista e ao jornal a responsabilidade de materializarem o bem e o justo. Especialmente no editorial de 27 de fevereiro de 1876 (Anexo 4), essa construção é recorrente e se sobressai no texto. Nele são criados momentos discursivos opostos: um que se refere ao passado e outro, ao presente, ou seja, ao momento em que o jornal estava sendo escrito e veiculado.

A construção elaborada é de um passado marcado pelas restrições à liberdade política e religiosa, pela condenação diante das manifestações de pensamento, pela retenção do saber nas mãos de poucos, enfim, pelas injustiças: “Não estamos mais nos tempos em que o saber se achava encarcerado nos claustros...” (Anexo 4, linha 1). Em contrapartida, o tempo presente descrito no discurso é o da liberdade, metaforicamente caracterizado pela luz. Este tempo representa o novo, a possibilidade e o direito de os homens expressarem suas ideias em sociedade: “É a epocha da luz! Forão-se as trevas ... todos os povos são livres, ou pugnam pela sua liberdade...” (Anexo 4, linha 7). Em outro momento, a jornalista expõe o contraste que ela percebe e instaura no discurso, como verificamos no enunciado: “... todos os pensamentos se manifestam francamente e esforçam-se por obter sua liberdade, fazendo resaltar por toda a parte o contraste que ha entre o presente e o passado!” (Anexo 5, linhas 8-9). Desse modo, o próprio posicionamento assumido pela jornalista (manifestado também como um pensamento) participa desse embate entre passado e presente e, como abordaremos mais adiante, está marcado deitivamente pelo presente.

O primeiro editorial (Anexo 1), que inaugura *O Sexo Feminino* apresenta também a oposição entre o comportamento novo e o antigo: “Zombem muito embora os pessimistas do apparecimento de um novo órgão na imprensa [...] tapem os olhos *indifferentes* para não verem a luz do progresso...”. (Anexo 1, linhas 1-2, grifo da autora) Senhorinha e seu jornal se inscrevem no momento do novo, marcado pela luz e pelo progresso. Esses elementos são importantes para o entendimento do *ethos* elaborado por Senhorinha em seu discurso, como veremos mais detalhadamente.

O editorial de 7 de janeiro de 1874 (Anexo 2) apresenta ao leitor a oposição *vício x virtude*. A palavra *vício* não é colocada no texto explicitamente, porém, inferimos essa oposição, a partir da referenciação constante à necessidade de os filhos serem virtuosos: “Uma mãe inspirará *sómente* virtude a seus filhos, não falará a seu coração inutilmente, mas penetrar-lhes-h n’alma sons sublimes que se erguerão até á Divindade” (Anexo 2, linhas 5-6, grifo nosso). A figura materna torna-se a responsável por não permitir que os filhos se direcionem para o caminho dos *vícios*, conduzindo-os apenas para a *virtude*, para a divindade. Nesse contraste entre o bom, o divino, o correto e o vício, o mal não está explicitamente marcado no texto, mas está subentendido a partir da afirmação da necessidade de se ensinar virtude aos homens para que eles sejam bons. Podemos inferir que se a mãe não ensinar os bons princípios aos seus filhos, não

lhes *erguer até a divindade*, a humanidade não será beneficiada com bons homens, conforme o editorial de 7 de janeiro de 1874 (Anexo 2).

A partir dessa oposição, a jornalista se insere no tempo presente (marcado deiticamente pelo *hoje*) e apresenta-se como a anunciadora deste *novo tempo* na história, especialmente na história das mulheres. Assumindo o pressuposto da nova realidade sócio-histórica do século XIX, Senhorinha assegura o problema da educação e insiste na necessidade de emancipação da mulher.

O ambiente construído no discurso dos editoriais analisados assemelha-se a uma conversa, um diálogo com o propósito de convencimento. O tom usado é forte e desafiador. As falas de Senhorinha são assertivas e diretas. A jornalista, em seu editorial, propõe ao leitor uma tomada de posição, tanto em relação ao lugar que ocupa na sociedade (se adere à modernidade e ao progresso, à luz do século XIX, ou se permanece na escuridão e no obscurantismo do passado), quanto em relação ao pensamento que tem diante da emancipação feminina, (se apoia a iniciativa ou se a rejeita, como o faz o redator do jornal *Amor ao progresso*, citado no editorial).

A dicotomia *bem e mal* pode ser observada com maior evidência no editorial de 6 de julho de 1889. O *bem* está diretamente ligado à verdade, ao esclarecimento e, conseqüentemente, à luz do novo século. Em oposição, estão os relatos das injustiças e do descaso dos quais as mulheres são vítimas, atitudes essas associadas ao passado. No tempo das luzes não se admite que tais atitudes sejam tomadas, é incoerente que um homem do progresso ignore a presença e o valor da mulher na sociedade.

A jornalista faz uso de uma expressão para separar esses dois momentos discursivos: “*Agora*, porém que *a taça transbordou*, ousamos levantar nossas debeis vozes pedindo-vos, repitamos: - reparação dos vossos erros e de vossas injustiças” (Anexo 3, linhas 72-74, grifo nosso). A marca dêitica do *agora* define a separação entre o passado e o presente reafirmando, a partir do presente, a possibilidade de as mulheres se inserirem na sociedade e reivindicarem seus direitos. Neste trecho, Senhorinha assume o pronome *nós* e, ao mesmo tempo em que fala de si, engloba a voz das demais mulheres de sua época. A expressão *a taça transbordou* indica que a situação de indiferença com as mulheres não podia mais continuar. Ela pode funcionar também como indício dessa nova realidade, como um marco indicador de que a partir de então (do momento da enunciação), o curso da sociedade será outro, caracterizado pela liberdade, pela abertura do ensino às mulheres e por sua conseqüente valorização enquanto educadora.

Notamos a oposição temática entre progresso e regresso, manifestada linguisticamente no trecho seguinte:

Inumeros exemplos a historia nos dá de que Deos tem concedido benevolo destino a muitos homens que forão educados por suas mãis, e *debalde tentarão os retrogrados negar a influencia benéfica que uma mãe sensível sem fraqueza, e religiosa sem rigidez, tem exercido sobre o caracter de seus filhos* (Anexo 2, linhas 1-4, grifo nosso)

Uma evidência do progresso é, portanto, reconhecer que a mãe é capaz de trazer bons ensinamentos aos seus filhos. Assim, são chamados de retrógrados aqueles que desconsideram essa influência. Percebemos novamente a inscrição do bem e do mal no discurso, uma vez que o destino *benévolo* é concedido aos homens que foram educados por suas mães, sendo esta afirmação acompanhada de sua oposição indireta de que os homens que não receberam a digna educação de suas mães não possuem um destino tão frutuoso.

A dualidade apresentada por Senhorinha em seu discurso conjuga com o racionalismo do pensamento cartesiano, que propõe, a partir da relação entre substância finita de um lado, e entre espírito e matéria do outro, a divisão de elementos que se opõem na configuração do universo. Em seu estudo sobre a historicidade e a compreensão sobre o corpo, Grosz esclarece o dualismo instituído por Descartes: “... é a suposição de que há duas substâncias distintas, mutuamente exclusivas e mutuamente exaustivas, a mente e o corpo, cada uma das quais habita seu próprio domínio autocontido. Tomadas em conjunto, as duas tem características incompatíveis” (GROSZ, 2000, p.54). A ideia da dualidade *corpo e mente* (cartesianismo) parece ser recuperada no discurso dos editoriais da jornalista, através de outros elementos que se opõem: *vício e virtude, mal e bem, velho e novo*. Trata-se de mais uma evidência da proposta da racional emancipação feminina, pois Senhorinha ancora seu discurso no pensamento racionalista, progressista e cartesiano.

3.5 A influência da mulher na educação dos filhos

Essa temática também é recorrente na abordagem da jornalista nos editoriais. Nota-se uma necessidade de convencer o destinatário da *importância das mães* para o desenvolvimento da humanidade e para sua própria salvação. A jornalista demonstra, em diversos momentos do editorial, a influência das mães na educação de seus filhos:

Mais d'uma vez hemos dito n'este nosso jornal, aos legisladores, que elles necessitão de sabios para instruir seus filhos, nas sciencias e artes que até hoje hão sido vedadas ao nosso sexo, porém, para reconstruir um mundo civilizado, sobre as bases da moral, bastar-lhes-hão bôas mãis de familia e educadoras. (Anexo 3, linhas 31-35).

Ainda com o intuito de afirmar a influência feminina na educação dos homens, no mesmo editorial, a jornalista recorre a mais um ditado popular, sendo este aceito como verdade para a sociedade em questão: “A influencia da mulher na sociedade fez-se sentir sempre em todas as épocas e em todas as eras; é tamanha a sua importancia que segundo a sabedoria prática dos povos, tem-se dito, e se repete ainda hoje: - *Ce que la femme veut, Dieu le veut*”(Anexo 5, linhas 76-77, grifo da autora).

Trata-se do discurso da responsabilização das mães pela existência de um mundo civilizado e justo, elaborado na enunciação: “... para reconstruir um mundo civilizado, sobre as bases da moral, bastar-lhes-hão bôas mãis de familia e educadoras” (Anexo 3, linha 33-35).

Esse tom do discurso é percebido também no editorial intitulado *Influencia da educação maternal sobre os filhos*. Esse texto apresenta a importância da educação concedida aos filhos por suas mães. O próprio título evidencia esse direcionamento da jornalista a respeito das mulheres.

Senhorinha Diniz se insere, como não poderia deixar de ser, em seu próprio discurso; ela sustenta o pronome pessoal de primeira pessoa do plural, *nós*. Há um *eu*, parte deste coletivo *nós*, que permite ao texto uma subjetividade, uma inserção no artigo:

Uma mãe inspirará sómente virtude a seus filhos, não falará a seu coração inutilmente, mas penetrar-lhes-h n'alma sons sublimes que se erguerão até á Divindade. [...] é á felicidade que pretendemos conduzir-vos: são os nossos direitos postergados, que desejamos rehavér; são as nossas forças e a vossa soberania que invocamos; é em fim, convidando-vos a percorrer a estrada afortunada da virtude e do amor que nos prôpuzemos a pedir que vos instruaes, para que possais educar vossos filhos nos sãois princípios da moral. (Anexo 2, linhas 5-6 e 14-18).

A legitimidade da jornalista manifesta-se quando ela assume a coletividade. Ela garante o direito de falar em nome das mulheres, especialmente por ser uma delas, pois assim pressupõe-se que ela conhece as necessidades e sabe os direitos permitidos às

mulheres. Segundo Charaudeau, o momento em que o sujeito toma a palavra em determinada situação discursiva, ele adquire o “... direito [...] de dizer ou de fazer algo” (Charaudeau, 2006, p.67). No caso de Senhorinha, a proximidade com o universo feminino confere esse direito à fala, uma vez que quem aborda as condições femininas é alguém que também as vive; quem fala da influência educação maternal sobre os filhos é uma mãe, que se dirige às demais, sugerindo-lhes instrução.

Há, nos editoriais analisados uma idealização da figura feminina, com ênfase especial na maternidade e na capacidade da mulher de educar seus filhos. Dessa maneira, a imagem da mulher está ligada à divindade, a essa capacidade divina de educar e conduzir os filhos ao caminho do bem. Veicula-se no periódico a imagem da mãe que é santa, pura, escolhida por Deus e que assume a missão de educar seus filhos dignamente. Dito de outra forma, a racional emancipação da mulher, traçada no discurso de Senhorinha, reside na possibilidade de as mulheres reconhecerem seu lugar de mãe, um espaço concedido por Deus a elas para que eduquem e instruem bons homens para a sociedade. A condição para que isso se concretize, como afirma Senhorinha em seus editoriais, é a instrução feminina:

... são as nossas forças e a vossa soberania que invocamos; é em fim, convidando-vos a percorrer a estrada afortunada da virtude e do amor que nos prôpuzemos a pedir que vos instruaes, para que possais educar vossos filhos nos sãois princípios da moral (Anexo 2, linhas 15-18).

Portanto, a influência da mulher na educação dos filhos está diretamente ligada à capacidade intelectual das mulheres e à possibilidade delas se instruírem. Educadas e bem orientadas com relação a seus direitos e deveres, as mulheres podem ter mais segurança na educação de seus filhos e conduzi-los ao caminho do bem, como a jornalista mesma diz: “Vejam, pois, boas mãis, o terreno é nosso, não o deixemos sem cultura, e nossa colheita será na proporção do que semeiarmos; a principal idéa de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo por meio da instrução ministrada pela mãe de família” (Anexo 5, linhas 78-80).

A clareza sobre o papel da racional emancipação feminina e a atuação da figura materna podem ser evidenciadas no trecho seguinte:

... muitas moças, verdadeiramente amantes da sciencia, compenetradas de sua grandeza e sublimidade: visto que não só pelo conhecimento pleno d’ella reconhecem que podem chegar ao do nosso Creador e

suas magestosas obras, como com ella adquirirem meios de viver independente e honestamente, de seu trabalho (Anexo 4, linhas 47-51).

Discutiremos mais adiante a imagem que Senhorinha constrói das mulheres no século XIX, momento em que retomaremos alguns pontos dessa influência maternal sobre a educação dos filhos e a responsabilização feita as mulheres pela participação de bons homens no cenário sócio-histórico.

Observamos que as orientações estratégicas dos editoriais em *O Sexo Feminino* perpassam aspectos da ordem lógica, mas também emocional, uma vez que, como afirmam Mari e Mendes (2007), é difícil reconhecer que o ato de linguagem seja assegurado apenas pela razão, por isso a emoção se integra ao discurso como elemento constituinte da relação entre os sujeitos, uma vez que estes não podem se desvincular de tal percepção. Os editoriais analisados caracterizam-se também pela interdiscursividade, polifonia e heterogeneidade que conduzem o leitor ao objetivo principal do gênero de apresentar um ponto de vista específico e orientar discursivamente a adesão à proposta, neste caso, a emancipação feminina através da educação.

Nesse capítulo nos debruçamos, entre vários itens, sobre a questão da argumentatividade no discurso de Senhorinha nos editoriais para, agora, no capítulo seguinte, aprofundarmos em elementos e traços do discurso que contribuem para a formação dos *ethé* da jornalista, das demais mulheres e homens daquela sociedade e do próprio jornal *O Sexo Feminino*.

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO ETHÓTICA DE SENHORINHA DINIZ – IMAGINÁRIOS DE SI E DOS OUTROS SOB O OLHAR DA JORNALISTA

4.1 Os *ethé* inseridos no discurso jornalístico

Nossa proposta, nesse capítulo, é analisar os *ethé* da jornalista, Senhorinha Diniz, além dos das demais mulheres e homens da sociedade brasileira no século XIX. Juntamente com essas imagens discursivas, outros *ethé* se formam no discurso, como o do próprio periódico da jornalista (*ethos* institucional). Os capítulos anteriores foram importantes para visualizarmos a construção do tempo, do espaço e a representação social da sociedade em questão, através dos usos argumentativos encontrados nos editoriais, dentre outras questões. Há, nos editoriais em geral (e, evidentemente, nos de Senhorinha), a co-construção de imagens discursivas. No caso do nosso *corpus*, a jornalista constrói a sua imagem e a das demais mulheres e homens de sua época, ao falar de si, deles e para eles. No jornal, especialmente nos editoriais, verificamos a imagem da jornalista que se fundamenta também na própria função do periódico. A partir dos *ethé* dos homens, em uma espécie de contraponto, de oposição, Senhorinha fundamenta seu próprio *ethos*. E não é somente a imagem dela que se constrói no universo dos contrários, as imagens co-construídas das mulheres em geral também: o sexo masculino é mostrado como indiferente à emancipação e aos direitos das mulheres; o sexo feminino é descrito, narrado como fragilizado e envolvido pela luta a favor da emancipação. Propomo-nos, assim, a avançar um pouco mais para verificarmos como a argumentação contribuiu para a formação dos *ethé* encenados no discurso.

A encenação discursiva possibilita ao destinatário a construção da imagem do sujeito enunciador, construída através das marcas deixadas por ele no discurso, sejam elas implícitas ou explícitas. A *imagem de si* projetada no discurso “... diz respeito à imagem daquele que fala e que é igualmente suscetível de tocar o auditório pela possível identificação deste à pessoa do orador” (CHARAUDEAU, 2006, p.82). Para o linguista, essa imagem está diretamente relacionada às intenções do sujeito de fala e à construção do imaginário elaborada pelo enunciador, e pode, desse modo, corresponder ou não à imagem do sujeito real. Em contrapartida, Amossy (2005a, p.9) considera que não é necessária uma identificação da imagem *ethótica* com o orador, ou locutor para que a imagem discursiva dele seja construída:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências Linguísticas e enciclopédicas, suas crenças

implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa.

Dessa forma, entendemos que as escolhas lexicais, o modo de enunciação e o direcionamento estratégico e discursivo dados pelo enunciador e inscritos no texto podem funcionar como elementos de identificação do *ethos*. O *modo de ser* é explicitado pelo *como se diz* (e não apenas pelo que se diz), o que contribui também para a caracterização do *ethos*: “... a ideia de *ethos* implica, portanto, assumir que não se diz, explicitamente, como ou o que se é, mas mostra-se, por meio de atitudes (físicas ou discursivas), como e o que se é”. (MORAES, 2008, p.109). Em *O Sexo Feminino*, notamos que em alguns momentos a jornalista fala de si, assumindo a coletividade (nós) para ressaltar o que ela tem feito através do periódico, o lugar que ela ocupa na luta a favor da emancipação feminina: “Temos lutado por propagal-a, e sem fatigarmo-nos, lutaremos até atingir nosso desideratum” (Anexo 5, linhas 31-32). Já em outros casos, não é necessário que ela explicithe seus feitos ou que fale de si mesma; a própria ordenação discursiva pode contribuir para a visualização do seu *ethos*: “Pelo rigor de injustos artigos do nosso código civil, a mulher morre continua e moralmente, apesar de incansável nos sacrifícios que faz pelo homem, morre sim, e na mais rigorosa *escravidão!*” (Anexo 6, linhas 8-10, grifo da autora). Nesse trecho, apesar de a jornalista não dizer explicitamente *quem ela é*, o *modo* como ela aborda a situação feminina a insere no nível discursivo da justiça, da alteridade e da persistência na defesa da mulher.

Ao analisarmos o discurso dos editoriais em *O Sexo Feminino*, notamos que a encenação discursiva permite ainda vislumbrar a situação comunicativa na qual os sujeitos estão envolvidos e as intenções do enunciador. Dessa forma, “a análise do *ethos* discursivo integra-se assim, ao estudo da interlocução que leva em conta os participantes, o cenário e o objetivo da troca verbal”. (AMOSSY, 2005b, p.122). Por isso, revisitar o discurso feminino do século XIX pode contribuir para que recuperemos não só este ato discursivo monologal no periódico, mas também os participantes da cena enunciativa, homens e mulheres que dialogam e trazem à tona, por meio do discurso, a realidade sócio-histórica do século em que viveram.

A maneira de dizer, o uso dos modos enunciativos, a enunciação e os sujeitos envolvidos são elementos importantes na construção da imagem do enunciador, uma vez que o enunciatário também se depara com essas informações e cria um imaginário social a respeito do sujeito que expõe seu discurso. Assim, é possível construir a

interação entre os sujeitos e recuperar o sentido do ato de linguagem e do discurso enunciado.

Nessa inter-relação, “... o orador adapta sua representação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo”. (AMOSSY, 2005b, p.126). Senhorinha recupera em seus editoriais valores partilhados em sociedade, como a crença religiosa, a importância da mulher enquanto mãe e orientadora de seus filhos e o próprio valor da ciência e do progresso. Essas representações tomam forma na cena discursiva e no relacionamento entre os sujeitos. Assim, “... a função da imagem de si e do outro, construída no discurso se manifesta plenamente nessa perspectiva interacional. Dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro”. (AMOSSY, 2005a, p.12). Aciona-se, então, não só o universo de saberes partilhados entre os sujeitos envolvidos no discurso, mas também esse misto de imagens construídas a partir do que o discurso encena.

As imagens construídas do homem e da mulher do século XIX estão vinculadas entre si, da mesma maneira que as imagens de Senhorinha e do jornal, em certa medida, também se confundem. A jornalista fala de si no jornal e, ao mesmo tempo, ao argumentar sobre a importância do periódico, valida a importância dela mesma enquanto proprietária e redatora. Quando a jornalista fala da representação das mulheres do século XIX, em alguns momentos, ela se inclui instituindo a coletividade do pronome *nós*: “Sem que se effectue uma transformação completa no regimem actual de educação das nossas meninas, nada conseguiremos para o nosso desideratum” (Anexo 4, linhas 25-26). Já em outras situações, ela se distancia dessa representação, mostrando-se superior, mantenedora de uma visão ampliada a respeito do mundo: “Mães! Não se assuste a vossa fraqueza com o grandioso titulo de educadora! Não, nós não queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros” (Anexo 2, linhas 13-14).

Cumpramos destacar que a elaboração discursiva observada no editorial nos induz aos imaginários sociais presentes no século XIX. Recuperamos a imagem da mulher dona de casa, mãe de família, valorizada por educar seus filhos: “Á mulher e não ao homem foi dada a missão magestática de ser a mãe do genero humano”. (Anexo 6, linha 22). Tal perspectiva nos revela a importância do resgate histórico e discursivo dessa produção jornalística dos anos oitocentos, que faremos na sequência, ao abordarmos a elaboração dos *ethé* nesse discurso jornalístico do século XIX.

4.2 Um pouco mais sobre a noção de *ethos*

O conceito de *ethos* é pesquisado, discutido desde a retórica antiga, com Aristóteles. Ele estabelece três provas usadas pelo orador para convencer seu auditório: o *ethos* (caráter do orador), o *pathos* (aquilo que o orador provoca no auditório) e o *logos* (referente ao conteúdo enunciado). Aristóteles considera o *ethos* a prova mais importante, pois tem a capacidade de envolver as demais, sendo um elemento criado no e pelo discurso.

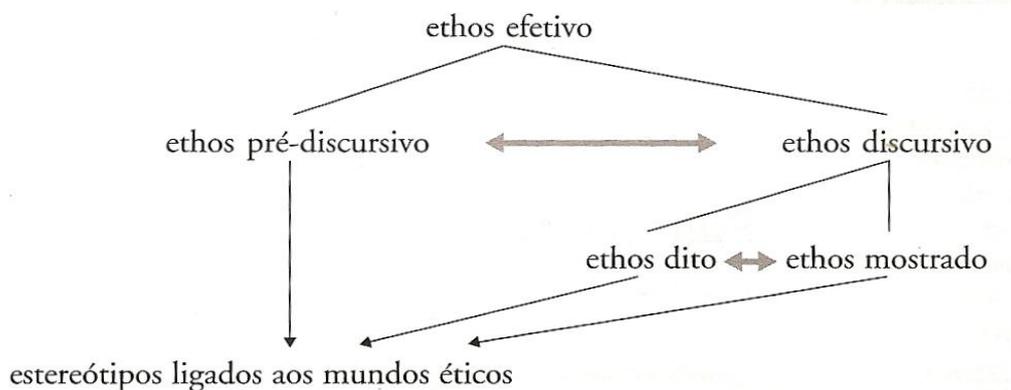
Aristóteles distingue o *ethos* discursivo – relacionado ao efeito do discurso – da imagem prévia, formada a partir de determinada antecipação sobre o caráter do orador. O filósofo grego assegura que a conduta real do orador não garante se seu discurso implicará a adesão ou não do auditório. Desta maneira, o que define o *ethos* é aquilo que é manifestado no discurso sobre o orador, sobre seu caráter.

Os estudos sobre *ethos* passaram a interessar mais diretamente a Linguística e a Análise do Discurso a partir de 1980, com as pesquisas desenvolvidas por Maingueneau e Ducrot. A partir de então, novos *corpora* foram estudados com o intuito de ampliar a pesquisa neste campo. Há de se reconhecer a noção híbrida do *ethos* e os problemas ligados a ela, que também são enumerados e discutidos por Maingueneau, a saber, a complexidade desse efeito de discurso, o imbricamento de diversos fenômenos como ritmo e linguagem e a não garantia de que o *ethos* visado seja o *ethos* produzido.

Maingueneau propõe, para melhor compreensão do *ethos*, o termo fiador. Segundo ele, “... a noção de *ethos*, que mantém um laço crucial com a reflexividade enunciativa, permite articular corpo e discurso para além de uma oposição empírica entre oral e escrito” (2008b, p.17). O analista fala, portanto, de um fiador que assume a “... voz indissociável de um corpo enunciante” (MAINGUENEAU, 2008b, p.17), responsável por trazer o tom e a vocalidade ao discurso. Desse modo, a incorporação corresponde à maneira como o intérprete – audiência ou leitor – se apropria desse *ethos* e configura para o discurso um corpo que marca a enunciação através de elementos linguísticos, situacionais e sócio-históricos. O destinatário assimila um conjunto de esquemas mostrado discursivamente que corresponde a uma maneira específica de se remeter ao mundo partilhado por ele e pelo orador.

Maingueneau (2008b, p.15) afirma que “... não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale”. Ele

estabelece uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo. Sendo assim, o *ethos* efetivo seria constituído da junção do discursivo e do pré-discursivo, conforme o esquema a seguir:



Fonte: Maingueneau, D. A propósito do *ethos*. In: *Ethos discursivo*. 2008b, p.19.

Maingueneau propõe que a imagem prévia que o público tem a respeito do orador também contribui para a formação do seu *ethos efetivo*, caracterizando-a como *ethos* pré-discursivo. Essa imagem está relacionada aos estereótipos partilhados em determinada realidade histórica. A antecipação feita a respeito do orador pode induzir à construção de determinada imagem, por parte do destinatário. Essa imagem pode ser refutada ou complementada a partir dos índices e traços linguísticos que se manifestam no discurso. Sendo assim, quando o próprio sujeito fala de si, evidencia algo sobre seu caráter, ou mesmo sobre sua imagem, sua identidade, compreendemos, conforme Maingueneau, ser o *ethos dito*. Já quando há no discurso índices linguísticos que são capazes de revelar essa imagem, ainda que o orador não diga, a imagem dele é inferida a partir do discurso (*ethos mostrado*).

Há uma linha tênue na distinção entre o que é *dito* pelo sujeito no discurso e o que é apenas *mostrado* por evidências linguísticas, ou seja, a imagem que o destinatário pode inferir a partir do movimento discursivo feito pelo enunciador. Sendo assim, nas análises, é preciso considerar de que modo estão combinadas as marcas linguísticas, o tom do discurso, o ritmo, a entonação e o próprio enunciado dito a respeito de si.

Maingueneau (2005a) estabelece uma diferenciação entre o *ethos* dito e o mostrado: o *ethos* dito é aquele através do qual o enunciador apresenta diretamente suas características, dizendo ser essa ou aquela pessoa, ao passo que o *ethos* mostrado é

aquele que não é dito diretamente pelo enunciador, mas é reconstituído através de pistas fornecidas por ele no seu discurso.

4.3 Os *ethé* prévios da jornalista Senhorinha Diniz

Segundo Maingueneau (2005b, p.75) “... *ethos* é parte constitutiva da cena de enunciação”. Assim, ao enunciar, propor um discurso, tematizar algo trazemos à tona elementos que constroem o nosso próprio *ethos*, ou seja, permitimos a formação de uma imagem discursiva do *modo de ser* que projetamos, ou que desejamos aparentar ao nosso destinatário.

Ainda de acordo com Maingueneau, “mesmo que o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*” (2005b, p.71). A escolha do gênero vincula o orador a determinado espaço de estratégias, a certo vocabulário e, conseqüentemente, contribui para essa imagem formada a partir do discurso. O gênero editorial e a inscrição da jornalista nesse discurso também antecipam certa imagem de Senhorinha diante de seu público. A apresentação do jornal como um veículo de comunicação do século XIX, direcionado às mulheres e sustentando o título de *O Sexo Feminino* já induz pensamentos e julgamentos a respeito do jornal e de sua proprietária.

Dessa maneira, a imagem que o destinatário constrói sobre o enunciador é percebida através do nível discursivo, mas também a partir das antecipações obtidas por meio do *ethos* prévio e até mesmo do gênero escolhido para a manifestação discursiva. Conforme pontua Procópio (2008, p.34):

A construção do *ethos* será portanto, realizada a partir de uma relação entre as escolhas do locutor (de acordo com suas visadas) e o seu *ethos* prévio, que é composto pela representação coletiva e pelos estereótipos que o auditório produz a respeito deste.

Nesse sentido, a construção da imagem de si no discurso referencia-se nos dados pessoais do enunciador, aos quais o público pode ter acesso antes mesmo do contato com o discurso (*ethos* prévio), e nas manifestações linguísticas que compõem o *ethos* discursivo do orador. Sobre o *ethos* discursivo, ainda segundo Procópio (2008, p.90) vemos que:

Na configuração do *ethos*, além dos elementos prévios, o enunciador engendra uma imagem a partir do que diz e do modo como diz. Quando falamos do que ele diz, referimo-nos ao conteúdo dos enunciados e, neste sentido, queremos identificar os assuntos que são recorrentes nas falas dos enunciadores e os universos de saberes e crenças que irão sustentar suas falas.

O compartilhamento do universo de crenças e saberes específico de cada grupo social instaura no discurso características que constituem a realidade sócio-discursiva encenada pelo enunciador. Em *O Sexo Feminino*, Senhorinha, ao compartilhar a realidade das mulheres e do período em que viveram, resgata elementos importantes em seus enunciados que caracterizam o *ethos* construído no discurso. As informações que temos sobre a jornalista, que estão para além do texto, constituem o que chamamos de *ethos prévio*, uma antecipação a respeito da imagem da jornalista.

A apresentação da jornalista e do periódico *O Sexo Feminino* foi feita no capítulo 1, quando contextualizamos a imprensa brasileira e a atuação feminina na imprensa. Portanto, esses índices da trajetória social e profissional de Senhorinha funcionarão aqui como elementos do *ethos* prévio da jornalista. Durante a pesquisa, as informações biográficas obtidas da jornalista foram fundamentais para a compreensão da imagem que ela articulava no seu discurso. Por se tratar de uma mulher, professora, casada, mãe de três filhas e dona do jornal, já imaginávamos certo conteúdo a ser tratado no seu discurso. As análises trouxeram *novidades* a respeito da imagem dessa enunciadora, especialmente no âmbito dos elementos argumentativos por ela empregados para conquistar o público, porém, já pensávamos tratar-se da imagem de uma mulher estudada e inteligente. Em função do núcleo familiar, a princípio estável e tradicional (marido, esposa e filhos), pressupúnhamos que o conteúdo dos enunciados não fugiria da base familiar. Sobre a formação da jornalista como professora, imaginávamos apenas que o discurso seria correspondente à linguagem formal da época e, em algum momento, ele seria valorizado ou exaltado por se tratar da realidade social do século XIX, em que as mulheres tinham acesso restrito ao ambiente escolar. Desse modo, em nossa própria análise, os dados biográficos da jornalista e a veiculação do periódico *O Sexo Feminino* foram basilares na nossa compreensão sobre o *ethos* da jornalista e os demais *ethé* inscritos no jornal. As hipóteses que levantamos, quais sejam, a imagem de uma mulher educada, instruída, boa mãe e inteligente, estão relacionadas, pois, com elementos biográficos da jornalista e com a própria ideia de

circular no século XIX um periódico que se caracteriza como dedicado aos interesses femininos.

4.4 O fiador do discurso nos editoriais de Senhorinha Diniz

Para representar a imagem do enunciador no discurso, invoca-se uma instância subjetiva que tomará corpo à medida que o enunciador lhe der voz por meio das estratégias usadas, do seu dizer, dos índices verbais e do tom assumido no discurso. Sendo assim,

... a qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse fiador que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. Paradoxo constitutivo: é por meio de seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer (MAINGUENEAU, 2004, p.99).

Essa marca discursiva da conquista da legitimidade pode ser evidenciada na própria enunciação, momento que sinaliza a inserção do fiador e o coloca em contato com o destinatário do discurso, para que assim este comungue das ideias apresentadas e possa aderir ao enunciado proposto.

Nessa mesma linha de pensamento, Charaudeau afirma estar a figura do sujeito projetada no discurso relacionada aos papéis que desempenha socialmente:

o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado de coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir (CHARAUDEAU, 2006, p.115).

O fiador é, portanto, esse corpo enunciante marcado historicamente que revela uma imagem discursiva e articula os elementos marcados no texto. Nos editoriais de *O Sexo Feminino*, o corpo enunciante que surge é o de uma mulher atualizada, consciente e digna de ideais políticos direcionados para a educação feminina. Abordaremos, na sequência, a maneira como essa imagem da jornalista também contribui para a formação da ideia de emancipação da mulher e para a representação de homens e mulheres da sociedade brasileira no século XIX.

4.5 O *ethos* da jornalista Senhorinha Diniz como simulacro da emancipação feminina

Conforme afirma Maingueneau (2004, p.98) “A eficácia do *ethos* se deve ao fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação sem estar explícito no enunciado”. Nos editoriais, a imagem de Senhorinha aparece a partir da construção discursiva, das pistas e do ritmo conferido à enunciação, como observamos no trecho seguinte:

O Sexo Feminino surgindo novamente na immensidade do oceano das idéas apregoadas pela liberdade, não faz mais do que concorrer com o seu pequeno, porém franco apoio, para fazer vingar a idéa que a maioria das nações civilizadas afagam, fazendo refulgir a racional emancipação da mulher como a satisfação unica do grande principio de igualdade prégado pelo Martyr do Gógotha (Anexo 5, linhas 1-5).

Podemos observar que o ritmo do enunciado intenciona trazer a emoção ao discurso e conquistar a adesão do leitor a partir das referências ao discurso religioso, da adjetivação constante e dos próprios elementos lexicais, ligados à modernidade, civilização e liberdade que fazem parte desse imaginário do século XIX.

A partir dos elementos discursivos dispostos nos enunciados, surge um corpo enunciante, que pretende corresponder à imagem que o enunciador quer mostrar ao ouvinte, cujas características são captadas pelo leitor para assim construir o que seria o seu *ethos*. Dessa forma, a identificação do enunciador é feita no e pelo discurso, conforme assegura Maingueneau (2004, p.97), ao dizer que a identidade do enunciador é revelada por meio da enunciação. O corpo enunciante que sustenta o discurso tem seu caráter revelado e marcado no próprio discurso. A configuração da imagem da jornalista e proprietária de *O Sexo Feminino* nós é apresentada por meio da encenação discursiva engendrada nos editoriais, como veremos com mais detalhes nas seções seguintes.

4.5.1 Os *ethé* ditos de Senhorinha Diniz

A jornalista assume, nos editoriais, o lugar de condutora das ações das mulheres de sua época, pois ela convida e propõe para a sociedade uma nova perspectiva para o tratamento das mulheres, como observamos no seguinte excerto:

Desde que subimos a tribuna universal da imprensa, redigindo este pequeno periodico, elevamos nossa voz em prol de nossos direitos, até hoje pouco prezados ou com revoltante injustiça postergados; tomamos sobre nossos fracos hombros a difficil tarefa de defendel-os em causa própria, e em que o sexo forte é juiz e parte!...(Anexo 5, linhas 37-40)

A tarefa da jornalista de conduzir mulheres e homens de sua época através de suas palavras e da força da imprensa apresenta-se no enunciado. O idealismo que gira em torno da luta a favor do direito das mulheres é dito na fala de Senhorinha.

O *ethos* da jornalista lutadora e condutora aparece no editorial quando ela afirma: “... bradaremos, implorando ao nosso governo, aos nossos concidadãos, às nossas amigas; assignantes desse jornal, todo o auxilio em favor da fundação de casas de educação destinadas às meninas pobres” (Anexo 6, linhas 30-32). O fiador que transparece nessa enunciação é um indivíduo capaz de levar os leitores a assumir determinado posicionamento e o faz de maneira consciente. Trata-se da imagem de alguém que tem determinação e sabe aonde quer chegar com cada atitude, com cada enunciado marcado no discurso. Assim também se caracteriza o trecho: “Avante, pois, amáveis conterrâneas! [...] Ei-nos chamando em nosso auxilio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas luzes intellectuaes...” (Anexo 5, linhas 85 e 23-24). Verificamos que essa imagem de mulher que conduz e motiva as demais mulheres aparece, de forma explícita ou não, em todos os editoriais analisados nos três diferentes momentos de veiculação dos periódicos, fato que evidencia a consolidação da jornalista como guia de seu próprio discurso, alguém que indica o caminho a ser seguido. O incentivo dado por ela a partir do chamamento às mulheres, “avante, pois, amáveis conterrâneas”, adquire caráter de imperativo, pois trata-se de um pedido e, ao mesmo tempo, um incentivo para impulsionar a caminhada das mulheres em direção à instrução e à liberdade.

O *ethos* de mulher condutora clarifica a visada de incitação do discurso que quer convencer seu destinatário a respeito da “verdade” e por isso o envolve, chama-o para perto de si, quer levá-lo a esse destino do bem e da justiça: “... é á felicidade que pretendemos conduzir-vos...” (Anexo 2, linhas 14-15). Assim, há um *eu* que deve “... fazer acreditar (por persuasão ou por sedução) ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato; *tu* está então, em posição de “dever acreditar” que, se ele age, é para o seu bem” (CHARAUDEAU, 2004, p.23). É a partir desse relacionamento entre *eu* e *tu* que

se constrói a imagem da jornalista, baseada na expectativa dela em fazer seus leitores acreditarem que o benefício da emancipação feminina será de toda a sociedade.

Nos editoriais é construída também a imagem de uma mulher convicta de seus ideais, determinada naquilo que diz e que acredita e, acima de tudo, solidária, preocupada com a alteridade: "... o nosso fim, longe de ser egoístico, é mais grandioso ..." (DINIZ, 1876, p.1). A essa figura, associa-se a mulher justa: "... o que queremos é justo, recto e liberal. É, pois, elemento do progressista ..." (Anexo 4, linha 95). O fato de a jornalista afirmar que almeja a justiça leva-nos a crer que essa característica faz parte do universo de desejos dela enquanto mulher/jornalista e, portanto, esses desejos passam a fazer parte do discurso de emancipação feminina.

O *ethos* de mulher atualizada surge a todo o momento no texto, evidenciando o lugar de fala da jornalista, uma mulher ciente dos acontecimentos a nível internacional: "Como hemos dito na Alemanha, na Suissa, e até mesmo na Russia, ha hoje muitas accademias fundadas e destinadas unicamente ás mulheres" (Anexo 4, linhas 45-46). Essa visão de Senhorinha a respeito do comportamento de outros países sobre a mulher tende a despertar no leitor a imagem de que a jornalista, dotada de conhecimentos e de informações atuais a respeito da temática feminina, é a pessoa legitimada a assumir o lugar de incentivadora de novos pensamentos compatíveis com a modernidade do século XIX.

A esperança representa no discurso elemento constituinte do *ethos* de Senhorinha Diniz, uma vez que ela mesma declara: "... o entusiasmo que alimentam nossas esperanças". (Anexo 4, linhas 76-77). Verificamos também o *ethos* de esperança quando a jornalista afirma:

...esperamos ainda que alguma modificação será feita em seu orgulho. Semeêmos. Com effeito deve-se semear para um dia poder colher-se. Com paciência e tempo a folha da amoreira se muda em setim. Esperamos que homens mais eminentes não desdenharão nossas idéas e imperfeições (Anexo 3, linhas 40-43).

Não só o léxico verbal (*esperemos*) contribui para verificar a marca do discurso de esperança, como também o próprio conteúdo deste trecho, que recupera o sentido da transformação (*amoreira em cetim*) e do tempo investido neste processo. Essa construção discursiva cumpre o papel de despertar no destinatário o fiador que deposita esperança em seu projeto e aguarda a aceitação dos leitores. A fala da jornalista pretende assegurar ao leitor que mesmo que haja dificuldade em se aceitar a

emancipação feminina, ela permanecerá firme em seu projeto, pois acredita nele e assume as demoras da aceitação, como é dito no seguinte fragmento: “A marcha e o movimento do progresso de idéas novas é sempre lenta, porém não esta longe o dia em que a obra da perfectibilidade do gênero humano será preenchida pela educação do homem, dada pela mulher” (Anexo 5, linhas 81-83). Nestes casos, a esperança motiva a ação da jornalista e funciona como um ponto definidor da continuidade do jornal. Senhorinha acredita e espera que aceitem suas ideias na sociedade e, conseqüentemente, que as mulheres invistam mais na educação e instrução para se chegar à liberdade.

O discurso da jornalista é construído de maneira a inseri-la no referencial religioso do mártir, aquele que sofre por suas crenças e opiniões. Sendo assim, todas as contrariedades e divergências enfrentadas pela jornalista são encaradas como sacrifícios de um mártir, alguém capaz de se doar inteiramente por acreditar em um ideal. Assim, Senhorinha fala da glória do jornal, apesar de sua morte: “*O Sexo Feminino* aparece, hade lutar, e lutar até morrer; morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido”. (Anexo 1, linhas 7-8). Em outro momento, ao relatar suas lutas, ela diz que encontrará o seu Gólgota, o calvário que é também sinal de provação e a associa diretamente à figura de Jesus Cristo.

A imagem desta mulher crente e confiante em Deus aparece também nos dizeres da jornalista em seu primeiro editorial: “... a sabedoria que Deus dá o diabo não a roubará” (Anexo 1, linha 24). Os ideias de justiça, bondade e a sensibilidade com a questão feminina também evidenciam essa vivência religiosa, uma vez que a própria enunciadora afirma que “... uma mãe inspirará somente virtude a seus filhos, não falará a seu coração inutilmente, mas penetrar-lhes-há n’alma sons sublimes que se erguerão até à Divindade” (Anexo 2, linhas 5-6).

4.5.2 Os *ethé* mostrados no discurso da jornalista

A partir das pistas enunciativas deixadas no discurso, é possível construir a imagem do corpo enunciante marcado historicamente (MAINGUENEAU, 2008b). O tom usado nas falas e a elaboração discursiva constituem a imagem do enunciador projetada para o discurso. A imagem delineada da jornalista corrobora com a construção que é feita a partir daquilo que o próprio orador diz de si mesmo no enunciado.

Nos editoriais, ela apresenta-se como uma mulher religiosa, adepta a valores cristãos. Ao falar da maternidade e da importância da educação das mães na vida dos

filhos, valoriza este papel das mulheres e confere a elas um lugar quase divino. Verificamos que essa imagem da mulher crente e religiosa é construída pela jornalista não apenas no nível do dito, como também do mostrado, ou seja, a partir do ambiente construído em torno da missão da jornalista. No Anexo 1, Senhorinha finaliza sua argumentação assegurando que “... a sabedoria que Deus dá o *diabo não a roubará*” (Anexo 1, linha 24). Neste momento, apesar de a jornalista não dizer categoricamente que crê em Deus, ela insere essa dimensão divina em seu enunciado, como forma de se posicionar também nessa oposição Deus e o diabo. O fato de ela tematizar essa questão de maneira a qualificar positivamente o divino, faz-nos crer que ela participa dessa vivência e comunga dos valores a Deus relacionados, como a própria sabedoria, um dos dons reconhecidos pela Igreja.

Senhorinha mostra-se observadora, atenta ao curso da história e aos acontecimentos que dizem respeito, especialmente, à mulher. Ela não apenas diz claramente que está noticiando os fatos, mas também revela ser atualizada a partir das datas, dos nomes citados e, até mesmo da temática abordada: abolição, progresso, surgimento de novos jornais e citação de projetos educacionais para mulheres em outros países, como verificamos em: “Alá, o anno passado, tratava-se até de organizar um estabelecimento de ensino superior para as mulheres, o qual teria o nome de *Academia das mulheres*, e o mesmo da-se nos Estados-Unidos, Paris, etc., etc ...” (Anexo 3, linhas 66-68, grifo da autora). Apesar de não afirmar categoricamente que ela é atualizada, Senhorinha traz elementos que levam o leitor a pensar isso sobre ela e criar esta imagem, de mulher atualizada, observadora e ligada mesmo aos fatos cotidianos e de interesse para a discussão sobre emancipação feminina.

O discurso da jornalista promove a imagem de uma mulher humana, sensível e compassiva. A sensibilidade despertada no leitor induz o surgimento dessa mulher solidária, capaz de se compadecer de suas *patrícias* e apresentar para elas um novo caminho para a sua instrução, um aprimoramento da função materna. Essa imagem é percebida através do enunciado seguinte, quando Senhorinha se dirige às mulheres incentivando-as a enfrentar as dificuldades na conquista de seus direitos: “Hemos feito vêr ás nossas conterraneas que nada no mundo é facil obter-se, sem sacrificio, e que tudo exige concurso do trabalho assiduo, para que possa ser alcançado” (Anexo 4, linhas 28-30). Nesse trecho a jornalista se aproxima da realidade das mulheres do século XIX, mas assume uma posição de superioridade. Com o tom imperativo, Senhorinha aconselha as mulheres, alertando-as para os desafios na luta pelos direitos postergados.

Com esse posicionamento instrutivo, a jornalista mostra ser capaz de se compadecer das mulheres e, mesmo sendo professora e escritora, mostra ser capaz de adentrar a realidade daquelas que não tiveram oportunidade de estudar e orientá-las, de maneira solidária. Compreendemos que a configuração de *O Sexo Feminino* assume esse caráter, desde sua criação, edição e veiculação, uma vez que o propósito do periódico é o esclarecimento daqueles que ainda não tiveram a sensibilidade de notar a importância da figura feminina na edificação da sociedade.

Esse *ethos* de mulher sensível e compassiva aparece também no momento em que a jornalista expõe o propósito de sua atuação no periódico: “... o nosso fim [...] conseqüentemente a formar homens bons e virtuosos, pelos meios brandos de cuja efficacia só podem dispor os affectos e amor de uma boa e verdadeira mãe” (Anexo 2, linha 23-26). Com a visão de que sua intenção é grandiosa e sempre voltada para o bem comum, a jornalista constrói essa imagem positiva de uma mulher solidária.

Nos editoriais, vemos surgir também o *ethos* da autora inteligente e capaz, principalmente por articular o jornal, visto como a luz do progresso e da modernidade. Evidências do conhecimento da jornalista estão no fato de ela citar e compreender a língua francesa (Anexos 1, 3, 5). Além disso, ela percorre momentos importantes da história por meio da citação de atitudes de mulheres de destaque na sociedade, como a princesa Isabel (Anexo 5) e as escritoras George Sand, Stael, Izabel de Hespanha (Anexo 4). Essas marcas do discurso contribuem para revelar não só a capacidade intelectual de Senhorinha, como também a argumentativa, uma vez que ela recupera fatos, datas e pensadores para articular suas ideias de emancipação.

No editorial de 27 de fevereiro de 1876 (Anexo 4), ironicamente, ela mostra entender pouco do assunto tratado, sugerindo para o leitor concordar com o pensamento de que as mulheres têm capacidade intelectual inferior a dos homens. A partir da estrutura argumentativa do editorial e das marcas discursivas deixadas no enunciado, notamos que Senhorinha Diniz conhece a causa pela qual luta, porém, ao anunciar a problemática da emancipação feminina ela faz um julgamento de si mesma, rebaixando suas capacidades, expondo sua fragilidade através da expressão: “... em nosso fraco entender (...)” (Anexo 4, linha 17). Nesse ponto está a ironia, ao pensar algo que corresponde ao contrário do que se diz de fato. Sendo assim, a pouca inteligência da jornalista não faz sentido na medida em que a professora, escritora e jornalista, por essas três denominações profissionais, já se mostra capacitada não apenas a ler, escrever, mas também a articular estratégias e a defesa de seus ideais.

A inserção da jornalista no discurso, com o uso do pronome *nós*, marca a atuação dela na causa feminina e a própria imersão na luta pela emancipação racional da mulher. A convicção de Senhorinha nos enunciados evidencia a propriedade com a qual ela assume o discurso e traz legitimidade à sua fala.

A mulher determinada surge no discurso não só pela iniciativa de lançamento do periódico destinado às mulheres, como também ao definir aquilo que ela quer de fato, dizendo o que não deseja: “Não, nós não queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros é á felicidade que pretendemos conduzir-vos ...” (Anexo 2, linhas 13-15). Ao definir a felicidade como alvo de seu desejo, Senhorinha mostra neste trecho ser uma mulher preocupada também com a alteridade, característica já comentada anteriormente nessa seção.

4.6 Os *ethé* das demais mulheres da época sob o olhar de Senhorinha Diniz

Senhorinha Diniz torna possível, em seus editoriais, a construção da imagem das mulheres do século XIX, seja de maneira clara e direta, seja de forma implícita, através de pistas discursivas. A jornalista insere-se no grupo das mulheres, apesar de, em alguns momentos, percebermos nela o *ethos* de superioridade, como se ela não se inserisse no universo das mulheres pouco instruídas e afetadas pela desconsideração dos homens com relação ao cumprimento dos direitos femininos. Falamos em *ethé* de Senhorinha Diniz e em *ethé* das demais mulheres do século XIX, por considerarmos que a voz que aparece no discurso é a voz da coletividade, que fala pelas mulheres, que assume seu lugar e pretende conquistar um espaço que pertence a elas por direito, como afirma a jornalista Senhorinha Diniz: “... tomamos sobre nossos fracos hombros a difficil tarefa de defendel-os em causa própria, e em que o sexo forte é juiz e parte!... (Anexo 5, linhas 39-40). A defesa dos direitos das mulheres já prevê a imagem da mulher do século XIX como injustiçada e vítima do descaso dos homens. A situação em que viviam as mulheres no século XIX é retratada com detalhes no periódico e a partir do viés temático de uma mulher, como se segue: “A vida de humilhação que a mulher tem tido mata e matará sempre a vida de deveres santos a que Ella se consagra” (Anexo 6, linhas 10-11). Neste trecho, a adjetivação e o teor incisivo dos verbos (morrer, consagrar) contribuem para construir o panorama da realidade feminina dos anos de mil oitocentos.

As descrições, dispostas nos enunciados e no todo do discurso, adquirem para nós a importância de resgate histórico, juntamente com a revisão de literatura realizada

para endossar essa pesquisa. Consideramos importantes os relatos e os registros históricos, nesse caso registros também jornalísticos, que revelam o olhar do observador e do sujeito que vive e experimenta a realidade sócio-discursiva ao seu redor. Sendo assim, complementamos, a seguir, as informações a respeito das mulheres do século XIX, trazendo esse resgate histórico-discursivo que se mescla aos dados históricos obtidos na literatura específica.

4.6.1 Os *ethé* ditos das demais mulheres sob o olhar de Senhorinha

A jornalista apresenta aos leitores a maneira como as mulheres são vistas pelos homens, o modo como elas são tratadas por eles: “... a mulher não passa de *um traste de casa*, grosseiro e brusco gracejo” (Anexo 1, linhas 11-12. grifo da autora). Nos dizeres de Senhorinha Diniz, trata-se da imagem que se tem da mulher do século XIX: inferior em relação ao homem, envolvida pelo ambiente doméstico, apenas um adorno na vida do homem.

Senhorinha se refere a mulheres submissas, que “... não conhecem seus maridos” e são vaidosas ao extremo, “... só cuidam no luxo e na vaidade de agradar pelos dotes exteriores, levando essa vaidade até ao ponto de venderem sua liberdade na escolha do casamento”. (Anexo 4, linhas 37-39). A submissão delas é evidente e a jornalista enfatiza que vivem “... na mais rigorosa *escravidão*” (Anexo 6, linhas 9 –10, grifo da autora). O léxico usado pela jornalista é até mesmo incisivo, por retratar a *escravidão* e a vaidade extrema da maioria das mulheres do século XIX. Ela insiste nas palavras com a intenção de mostrar e descrever com cuidado a situação vivida pelas mulheres, mostrar a imagem das mulheres de seu tempo, muitas vezes com o tom de denúncia.

A construção discursiva da mulher oitocentista no periódico configura a estratégia patêmica da escritora de sensibilizar seu leitor, nesse caso, mais especificamente os homens, com os adjetivos e expressões que caracterizam as atrocidades provocadas por eles na vida das mulheres, como um manifesto feminino. Também é patêmica a atitude de Senhorinha de tentar evidenciar para as mulheres, através dos relatos escritos e detalhados, as injustiças que sofrem por causa do descaso do sexo masculino, caracterizado como o sexo forte:

Sabemos também, nos, as mulheres, que nunca poderemos alcançar nem possuir este postulado sem lançar mãos dos meios necessários e

eficazes, e, fiquem certo, que sem obter o conjuntamente conosco, as mulheres, os homens gemerão debaixo do peso mortificador do despotismo dos outros homens (Anexo 4, linhas 21-24)

Essa estratégia cumpre o papel de mostrar a necessidade da emancipação feminina. Como afirma Lima (2007, p.146), “... as emoções são da ordem do intencional, elas são ligadas aos saberes de crenças e se inscrevem em uma problemática de representação psicossocial”, por isso as investidas da jornalista em emocionar os possíveis agentes da emancipação feminina. Sensibilizar homens e mulheres relatando atrocidades, comparando-as à escravidão e envolvendo a imagem divina que condena e julga as atitudes dos homens na terra, intenciona inserir o sujeito nesse espaço discursivo e exigir dele um posicionamento, uma resposta a respeito dos acontecimentos.

A mulher descrita por Senhorinha sofre uma “vida de humilhação” (Anexo 6, linha 8), encontra-se em “estado desolador” (Anexo 3, linha 95), por isso justifica-se a missão da jornalista e de *O Sexo Feminino* de “... quebrar as cadêas com que por tantos séculos os homens hão arroxendo-lhe os pulsos”! (Anexo 4, linhas 96-97).

Outra imagem de mulher retratada nos editoriais retoma a mulher capaz, inteligente, a boa mãe, escolhida por Deus para assumir sua missão na terra: “Á mulher e não ao homem foi dada a missão magestática de ser a mãe do genero humano” (Anexo 6, linha 22). A essa mulher Senhorinha se dirige com mais zelo, uma vez que a jornalista pretende conquistá-la, desfigurando a imagem da mulher injustiçada, pois o século das Luzes exige que surja essa *senhora* independente e disposta a assumir o ideal da emancipação: “Vejamos, pois, boas mãis, o terreno é nosso, não o deixemos sem cultura, e nossa colheita será na proporção do que semeiarmos” (Anexo 5, linhas 78-79). Nesse momento, o compartilhamento de Senhorinha Diniz ao afirmar “... o terreno é nosso” a insere no espaço de luta junto com as demais mulheres, o que promove a aproximação das imagens delas mulheres com a mulher jornalista por se dedicarem ao mesmo ideal.

Senhorinha pretende induzir o leitor a crer que essa mulher de quem ela fala é capaz, inteligente, por isso assegura: “... a mulher acompanha passo a passo o progresso intellectual do homem” (Anexo 5, linha 57) e sustenta sua afirmação pelo poder divino: “... e no lar da família [...] é que se póde e deve ser aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus” (Anexo 5, linhas 54-55) . Vemos que a mulher tem um papel definido na sociedade em questão e este precisa ser revelado através de *O Sexo*

Feminino: “... a obra da perfectibilidade do gênero humano será preenchida pela educação do homem, dada pela mulher” (Anexo 5, linha 82).

A responsabilidade pela boa educação dos filhos e pela conseqüente atuação de homens virtuosos na sociedade é também atribuída às mulheres, pois: “... formar homens bons e virtuosos, pelos meios brandos de cuja efficacia só podem dispor os affectos e amor de uma boa e verdadeira mai”. Mais uma vez esse enunciado mescla-se ao discurso religioso: “... Deos tem concedido benevolo destino a muitos homens que forão educados por suas mãis ...” (Anexo 2, linha 1-2). A jornalista afirma ainda que a mulher tem “... superioridade na educação e instrucção da mocidade” (Anexo 5, linha 56), portanto, cabe a ela o ensinamento e a preparação dos homens nas escolas. Para isso, é necessário que essas mulheres se instruem. Aí se encontra o trajeto argumentativo trilhado pela jornalista: mostrar a necessidade das mulheres atuando na sociedade, evidenciar a situação em que vivem, expondo suas necessidades para, por fim, lançar sua proposta de emancipação racional da mulher e pedir a colaboração dos homens e mulheres das Luzes. Dessa maneira, ela atinge diretamente aqueles que não se aderem à emancipação feminina, culpando-os de retrógrados, pessimistas e indiferentes às mudanças. A conquista do destinatário se dá também pelo ataque e pelo confronto de ideias. Socialmente era inadmissível que um homem negasse o progresso e o crescimento da humanidade. Portanto, a relação lógica que a jornalista intenciona criar no destinatário é a de que também era inadmissível não acolher a proposta de *O Sexo Feminino*, pois ele é fruto do progresso e da liberdade vivida no século XIX.

4.6.2 Os *ethé* mostrados das demais mulheres do século XIX

O discurso usado pela jornalista na apresentação de *O Sexo Feminino* mostra a imagem de uma mulher dependente da figura masculina na sociedade: do pai, dos irmãos ou do marido. Esse *ethos* de dependência pode ser encontrado especialmente no primeiro editorial (Anexo 1), quando Senhorinha propõe um novo conteúdo a ser ensinado às mulheres e apresenta a dependência como um ponto negativo da realidade das mulheres: “... *que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras*: ‘Si meu pai, minha mai, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!’” (Anexo 1, linhas 18-20, grifo da autora). A construção discursiva do editorial aponta para o perfil de uma mulher sem iniciativa, com pouco poder de decisão diante da própria vida. A proposta de Senhorinha de ensinar às mulheres mais do que como

cuidar da casa, vai ao encontro do que afirmam os historiadores que “... mesmo contra a vontade dos maridos, pais e irmãos, as mulheres opinavam” (CARVALHO, 2006, p.185). Nesta afirmação, reconhece-se a dependência da mulher, mas ao mesmo tempo coloca-se em evidência o desejo delas de participarem do universo da opinião pública, do qual o jornalismo fazia parte.

As mulheres descritas por Senhorinha Diniz recebem ensinamentos sobre como cuidar dos afazeres da casa, sem a possibilidade de ampliarem o campo de aprendizagem para a ciência, ou outros conhecimentos. A figura do pai é bastante marcante na regulação das oportunidades de ensino concedidas às mulheres.

Ao propor novos temas a serem ensinados às mulheres do século XIX, Senhorinha induz o leitor à imagem de uma mulher capaz, com possibilidade de aprender conteúdos relacionados à ciência e não apenas aos afazeres domésticos.

Os enunciados da jornalista contribuem para a construção da imagem de uma mulher fragilizada, com escassas oportunidades de tomar a palavra. Constatamos a construção desse *ethos* até mesmo em função da imagem traçada para a própria jornalista, que assume o lugar de quem necessita esclarecer e mostrar a realidade àqueles ou àquelas que ainda não a viram:

Mais d’uma vez hemos dito n’este nosso jornal, aos legisladores, que elles necessitão de sabios para instruir seus filhos, nas sciencias e artes que até hoje hão sido vedadas ao nosso sexo, porém, para reconstruir um mundo civilisado, sobre as bases da moral, bastar-lhes-hão bôas mãis de familia e educadoras. (Anexo 3, linhas 31-35)

Senhorinha Diniz apresenta-se como porta-voz das mulheres de seu tempo. A necessidade de uma mulher que assuma a fala das demais, revela o reconhecimento da falta de espaço da maioria das mulheres da sociedade brasileira do século XIX, para assumir publicamente seus ideais. Surge, no discurso, o perfil da mulher oprimida e sem voz, que necessita de alguém que fale por si.

Os índices discursivos configuram o *ethos* de boa mãe, capaz de acolher a missão divina de educar os filhos (Anexo 4). Como relata Senhorinha em seu primeiro editorial, a sociedade oitocentista não tinha a educação da mulher como prioridade (Anexo 1). Os ensinamentos que recebiam diziam respeito ao trato da casa, à formação de uma boa esposa e boa dona do lar. Trata-se de elementos constituintes da realidade sócio-histórica do século XIX, como confirmam Araújo e Scalon (2005, p.126):

... o modelo de família – homem/provedor e mulher/dona-de-casa – reflete a assimetria sexual centralizando todo o poder no homem “chefe de família/provedor”. A mulher cônjuge, dona-de-casa em tempo integral, a quem é atribuído o papel de esposa, mãe e de responsável pelo trabalho doméstico, ocupa uma posição subordinada nessa relação assimétrica. Essa posição guarda estreita relação com sua exclusão do espaço público do trabalho e com a conseqüente dependência econômica ao homem/ “chefe de família” e provedor. A mulher cônjuge ou a esposa é, por definição e por *status* não provedora. Ser cônjuge ou esposa significa, portanto, não ser provedor.

Notamos que o tom do discurso de Senhorinha e os enunciados por ela traçados no texto contribuem para corroborar essa imagem da mulher oitocentista submissa, obediente ao marido, mas que, ao mesmo tempo, é potencialmente uma mulher inteligente, capaz e de destaque, cuja *missão* é necessária à sociedade e reconhecida por Deus.

4.7 Os *ethé* dos homens oitocentistas sob o olhar de Senhorinha Diniz

O editorial de *O Sexo Feminino* é entendido por nós como um espaço de esclarecimento de ideias, de apresentação do projeto de Senhorinha, mas também, em alguns momentos, como espaço de ataque aos homens através da fala da jornalista, como observamos no trecho seguinte: “É tempo de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas dos estabelecimentos do ensino superior. Ouvi-nos! Temos até aqui soffrido resignadas toda a sorte de humilhações e de injustiças”. (Anexo 3, linhas 69-72). A partir da linha temática da educação feminina, os homens são responsabilizados pela falta de instrução das mulheres e pelas escassas oportunidades de cursar o ensino superior no Brasil.

As referências aos homens assumem um caráter pejorativo e de culpabilidade, como observamos no trecho: “o sexo forte é juiz e parte” (Anexo 5, linha 40). O tom de culpa é recuperado para o discurso quando a jornalista declara que a “... sciencia e o saber eram [...] um patrimônio exclusivo de certos privilegiados; e isto só do sexo forte” (Anexo 4, linhas 72-74). Os homens são delineados também como os doutores da lei, responsáveis pela elaboração do regimento social e do comportamento permitido a cada um em sociedade. A mulher estava ainda sob a tutela masculina, em função das leis elaboradas por eles. Entretanto, é contra isso que a jornalista lutava, contra a forte

interferência masculina no destino das mulheres. Por isso a instrução era o instrumento usado por ela para conquistar esse espaço de luta e de emancipação.

A imagem de injustos e doutores da lei aparece nos enunciados, evidenciando que os homens insistiam no uso dos instrumentos de poder como a lei e o código civil para atingir as mulheres e desrespeitar os direitos reivindicados em *O Sexo Feminino*. Essa imagem pode ser notada no enunciado seguinte: “Pelo rigor de injustos artigos do nosso código civil, a mulher morre continua e moralmente, apesar de incansável nos sacrifícios que faz pelo homem”. (Anexo 6, linhas 8-9). Ainda que haja um paradoxo com relação a essa imagem dos doutores da lei injustos, uma vez que pressupõe-se que aqueles que cuidam de organizar os direitos devem ser homens justos, é essa a imagem que Senhorinha veicula em seus editoriais sobre os homens do século XIX, que eles não são corretos o suficiente para elaborar leis que contemplem os direitos femininos. Diante disso, Senhorinha faz uma repreensão a eles e propõe um aconselhamento, como se segue:

Devem ter toda a certeza de que não haverá progresso possível na moral do gênero humano, enquanto não se convencerem, os mesmos, da necessidade da educação das mães de família; do auxílio que ellas podem prestar, da sublimidade dessa potencia encantadora e salutar de que ellas dispõem” (Anexo 3, linhas 35-38).

Nesse trecho, os enunciados da jornalista revelam o tom incisivo, ao impor a condição da educação feminina para a conquista do progresso de toda a humanidade.

Especialmente no editorial de 22 de julho de 1875 (Anexo 2), há uma clarificação da imagem discursiva que Senhorinha Diniz traça dos homens. A partir da reivindicação de Senhorinha, em nome das mulheres do século XIX, é possível notar o ataque e, até mesmo, a revolta manifestada diante das atitudes masculinas com as mulheres no século XIX. “É o orgulho desmedido que os domina, que estorva e que vêda adoção de medidas applicaveis ao desejado desideratum” (Anexo 3, linhas 38-40). Diante do orgulho do homem, a mulher assume a sutileza de semear, uma vez que a ela (sozinha) não é permitido realizar mudanças efetivas concretas na sociedade em questão. A mulher é aquela que espera, que compreende, que semeia, esperando o tempo da colheita, o tempo em que receberá o reconhecimento do homem por aquilo que ela é, por aquilo que ela significa para a sociedade.

A expectativa sobre as ações masculinas perante a proposta de emancipação feminina tende a ser negativa, por isso, há no discurso de Senhorinha a defesa a esses

possíveis ataques dos homens às mulheres: “Espíritos pouco reflectivos nos accusarão talvez de querermos resuscitar as mulheres sábias. Descansem, lhes pedimos...” (Anexo 2, linhas 21-22). Essa marca de antecipação da reação masculina perante o surgimento de *O Sexo Feminino* pode ser percebida logo no primeiro exemplar, em que a jornalista justifica a chegada do jornal e dialoga com os “pensamentos” dos homens da época a respeito das mulheres. Ela antecipa a reação deles e já se justifica em seu discurso de apresentação e de lançamento do periódico.

Insensatez, falta de sensibilidade e injustiça marcam, no discurso de Senhorinha, a caracterização dos homens, elementos esses que, fornecidos ao destinatário, possibilitam a configuração e o surgimento do corpo discursivo do homem oitocentista, “... devida ao descuido que elles tem tido da educação das mulheres e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa, grosseiro e busco gracejo” (Anexo 1, linhas 10-12). Neste momento, a jornalista adjetiva de forma negativa o modo de pensar dos homens, atribuindo-lhes o descuido e a insensatez.

A imagem dos homens construída nos editoriais assume o tom pejorativo. Eles são delineados como injustos e indiferentes aos pedidos das mulheres, como se pode observar no trecho: “Os senhores do sexo forte inutilmente farão da mulher automatós, ou melhor dizendo: *entes passivos* e sem iniciativa propria”. (Anexo 6, linhas 5-7). Nesse enunciado, em que a jornalista parece querer mostrar uma resistência à imagem que os homens possuíam das mulheres, ela já revela o próprio *ethos* dos homens: indiferentes e superiores. A resistência da jornalista pode ser percebida pelo uso do advérbio *inutilmente*, pois, a partir dele, Senhorinha argumenta que ainda que os homens quisessem “enxergar” sempre as mulheres como passivas e sem iniciativa, eles não conseguirão manter essa tutela sobre elas.

Em outro trecho, coloca-se em evidência a importância do papel de Senhorinha e do próprio periódico: “É tempo de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas dos estabelecimentos do ensino superior...” (Anexo 3, linhas 69-71). O alerta para essa reparação, tão necessária, como ressalta a jornalista, cumpre-se por meio do discurso e da linguagem sustentada por Senhorinha em *O Sexo Feminino*.

O fato de Senhorinha Diniz pedir licença aos homens para se dirigir a eles pode evidenciar o reconhecimento da superioridade masculina, como observamos no excerto seguinte: “*Sexo forte*, desculpai-nos a ousadia de nos dirigirmos á vós: a dôr não tem discernimento. Não considereis as nossas idéas, vãos utopias; em nossos artigos escritos

o ano passado, n'este nosso periodico hebdomadário ...” (Anexo3, linhas 57-59) O enunciado anterior expõe a relação existente entre homens e mulheres naquele período e desvela o nível de hierarquia estabelecido entre eles. A superioridade caracteriza o homem por Senhorinha identificado e qualifica também o tratamento e o espaço concedido às mulheres nas relações sociais. A construção e o sentido do discurso são formados a partir da observação cotidiana dos leitores e de quem enuncia o discurso. A partir dessas observações, concordamos com o que afirmam Monnerat e Pauliukonis (2008, p.61)

...o destinatário identifica o *ethos*, portanto, apoiando-se sobre um conjunto de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, estereótipos culturais que circulam nos mais diversos domínios: publicidade, música, cinema, literatura, etc.

Desse modo, a imagem de homens e mulheres do século XIX veiculada em *O Sexo Feminino* perpassa também os imaginários sóciodiscursivos existentes nesse mesmo período. A elaboração do *ethos* é, pois, fruto do vínculo estabelecido entre o que se lê e o que se pode interpretar a partir do que se vive e do que se observa na realidade sócio-histórica na qual o leitor está inserido.

Há também um pressuposto de que os homens ignoram o que dizem as mulheres, o que elas pensam e propõem para sua emancipação: “Não considereis as nossas idéas, vãs utopias” (Anexo3, linha 58), desmerecendo assim as iniciativas empreendidas por elas. Nesse pedido da jornalista, encontra-se uma resposta discursiva a uma questão que parece ser importante de ser tratada: o nível de envolvimento masculino com as ideias defendida pelas mulheres, especialmente em *O Sexo Feminino*.

No século XIX, visualizamos através do olhar da jornalista a imagem de um homem descuidado com relação às mulheres, especialmente com suas esposas. A visão apresentada no editorial de 7 de setembro de 1873 (Anexo 1) é que os homens consideram importante para a mulher apenas os ensinamentos referentes ao cuidado com a casa. Neste editorial a jornalista revela ainda a capacidade de os homens de abandonar suas filhas, esposas ou irmãs, situação hipotética que ajuda a evidenciar o descuido deles com elas.

O *ethos* de homem opressor aparece no editorial de 2 de junho de 1889 (Anexo 5, linhas 39-40), momento em que Senhorinha justifica sua intenção ao veicular *O Sexo Feminino*: “... tomamos sobre nossos fracos hombros a difficil tarefa de defendel-os em

causa própria, e em que o sexo forte é juiz e parte!...”. Sendo assim, o abuso da autoridade, cometido pelo sexo forte faz com que eles se tornem, para Senhorinha, juízes e tomem parte da culpa das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para encontrar oportunidade de estudos no século XIX.

Ao mesmo tempo em que verificamos essa indiferença dos homens com relação ao sexo feminino, notamos também ser construída no discurso a imagem de um homem dependente da figura feminina, a mãe: “O que é uma creança para sua mãe? é uma alma que se trata de formar. (...) só as boas mãis fazem homens virtuosos. (Anexo 2, linhas 10-11). Neste trecho, o homem tem sua fragilidade evidenciada com a dependência do cuidado e da formação de sua mãe. Podemos perceber não só a responsabilização atribuída à mãe no trato da criança, mas também a vulnerabilidade do homem que será, na sua infância moldado e formado por uma mulher, a sua mãe.

4.7.1 Imaginário dos homens a respeito das mulheres de seu tempo

Optamos por trazer para essa seção, considerações a respeito da imagem veiculada nos editoriais a respeito do imaginário masculino sobre as mulheres. A fala de Senhorinha é motivada por essa relação entre os sujeitos do discurso, estejam eles marcados discursivamente ou não. A relação estabelecida permite a visualização de imagens a respeito um do outro. Nesse sentido, faz-se necessária para a nossa pesquisa uma reflexão sobre o modo como os homens do século XIX percebiam as mulheres.

No editorial de 6 de julho de 1889 (Anexo 6), Senhorinha declara que os homens tem uma visão inferiorizada das mulheres, como observamos no excerto: “Os senhores do sexo forte inutilmente farão da mulher automatados, ou melhor dizendo: *entes passivos* e sem iniciativa própria”. (Anexo 6, linhas 5-7, grifo da autora). Essa imagem que os homens sustentavam da mulher de um ser que precisa de tutela, que não tem capacidade de agir por conta própria é combatida pela jornalista no editorial pelo uso do advérbio *inutilmente*, que identifica que ela assume um pensamento contrário ao dos homens. Dito de outra forma, a jornalista crê que o pensamento masculino a respeito da passividade da mulher é equivocado.

Durante o embate discursivo enunciado em *O Sexo Feminino* constata-se a imagem que os homens tinham das mulheres de seu tempo, observação feita não só a partir dos relatos de Senhorinha Diniz, mas também a partir das atitudes das mulheres e do espaço concedido a elas (ou da falta dele). Constrói-se assim, uma relação

complementar entre os gêneros, uma vez que a caracterização de um perpassa a existência do outro.

Segundo o que afirma Senhorinha, os homens se enganam por pensarem que “... a mulher não passa de um *traste de casa*, grosseiro e brusco gracejo (...)” (Anexo 1, linhas 11-12, grifo da autora). Neste mesmo exemplar, Senhorinha aborda uma nova possibilidade de educação das mulheres, dando prioridade ao ensino intelectual e não à formação de dona de casa e esposa: “Em vez de paes de família mandarem suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa, etc., etc., mandem-lhes ensinar ...”. (Anexo 1, linhas 14-15). Vê-se que a prioridade dada pelos homens encerra-se na tarefa das mulheres de serem boas donas de casa e boas esposas.

A jornalista afirma categoricamente que as mulheres acompanham o progresso intelectual dos homens, como se segue no enunciado: “Neste seculo a mulher acompanha passo a passo o progresso intellectual do homem, tendo mesmo provado muitas vezes superioridade no mundo moral e sensível” (Anexo 5, linhas 57-58). Compreendemos que nessa asserção está a resposta a um pensamento oposto, supostamente sustentado pelos homens, de que as mulheres não seriam capazes de desenvolver suas capacidades intelectuais como os homens.

Os editoriais nos propõem uma luta de forças entre fortes e fracos, sendo as mulheres nomeadas de fracas, fato que as insere no contexto da inferioridade, da subordinação e da pequenez perante os homens.

4.7.2 O discurso feminino endereçado também aos homens do século XIX

Quando se trata da luta pelos direitos da mulher, especialmente no contexto dos anos oitocentos, constatamos que é quase impossível falar da mulher sem ao menos perpassar a realidade masculina, seja para ataque, seja para justificação.

O destinatário do jornal não é apenas o público feminino como consta na capa do periódico: “dedicado aos interesses da mulher”. O projeto de emancipação de Senhorinha encontra certo entrave nessa imagem ativa e forte do homem oitocentista. Por isso, a fala da jornalista é também atravessada pela presença masculina, o que define o homem também como destinatário, pois Senhorinha não só o imagina no discurso, como também o reconhece como um sujeito também inscrito em suas falas. Através dos apontamentos discursivos e dos endereçamentos do discurso, encontramos elementos para concordar com Charaudeau quando afirma que “... o *ethos* relaciona-se

ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê” (CHARAUDEAU, 2006, p.115). Em alguns momentos, a inscrição dos homens é marcada no texto: “Sexo forte, desculpai-nos a ousadia de nos dirigirmos a vós: a dôr não tem discernimento. Não considereis as nossas idéas, vãs utopias ...” (Anexo 3, linhas 57-58). Aqui a jornalista nomeia-os como *sexo forte*, termo carregado de sentido de superioridade e altivez.

Em outro momento, a jornalista se dirige diretamente aos homens qualificando-os pela posição que ocupam. Ela convoca legisladores, governadores e outros representantes das instâncias de poder: “... pedimos, aos legisladores, ao governo, aos nossos concidadãos e com especialidade às mãis de família para que coadjuvem esta nossa idéa a bem de vêl-a coroada de feliz exito” (Anexo 3, linhas 91-93). A partir deste enunciado, cria-se a possibilidade de visualizar no discurso o endereçamento que é feito em especial às mulheres, mas também aos homens que têm a capacidade de propor alguma mudança no rumo da educação feminina, como é o intuito da jornalista com seu periódico.

4.8 O *ethos* do jornal *O Sexo Feminino*: espaço de embate de ideias

Já afirmamos anteriormente que o periódico é por nós entendido como o espaço de discussão, como instrumento que dá voz à jornalista Senhorinha Diniz. Essa afirmação surge também das evidências linguísticas e discursivas apresentadas pela jornalista.

O periódico adquire seu caráter institucional por ser a representação física do discurso de emancipação feminina. Carregando o nome da própria “categoria” feminina, *O Sexo Feminino* assume a voz das mulheres, é o meio pelo qual Senhorinha Diniz declara em nome de todas as demais mulheres do século XIX a luta pelos direitos ainda não conquistados por elas, como afirma no trecho: “... á defeza da causa que advogamos” (Anexo 4, linha 70). O jornal é esse instrumento que traz a novidade, o progresso para a cidade e para as discussões políticas e sociais no século XIX. Ele é visto pela jornalista como instrumento, como meio de ação que trará o êxito da adesão de mais pessoas à proposta emancipatória. Podemos observar essa construção do *ethos* institucional ao lermos o trecho: “Pois bem! Eis-nos chamando em nosso auxilio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas luzes intellectuaes e com suas assignaturas. Não conseguiremos os fins sem applicarmos os meios” (Anexo 5, linhas 23-25). O

convite feito às mulheres para colaborarem com o jornal, seguido do enunciado que trata de *meios e fins* nos conduz ao pensamento de que a participação feminina no periódico é um meio de se conquistar a liberdade e emancipação da mulher. Com essa perspectiva, o próprio jornal é entendido como esse meio facilitador da emancipação das mulheres, por ser o espaço usado por elas para discutir a situação em que vivem e pedir ajuda na construção de estabelecimentos de ensino. Assim, compreendemos que: “... o *ethos* institucional do jornal corresponde ao modo de ser e de se comportar no mundo, na esfera jornalística de uma dada sociedade” (PIRIS, 2009, p.11). A institucionalidade do *O Sexo Feminino* delimita, portanto, o caráter educativo e instrutivo do jornalismo dos anos oitocentos, aplicado à realidade feminina, como foi a proposta de Senhorinha Diniz. A imagem de um órgão de imprensa dedicado ao esclarecimento e à tarefa de mostrar fatos e comprovar a verdade é construída a partir do caráter dos enunciados veiculados pela jornalista. Aqui, as imagens da jornalista e do jornal facilmente se mesclam por ser a jornalista portadora da verdade e o jornal o meio pelo qual as evidências são mostradas e os fatos apresentados, tornados públicos para a sociedade.

O Sexo Feminino adquire a importância de tribunal universal, de púlpito a partir do qual a voz feminina pretende ser ouvida, disseminada e, em certa medida, atendida pela sociedade. Observamos esse *ethos* construído do jornal no seguinte trecho: “Desde que subimos a tribuna universal da imprensa, redigindo este pequeno periodico, elevamos nossa voz em prol de nossos direitos, até hoje pouco prezados ou com revoltante injustiça postergados” (Anexo 5, linhas 37-39). O periódico vislumbra o espaço de anúncio, de divulgação das notícias e de informações pertinentes ao projeto de emancipação proposto pela jornalista.

O jornal adquire vida e passa a personificar a causa feminina ao assumir a luta e os desafios de lançamento da sua publicação, como verificamos logo no primeiro editorial: “*O Sexo Feminino* aparece, hade lutar, e lutar até morrer; morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido” (Anexo 1, linhas 7-8). No lançamento de *O Sexo Feminino*, vemos ser antecipada a imagem institucional do periódico que será validada nas edições seguintes: um jornal símbolo da luta das mulheres, responsável por divulgar as conquistas femininas, fazê-las conhecidas, além de ser a ponte do diálogo entre a jornalista, as demais mulheres e homens de sua época. *O Sexo Feminino* é apresentado também com sua imagem

heróica, assemelhando-se à imagem também de vanglória de sua jornalista idealizadora, Francisca Senhorinha Diniz.

Senhorinha trava uma batalha de pensamentos, ao apresentar o periódico. Ela já pressupõe dois posicionamentos contrários a respeito do jornal e da emancipação feminina. Vemos a inscrição de dois destinatários nesse discurso, um que apoia o lançamento do periódico e outro que ignora sua causa. Nesse espaço, Senhorinha expõe o cerne da proposta emancipatória: instrução e educação feminina seguindo os princípios morais e religiosos. Essa liberdade que a jornalista conquistou para elaborar o espaço de embate entre os dois posicionamentos evidencia a finalidade do periódico e o insere nessa perspectiva de instrumento de luta e propagação de ideias.

O periódico assume ainda o *ethos* de instrumento veiculador da verdade. Através das páginas de *O Sexo Feminino*, a jornalista pretende elucidar a questão da independência feminina, provar a capacidade intelectual dela e motivar homens e mulheres a assumirem esta causa. Sendo assim, o periódico pode ser compreendido como veiculador dessa *verdade*: um ponto de vista categoricamente sustentado pela jornalista, motivado pela forte argumentação de seu discurso e ancorado em fatos reais, características essas que qualificam o jornal como o espaço de propagação dessa verdade.

O periódico dedicado às mulheres pretende ser “... uma espécie de assinatura de uma pessoa jurídica que se constitui na memória coletiva de uma sociedade” (KARWOSKI, 2008, p.72). A representação social de *O Sexo Feminino* ancora-se também na importância social que o jornalismo adquiria a partir do início do século XIX. Havia, no imaginário das pessoas daquela época, o reconhecimento do jornalismo como um novo instrumento de publicização de ideias e de denúncias, como o faz a jornalista a favor da causa feminina.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

O discurso jornalístico feminino do século XIX instaura particularidades capazes de revelar muito mais do que estratégias e elementos discursivos para análise, ele abarca a complexidade de uma época e a especificidade das relações existentes entre homens e mulheres.

Nesse trabalho, tivemos a oportunidade de passar temáticas da História, não só do Brasil como da própria imprensa brasileira, discussões sobre gênero e sobre o espaço concedido às mulheres no universo das letras, ancorados nas estratégias e na constituição do discurso.

A discussão sobre a imagem da mulher permanece. Ainda que em outra realidade sócio-histórica, mesmo que sustentada por outros postulados metodológicos, ou pesquisada a partir de *corpora* distintos, a curiosidade sobre a imagem e a construção feminina de si mesma rende ainda pesquisas pertinentes nos estudos linguísticos e sociais. Além disso, a imprensa assume um caráter preponderante na veiculação das imagens. Verificamos que a incipiência do jornalismo do século XIX já revelava esse meio como propagador de fatos, opiniões, “verdades” e uma infinidade de gêneros intercalados, como podemos verificar nos jornais veiculados em nosso tempo, no século XXI. O desejo de revisitar o discurso oitocentista adquiriu importância particular na medida em que revelou elementos para fundamentar a pesquisa referendada na Análise do Discurso.

O empenho em descobrir e verificar o que pensavam as mulheres do século XIX sobre si mesmas e até mesmo o que pensavam sobre os homens e como materializavam isso para o discurso foi sendo desenhado no decorrer desse trabalho, na tentativa de contribuir para a compreensão do universo feminino enunciado no todo do discurso jornalístico. A compreensão do espaço concedido ao jornal na sociedade em questão também foi objeto de nossas análises, uma vez que não foi possível desvincular essas imagens umas das outras.

Da pesquisa, algumas considerações que são fruto das análises e da própria emergência das imagens veiculadas no periódico. O discurso emancipatório de Senhorinha Diniz confere a ela a legitimidade necessária para falar em nome das mulheres de sua época. A legitimidade dela está na sua capacidade de perceber as mudanças transcorridas no tempo e ter o olhar apurado para refletir sobre elas. Assim, Senhorinha assume o lugar de fala, reservando para si esse espaço de autoridade, de superioridade. A jornalista percebe a mudança na história e no comportamento do homem em sociedade, *consegue ver e* anunciar essa mudança e, em consequência, alerta as pessoas

que estão ao seu redor, utilizando um meio, um instrumento, como ela mesma afirma (o periódico), para atingir seu fim (a emancipação feminina). A jornalista percorre esse caminho discursivo nas edições de *O Sexo Feminino* e possibilita ao leitor a visualização de sua imagem discursiva, que pretende validar as informações prévias a respeito da professora e mãe de família proprietária do jornal. Senhorinha Diniz assume, pois, a edição e a veiculação de um periódico de cunho emancipatório na tradicional sociedade mineira do século XIX.

Sobre os efeitos pretendidos pela jornalista, não pretendíamos verificar se foram alcançados ou não, mas sim identificá-los, a partir das evidências discursivas. A partir da argumentação utilizada, conseguimos caracterizar o discurso dela objetivando a emancipação feminina. Para isso, *O Sexo Feminino* é o púlpito pelo qual a voz feminina, manifestada pela voz da jornalista, chegará ao conhecimento de homens e mulheres instruídos, do século XIX. Com o intuito de se chegar à emancipação, Senhorinha investe também no apoio financeiro às instituições de ensino. Segundo ela, para se chegar à emancipação, é preciso que as mulheres frequentem as escolas e desfrutem, igualmente dos homens, as oportunidades de ensino, que lhes são dadas por direito. Vinculada a essa imagem da mulher vitimada, encontramos a imagem do homem opressor, indiferente à necessidade da mulher de se educar e de se instruir. O entrelaçamento das imagens discursivas verificado nos editoriais da jornalista revela o traço peculiar do discurso, capaz de marcar a identidade de cada um dos grupos envolvidos. Concordamos com Monnerat e Pauliukonis sobre a compreensão do *ethos* coletivo, que se aplica ao espaço discursivo cunhado por Senhorinha nos editoriais. Segundo a autora, o “... *ethos* coletivo (...) corresponde a uma visão global, sendo construído pela atribuição apriorística de uma identidade proveniente da opinião coletiva em relação a um outro grupo”. (MONNERAT & PAULIUKONIS, 2008, p.63). A pesquisa permitiu a visualização do discurso como fruto das imagens veiculadas a partir dele. O *ethos* evidenciado a partir do discurso revela o emaranhado de sujeitos envolvidos na fala do enunciador. Além disso, diversas vozes, que compõem a realidade discursiva a partir da qual o sujeito argumentante fala aparecem no discurso e identificam o tipo de sociedade em que o discurso está inserido.

O século XIX nos é apresentado por Senhorinha como um período propício não só para a luta e para a mudança, como também para o embate de ideias sugerido pelo jornal. Assim, a incipiência do jornalismo veiculado em fins do século XIX já abre espaço para a importância que o jornalismo e os meios de comunicação assumem na

atualidade, como um espaço dos formadores de opinião, onde estratégias de convencimento, referentes à oratória e à argumentação se fazem presentes.

É possível construir a realidade sócio-histórica da mulher no século XIX a partir das informações apresentadas por Senhorinha e até mesmo pelo tom usado por ela ao dirigir-se a seu público. O perfil da mulher ideal, apresentado por Senhorinha ao longo das edições, esbarra na imagem da santa escolhida por Deus para educar e instruir seu filho, que será o fruto da virtude ofertado à sociedade. Nesta relação de troca, a sociedade deveria, aos olhos da jornalista, investir na educação da mulher, pois em troca receberia legisladores, governantes e cidadãos bem preparados para os desafios da vida. Portanto, a instrução proposta por Senhorinha encerra-se em uma proposta, *a priori* utilitarista, pois tem como fim a oferta que a mulher trará para a sociedade do ganho que receberá ao ser instruída e orientada para a educação física, moral e intelectual, como defende Senhorinha. O desenvolvimento da fala da jornalista no espaço dos editoriais perpassa a argumentação, não só a apresentação de elementos lógicos, mas também o uso da emoção para convencer leitores da importância da adesão ao discurso de emancipação.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005a. p.9-27.

AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005b. p.119-144.

AMOSSY, R. Ethos. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006. p.221.

AMOSSY, R. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. In: *Filologia e Língua Portuguesa*. n° 9. 2007. p.121-146.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do Discurso Hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p.231-254.

ANDRADE, F. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANDRADE, M. C. Editorial: construído ethos e situação enunciativa. In: *Revista Inventário*. 4 ed., jul/2005. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br/04/04mcardoso.htm>.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero, família e trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Z. L. C. *A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.123-148.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas: jul./dez, 1990. (19) p.25-42.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. Tema e significação na língua. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.131-139.

BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2006.

BELTRÃO, L. *A imprensa informativa*. São Paulo: Falco Masucci, 1969.

BELTRÃO, L. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina: 1980.

BERNARDES, M. T. C. Voz das mulheres de letras no Rio de Janeiro, do século XIX. In: *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro - século XIX*. São Paulo: T.A Queiroz, Editor, 1989, p.97-112.

BIBLIA SAGRADA. N. T. *Mateus*. 47. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2003. cap. 22, p.1311.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área no Brasil. In: *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, n° 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.

BONINI, A. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, A. J.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, v. 1, p.208-236.

- BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p.57-71.
- BORBA, R. A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, A. M & MORAES, R. B. *Bibliografia da impressão régia no Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: Edusp, 1993.
- BRASIL. *Legislação Brasileira, ou Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas, coligidas pelo Conselheiro José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., Tomo IV, 1838. p.165.
- BUITONI, D. H. Imprensa, substantivo feminino. In: *Mulher de papel – a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- CANDIDO, A. A vida ao rés do chão. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-22.
- CARVALHO, M. J. M. A imprensa na formação do mercado feminino. In: NEVES, L. M. B.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- CHAPARRO, M. C. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus editorial. 2008.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L & MELLO, R. (Orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA, D. A. C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, A. *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Lucerna, 2003. p.166-179.
- DIAS, P. R. *et al.* Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal “Folha de São Paulo” e da Revista “Veja”. In: Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. 23, 1998. Recife. *Anais Eletrônicos*. São Paulo: Intercom. Disponível em: www.intercom.org.br.
- DINIZ, F. S. M. *O Sexo Feminino*. Campanha da Princeza: Typ. Do Monarchista, 1874a. (2 de maio de 1874).
- DINIZ, F. S. M. *O Sexo Feminino*. Campanha da Princeza: Typ. Do Monarchista, 1874b. (7 de setembro de 1874).
- DINIZ, F. S. M. *O Sexo Feminino*. Campanha da Princeza: Typ. Do Monarchista, 1873. (29 de novembro de 1873).

- DINIZ, F. S. M. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1875. (29 de julho de 1875).
- DINIZ, F. S. M. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1876a. (7 de janeiro de 1876).
- DINIZ, F. S. M. *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: Lombaertes & Filho, 1876b. (7 de janeiro de 1876).
- DUARTE, C. L. *A crônica feminina brasileira – das origens à contemporaneidade*. In: Revista Vivência. Natal, 1995. v. 9. n° 2. p.107-113.
- FERNANDES, B. A. A emoção no discurso jornalístico: contar histórias e comover leitores. In: MENDES, E. & Machado, I. L (Orgs.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010. v. II.
- GROSZ, E. Corpos reconfigurados. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n°14, 2000. p.45-86. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/n14a03.pdf>.
- JANCSÓ, I. A Sedução da Liberdade - Cotidiano e Contestação Política no final do século XVIII. In: SOUZA, L. M; NOVAIS, F. (Orgs.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, v. 1, p.387-437.
- KOCH, I. V. *O texto e a construção do sentido*. São Paulo: Contexto, 2008.
- KARWOSKI, A. M. *A Construção do ethos institucional do Banco do Brasil em anúncios publicitários*. Tese em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/17659/1/VERSAOFINALTESE-ACIR-21-11-08.pdf>.
- LIMA, H. Patemização: emoções e linguagem. In: MENDES, E; MACHADO, I; MENEZES, W. (Orgs.) *As emoções do discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p.140-149.
- MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do Discurso Hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Unicamp, 1993.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005a.
- MAINGUENEAU, R. Intertexto; Interdiscurso; Heterogeneidade . In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006. p.221.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R, (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005b. p.69-91.
- MAINGUENEAU, D. Polifonia e cena da enunciação na pregação religiosa. In: EMEDIATO, W; LARA, G. M. P; MACHADO, I. L. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a. vol 1.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R. & SALGADO, L. (Orgs). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b. p.11-29.

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, A. *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Lucerna, 2003. p.19-36.
- MARI, H & MENDES, P. H. A. Enunciação e emoção. In: MACHADO, I. L.; MENDES, E. MENEZES, W. (Orgs) *As emoções do discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. V. 1. p.150-168.
- MARTINS, A. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, T. & MARTINS, A. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.45-80.
- MEDINA, J. L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: *Revista Symposium*. Ano 5, nº 1, janeiro-junho 2001.
- MEIRELLES, J. G. *Imprensa e poder na corte joanina: a gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MELLO, R. A construção de sentidos como operação discursiva na enunciação. In: LARA, G. M. P. (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006, v. 1, p.107-115.
- MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- MONNERAT, R. S. M.; PAULIUKONIS, M. A. L. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, G. M.; MACHADO, I. L. ; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Lucerna/Nova Fronteira, 2008, v. 01, p. 45-69.
- MORAES, E. Paixão Pagu: o ethos de uma autobiografia. In: MOTTA, A. R. & SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p.107-117.
- MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.23-43.
- MOREL, M. & BARROS, M. O raiar da imprensa no horizonte do Brasil. In: *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. p.21-50.
- MOREL, M. & BARROS, M. Literatura cotidiana e imagens impressas. In: *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p.51-75.
- NASCIMENTO, K. As representações do feminino na imprensa mineira. In: *Memorial do ICHS*, 1, Ouro Preto, 2004. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h11_5.pdf.
- NAVEIRA, P. O. Os Analles e as suas influências com as Ciências Sociais. In: *Revista Virtual de História*. 2003 v. 16 Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra16/annales.htm>.
- NEVES, L. M. B & FERREIRA, T. M. D. O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura dos livros no início do século XIX no Brasil. In: *Acervo*, v. 4, jan-jun. 1989. p.113-119.
- NEVES, M. S. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, B (Org) *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, CCBB, 1995.
- NUNES, M. A. Imprensa e Feminismo do século XIX no sul das Gerais. In: *Congresso Internacional da Abralic Tessituras, Interações, Convergências*, 11, 2008, São Paulo. [Anais eletrônicos] Disponível em: http://www.abralic.org/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/046/APARECIDA_NUNES.pdf.

PAULIUKONIS, M. A. Persuasão, sedução e *topoi* no discurso publicitário. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. *Emoções no discurso*. v. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010. P.81-85.

PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PICHELLI, K. R et al. O discurso de formação da opinião pública: análise dos editoriais sobre as denúncias do “Mensalão” nas revistas Veja e Carta Capital. In: *Unirevista* - v. 1, n° 3 (julho 2006).

PIRIS, E. L. A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o *ethos* e o *pathos* nos editoriais do *Correio da Manhã* e d’*O Globo* sobre a deposição do presidente João Goulart. In: GARCIA, B. R. V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F. S. M.; GONÇALVES SEGUNDO, P. R. (Orgs.). *Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP*. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. Disponível em: <http://www.epedusp.org>.

PLANTIN, C. A argumentação - história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PROCÓPIO, R. M. O *ethos* do homem do campo nos quadrinhos de Chico Bento. Dissertação. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

ROCHA, T. F. & PEREIRA, R. M. F. *Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial*. 2006. Monografia. Universidade Federal de Alagoas, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/pereira-rose-mary-rocha-thais-discurso-midiatico.pdf>.

ROMANCINI, R. & LAGO, C. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

SANTOS, A. R. & HACK, J. R. *As marcas lingüísticas da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião* In: *Anais do XIX CELLIP*. Disponível em: <http://www.hack.cce.prof.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/01/Cellip2009.pdf>.

SANTOS, J. B. C. O *pathos* da memória na identificação de práticas de leitura. In: MENDES, E & MACHADO, I L. (Orgs.). *As emoções do discurso*, v. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

VASCONCELLOS, E. & SAVELLI, I. M. A imprensa feminina. In: *Verbo de Minas*: Letras. Juiz de Fora, 2006, p.89-98.

SILVA, L. A. História da leitura: entre o isolamento, práticas leitoras coletivas e política. In: *Contato cultural e ação política em práticas leitoras coletivas: Reflexões sobre os encontros de leitura no curso pré-vestibular comunitário de Vila Isabel*. 108 f. Dissertação. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002. p.20-33. Disponível em: http://br.mc657.mail.yahoo.com/mc/welcome?.gx=1&.tm=1296168842&.rand=51e85if5c9ssc#_pg=showfolder;_ylc=x3odmtbubjbnjwqxqbf9tazm5odmzntaxnarhywnjagtnywl&&.rand=819472455&order=down&psize=25&tt=20631&.jsrand=6563125.

WOLFE, T. *El Nuevo Periodismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

ANEXOS

ANEXO 1

A racional emancipação da mulher - 7 de setembro de 1873

1. Zombem muito embora os *pessimistas* do aparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo*
 2. *Feminino*; tapem os olhos *indifferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra
 3. desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso;
 4. rião os *curiosos* seu riso sardonico de reprovação á idéa que ora surge brilhante no horizonte da
 5. cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*;
 6. persigão os *retrogrados* com seus diterios de chufa* e mofa* nossas conterrâneas, chamando-as
 7. de *utopistas*: *O Sexo Feminino* aparece, hade lutar, e lutar até morrer; morrerá talvez, mas sua
 8. morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.
 9. O Século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais de
 10. metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das
 11. mulheres, e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de *um traste de casa*,
 12. grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns individuos menos delicados ousão atirar a
 13. face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!
 14. Em vez de paes de família mandarem suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa,
 15. etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional
 16. *perfeitamente*, e depois, *economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura* (ao menos
 17. a nacional e portugueza), *a philosophia, a historia, a geografia, a physica, a chimica, a historia*
 18. *natural*, para coroar esses estudos a *instrucção moral e religiosa*; que *estas meninas assim*
 19. *educadas* não dirão quando moças estas tristes palavras:
 20. “Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!”
 21. Não sirva de cuidado aos paes suas filhas, assim educadas e instruídas não saibão coser, lavar,
 22. engomar, cortar uma camisa, etc., etc.
 23. A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades.
 24. O dinheiro, Deus o da e o diabo pode levar, mas a sabedoria que Deus dá o *diabo não a roubará*.
-

ANEXO 2

Influencia da educação maternal sobre os filhos - 7 de janeiro de 1874

1. Inumeros exemplos a historia nos dá de que Deos tem concedido benevolo destino a muitos
2. homens que forão educados por suas mãis, e debalde tentarão os retrogrados negar a influencia
3. benéfica que uma mãe sensivel sem fraqueza, e religiosa sem rigidez, tem exercido sobre o
4. character de seus filhos.
5. Uma mãe inspirará sómente virtude a seus filhos, não falará a seu coração inutilmente, mas
6. penetrar-lhes-h n'alma sons sublimes que se erguerão até á Divindade.
7. Assim rodeada, desde o berço, a exemplos da mais tocante piedade, a graciosa creança caminhará
8. na estrada do Senhor, protegida pelas azas de sua mãe; o seu genio é como o incenso que espalha
9. seu perfume na terra, mas que arde para o céu.
10. O que é uma creança para sua mãe? é uma alma que se trata de formar. Os bons professores
11. fazem os bons estudantes: mas só as boas mãis fazem homens virtuosos.
12. Kant dizia que de sua mãe havia recebido os bons sentimentos que tinha em sua alma.
13. Mães! Não se assuste a vossa fraqueza com o grandioso titulo de educadora! Não, nós não
14. queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros; é á felicidade que
15. pretendemos conduzir-vos: são os nossos direitos postergados, que desejamos reaver; são as
16. nossas forças e a vossa soberania que invocamos; é em fim, convidando-vos a percorrer a
17. estrada afortunada da virtude e do amor que nos prôpuzemos a pedir que vos instruaes, para
18. que possais educar vossos filhos nos sãos princípios da moral.
19. Com esse movel conseguiremos a paz do mundo, a ordem das familias, a gloria de nossos filhos e
20. a ventura da humanidade.
21. Espiritos pouco reflectivos nos accusarão talvez de quereremos resuscitar as mulheres sábias.
22. Descansem, lhes pedimos, e dizemos-lhes: com a elevação da mulher á altura e gráo de
23. civilização que lhe compete, o nosso fim longe de egoistico, é mais grandioso, é temente á
24. verdadeira educação dos filhos e consequentemente a formar homens bons e virtuosos, pelos
25. meios brandos de cuja efficacia só podem dispor os affectos e amor de uma boa e verdadeira
26. mai.

* Pedantesco: presunçoso, pretensioso.

ANEXO 3

A racional emancipação da mulher - 22 de julho 1875

1.Creando em 7 de setembro de 1873 um periodico hebdomadario com o titulo supra;
2.jornal dedicado aos interesses da mulher, vimos com prazer completar seu 1º anno, sem
3.que soffressemos nenhuma contrariedade, e ao contrario tivemos a satisfação de vêr que
4.nossas idéas forão acceitas e louvadas pelos bons pensadores e amigos do progresso.
5.Por motivos justificaveis tivemos de interromper por alguns mezes a publicação de nossa
6.folha, mas agora continuamos animosas no bom acolhimento que ella terá, deste povo
7.fluminense, sempre enthusiastico pelas idéas de progresso. A redactora tudo espera das
8.Senhoras, não só da côrte como das províncias, para a coadjuvação e sustentação da folha
9.e da idéa, offerecendo desde suas paginas a todas aquellas que as honrarem com seus
10.bem elaborados escriptos, nos precinetos do programma.
11.A redactora deste jornal, não perde de vista seu assumpto principal, e o fim com que o
12.redige, esperando sempre que os primeiros vislumbres de luz augmentem pouco a
13.pouco, e o que hoje é julgado utopia, sonho irrealisavel, etc. breve se mudará em
14.brilhante realidade.
15.Porquanto, offerecendo-se-lhe occasião não perderá de applicar os meios que a sua
16.intelligencia sugerir, para conseguir o exito desejado. Os resultados obtidos
17.simplemente pela força de vontade que hão conseguido desde muitos seculos, os
18.grandes homens da sciencia e das artes, animão-nos a prosseguir nesta gloriosa missão,
19.a qual de pugnar pela racional Emancipação da mulher, acquerida [adquirida] pela
20.triplice educação: - Physica, moral e intellectual. Vêmos que depois da educação physica,
21.a que devemos seguir é a moral, ou antes digamos: a educação da alma. Sem seu auxilio,
22.as melhores intelligencias nunca poderião idéar o infinito, o bello, o moral, o verdadeiro,
23.o santo e o justo. No começo da vida tudo nos falla á alma; e sua linguagem é a do amor e
24.da virtude. Como dizem os prescrutadores da natureza humana: *Não há creanças más*, os
25.exemplos inconvenientes á infancia e as más educações são que dão causas a
26.perversidades de algumas creanças, e de muitos homens.
27.Vêmos quasi sempre sahir de intelligencias assim notaveis, frio egoismo e atrozes
28.crimes, em quanto que, de corações virtuosos só actos de humanidade se nos hão
29.mostrado.
30.Tudo depende de Deus, mas por ordem d'Elle mesmo, o sermos bons depende de nós
31.mesmos, de nossos paes ou educadores. Mais d'uma vez hemos dito n'este nosso jornal,
32.aos legisladores, que elles necessitão de sabios para instruir seus filhos, nas sciencias e

33.nas artes que até hoje não são vedadas ao nosso sexo, porém, para reconstruir um
34.mundo civilizado, sobre as bases da moral, basta-lhes-hão boas mães de família e
35.educadoras. Devem ter toda a certeza de que não haverá progresso possível na moral do
36.gênero humano, enquanto não se convencerem, os mesmos, da necessidade da
37.educação das mães de família; do auxílio que ellas podem prestar, da sublimidade
38.dessa potencia encantadora e salutar de que ellas dispõem. É o orgulho desmedido que
39.os domina, que estorva e que vêda adopção de medidas applicaveis ao desejado
40.desideratum; porem esperamos ainda que alguma modificação será feita em seu
41.orgulho. Semeemos. Com effeito deve-se semear para um dia poder colher-se. Com
42.paciência e tempo a folha da amoreira se muda em setim. Esperamos que homens mais
43.eminentes não desdenharão nossas idéas e imperfeições. Temos fé que elles
44.empregarão seus esforços em dar-lhes o ultimo remate.

45.Uma infenidade de pesquisas aparentemente destituídas do menor interesse, servirão de
46.base a theoria ou methods que posteriormente darão [darão] resultados da mais
47.evidente utilidade pratica.

48.Felizmente vê-se que os homens hoje já creem aquillo que de ha muito deverião ter
49.acreditado, isto é, que a mulher, deveria entrar no plano geral da concorrência da
50.civilização. O que seria do mundo si as raras intelligencias, que alargão a esphera dos
51.humanos conhecimentos, si Sócrates, por exemplo, Aristoteles, Gallileo, Descartes e muitos
52.outros, tivessem parado em frente das crenças geraes do seculo em que viverão?

53.Se assim houvessem obrado, terião mergulhado a civilização nas trevas da ignorancia, da
54.idolatria, e da escravidão. Debalde, pois os rotineiros protestem contra a idéa e
55.programma desta folha a *Emancipação racional da mulher*, suas opiniões ficarão isoladas
56.em frente do progresso da actualidade, e esmagadas pelo pequeno numero de adeptos.

57.*Sexo forte*, desculpai-nos a ousadia de nos dirigirmos á vós: a dôr não tem discernimento.

58.Não considereis as nossas idéas, vãs utopias; em nossos artigos escritos o ano passado,
59.n'este nosso periodico hebdomadario, artigos em que vos mostramos claramente quão
60.alto fallão os fatos, provamos que a necessidade da educação da mulher é uma das mais
61.palpitantes, e que para prehenchel-a não ha outro meio que não seja o adoptado pelas
62.nações que não volvido suas vistas para este assumpto; isto é, de seguir o exemplo da
63.Suissa, onde 250 senhoras receberão o grão de doutoras em medicina; da Rússia, onde foi
64.concedida a faculdade de poderem as senhoras de mais de 19 annos frequentar as
65.academias; de Helsingfos, capital de Fielandia.

66.Alá, o anno passado, tratava-se até de organizar um estabelecimento de ensino superior
67.para as mulheres, o qual teria o nome de *Academia das mulheres*, e o mesmo da-se nos
68.Estados-Unidos, Paris, etc., etc.

69.Em fim, a idéa principal é a de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo. É tempo
70.de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas
71.dos estabelecimentos do ensino superior. Ouvi-nos!Temos até aqui soffrido resignadas
72.toda a sorte de humilhações e de injustiças. Agora, porém que a taça transbordou,
73.ousamos levantar nossas debeis vozes pedindo-vos, repitamos: - reparação dos vossos
74.erros e de vossas injustiças. A mulher tem sido opprimida, escarnecida, ludibriada; tem
75.vivido quase que semi-morta, e, o que é mais, não haveis considerado que aviltando-a,
76.humilhando-a, conservando-a na ignorancia fica ella sem a força de que carece para
77.resolver o mais difficil dos problemas sociaes - o da Educação dos filhos; problema
78.confiado só a ella pelo próprio Deus.

79.Tudo quanto havemos dito, e o que lemos nos diversos noticiarios, animão-nos a
80.conservar em nossos corações a crença de que será aceita nossa idéa, ampliada e posta
81.em pratica. É chegada a época de reformas. Vêmos despontar nos horisontes de varias
82.nações uma nova era de prosperidade e de justiça para o nosso humilhado sexo. Vêmos
83.que a força do direito d'esta parte da humanidade opprimida pelo direito da força forte
84.contra o fraco, vai começando a ser daqui e ali reconhecida. Com prazer annunciamos ás
85.nossas conterraneas os progressos que nossa idéa tem feito em diversas nações.
86.Lembremos aos nossos concidadãos que, o sexo fraco não necessita de palacios,
87.solidamente construidos, para n'elles serem recebidas e educadas nossas filhas, as filhas
88.do povo. O que necessitamos é de serem fundadas casas de educação, e dirigidas por
89.hábeis Senhoras, com internato para a classe desfavorecida da fortuna; para as filhas do
90.povo, sobretudo as que forem sem mães; ou que tendo-as não só, não queirão educal-as,
91.como devem, como não o possão por qualquer motivo. Por ultimo, pedimos, aos
92.legisladores, ao governo, aos nossos concidadãos e com especialidade ás mães de familia
93.para que coadjuvem esta nossa idéa a bem de vêl-a coroada de feliz exito.

94.Só estas casas de educação são capazes de regenerar os costumes de nossa sociedade.
95.Cuidai, portanto já e já coadjuvar esta instituição. Ella tirar-nos-ha do estado desolador em
96.que nos achamos.

97.Commettida, como já constata, esta grande obra de regeneração, é por certo meio caminho
98.andado em tão auspicioso empreendimento.

99.É pelo estado civil das mulheres que, segundo os publicistas, melhor se póde aquilatar a
100.civilisação dos povos; e isto é de tal arte assim, que nos paizes mais adiantados da cultura
101.humana, na Inglaterra e nos Estados-Unidos, é que justamente a mulher goza de mais
102.liberdade e disfructa maior somma de direitos.

103.A influencia da mulher na sociedade fez-se sentir sempre em todas as épocas e em todas as
104.eras; é tamanha a sua importancia que segundo a sabedoria pratica dos povos, tem-se dito, e
105.se repete ainda hoje: - *Ce que femme veut, Dieu le veut.*

ANEXO 4

A racional emancipação da mulher - 27 de fevereiro de 1876

1. Não estamos mais nos tempos em que o saber se achava encarcerado nos claustros; o feudalismo,
2. a cavalaria errante, as cruzadas; os tempos dos prejuízos das castas e dos desvanescimentos
3. chimericos, passaram, deixando apenas os traços de suas temporarias conquistas. As fogueiras da
4. inquisição não achão e nem acharão mais combustível para accendel-as. A nova geração so
5. procura e procurará fazer desaparecer esses tristes vestígios; hoje, o horizonte da humanidade
6. se mostra mais risonho, as nuvens, precursoras das tempestades, negrejam raramente.
7. É a epocha da luz! Forão-se as trevas... Todos os povos são livres, ou pugnam pela sua liberdade,
8. os poucos que, como excepção ainda gemem na escravidão, e sem um porvir seguro; combatem
9. todos pela sua liberdade religiosa e politica; todos os pensamentos se manifestão francamente e
10. esforçã-se por obter sua autonomia fazendo resaltar por toda a parte o contraste que ha entre
11. o presente e o passado!
12. Todos os povos sacodem esses restos de grilhões que antes se oppunham ao seu
13. aperfeiçoamento e, erguendo-se ao seu verdadeiro nivel, attingem de dia em dia seu fito
14. principal; - *a civilização da humanidade*... Pois bem, si o seculo presente, é o das luzes e da
15. batalha da civilização, a - *Racional Emancipação da mulher*, não podia e nem póde deixar de
16. entrar na arena do combate. Entre os milhares de problemas que agitam hoje todos os espiritos,
17. consideramos, em nosso fraco entender que, é o da *Emancipação do nosso sexo* o de maior
18. importancia; é sem duvida um problema immensamente difficil de ser resolvido! ao menos de
19. prompto!.. Sabemos que esta questão é de grande momento e de alcance serio para ambos os
20. sexos, mas uma vez resolvida, estará comprida a phrase de Flamarion: "*A verdadeira liberdade*
21. *consiste na soberania da intelligencia*". Sabemos tambem, nos, as mulheres, que nunca
22. poderemos alcançar nem possuir este postulado sem lançar mãos dos meios necessarios e
23. efficazes, e, fiquem certo, que sem obtel-o conjunctamente comnosco, as mulheres, os homens
24. gemerão debaixo do pezo mortificador do despotismo dos outros homens.
25. Sem que se effectue uma transformação completa no regimem actual de educação das nossas
26. meninas, nada conseguiremos para o nosso desideratum. Temos procurado mostrar os
27. inconvenientes que resultam da falta de estabelecimentos fundados pela iniciativa das mãis de
28. familia, e auxiliadas pelo governo de nosso paiz, para este fim. Hemos feito vêr ás nossas
29. conterraneas que nada no mundo é facil obter-se, sem sacrificio, e que tudo exige concurso do
30. trabalho assiduo, para que possa ser alcançado.

31.Em fim, todos os que adoptam nossas idéas (e são esses pensadores) concordaram que esta
32.questão estudada seriamente merece ser considerada como de grande emenencia social.

33.Quando chamamos em nosso auxílio as Senhoras para nos coadjuvarem na aquisição de
34.estabelecimentos de instrução superior para as meninas, por sabermos que debalde
35.luctaremos pela nossa emancipação, si não procurarmos primeiro instruimo-nos.

36.Não consegue-se os fins sem applicar os meios. Com honrosas excepções, em geral e
37.desgraçadamente, as mulheres só cuidam no luxo e na validade de agradar pelos dotes
38.exteriores, levando essa vaidade até ao ponto de venderem a sua liberdade na escolha do
39.casamento, o que muitas fazem, só pelo mesquinho interesse de ter um marido que lhes dê
40.um bonito vestido! Não indagam nelle: nem o procedimento, nem o genio, nem até os vicios
41.physicos e moraes.

42.O mal vem de cima. Não existe em nosso paiz, aliás com foros de civilisado, um só
43.estabelecimento onde nós, (as mulheres) possamos receber conhecimentos variados e
44.profundos.

45.Como hemos dito, na Allemanha, na Suissa, e até mesmo na Russia, ha hoje muitas accademias
46.fundadas e destinadas unicamente ás mulheres. N'ellas ensina-se a medicina ou outro
47.qualquer ramo da sciencia, ou arte; e em todas as aulas contam se muitas moças,
48.verdadeiramente amantes da sciencia, compenetradas de sua grandeza e sublimidade: visto
49.que não só pelo conhecimento pleno d'ella reconhecem que podem chegar ao do nosso
50.Creador e suas magestosas obras, como com ella adquirirem meios de viver independente e
51.honestamente, de seu trabalho. Nos supra mencionados paizes, além das escolas do sexo
52.feminino, organisadas com todo o zelo e proficiencia, existem tambem institutos superiores,
53.onde as mulheres podem escolher a profissão que mais lhes agrade. Em fim, repitamos, e com
54.profundo respeito ao nosso infortunio!

55.No Brazil, nossa patria, não se apresenta um só estabelecimento proprio para dar-nos outros
56.conhecimentos, a excepção dos primarios rudimentos, que nada valem, relativamente
57.consideram sob o ponto de vista mais elevado; e atendendo-se ao futuro scientifico,
58.necessario ao nosso sexo.

59.Quando trata-se de uma questão transcendente como esta, devemos todas unirmo-nos a banir
60.de nossas idéas todos os erroneos preconceitos que suffocam e amortecem o passo que
61.tentamos dar para o progresso da humanidade em geral.

62.Estando escrevendo estas linhas, veio-nos ás mãos um novo jornal editado na cidade de
63.Baependy, de que é proprietario e editor e Sr. Eugenio Octavio de Carvalho. O jornal tem como
titulo *Amor ao progresso*, mas o artigo editorial, que vem no n. 4, está opposto ao seu

64.titulo. O artigo á que nos referimos tem por epigraphe: *A educação da mulher*. Dizemos que
65.está em opposição ao titulo, por entender-nos que as idéas de progresso estão de commum
66.accôrdo com a *racional emancipação da mulher*, adquirida pela tríplice educação da mesma.
67.Porém o programma sustentado como confessa o mesmo autor do supramencionado artigo,
68.pelas habeis pennas dos distinctos parlamentares, Stuart Mill, na Inglaterra, Julio Frave na
69.França, e muitos outros em diversos paizes civilizados, que hão consagrado muitos momentos
70.de seu trabalho á defeza da causa que advogamos e que o autor do artigo chama *ingrata*, é
71.prova de que a idéa não é uma utopia, um sonho irrealisavel. Ao contrario, como dissemos no
72.começo deste asserto, não estamos nos tempos em que a sciencia e o saber eram um
73.monopolio e achavam-se inclausurados constituindo assim um patrimonio exclusivo de certos
74.privilegiados; e isto só do sexo forte.

75.Hoje, não se dá o mesmo e tudo quanto o autor diz, nos pontos principaes de seu artigo, não
76.destróe os nossos argumentos, nem de modo algum nos fará arrefecer o entusiasmo que
77.alimentam nossas esperanças. Si George Sand, Stael, Izabel de Hespanha e muitas outras que
78.cita em seu artigo, tambem, não foram *anjos*, como rainhas, nada prova que essas mulheres,
79.mesmo dado o caso não tivessem eminentes aptidões para occupar todos os cargos que sõem
80.ser de preferencia exercidos pelos homens. Si, como diz o articulista, consultamos a historia,
81.vemos que taes e taes procederam deste modo ou daquelle!...Pois bem, respondendo ao
82.autor dizemos: Os tyrannos de todos os tempos como: - Nero, e tantos outros, eram
83.mulheres? Argumenta-se com a autoridade do grande Napoleão! É um criminoso punindo
84.outro. Napoleão era homem estrenuo e além de autocrata até a tyrannia! Si no reinado de
85.alguma mulher houvessem dado-se as mesmas encarniçadas guerras e feito correr tanto
86.sangue, o autor teria adduzido para sua argumentação o nome d'ellas. Quanto em si à
87.resposta do Grande Entrelogico, á Baroneza de Stael, era a que elle por sua educação
88.guerreira, podia dar a uma mulher a quem elle temia não pela espada, mas pela penna.

89.Sendo ella (como era) estéril Napoleão precisava de machinas de destruição, de homens
90.emfim, para pelear, destruir e conquistar, e ella não os havia dado a patria, nem podia dar. Si
91.Napoleão fosse educado com mais sãos principios, responderia que a mulher superior a todas
92.as outras seria aquella que melhor educasse seus filhos.

93.Hoje passamos por alto os mais topicos do artigo do senhor redactor do *Amor ao Progresso*,
94.mas prometemos voltar oportunamente.

95.O que queremos é justo, recto, liberal. É pois elemento do progressista!...

96.Emancipar a mulher é quebrar as cadêas com que por tantos seculos os homens hão

97.arroxeados os pulsos! É fazer delle e della uma só alma em dous corpos! É obliterar os

98.tempos de obscurantismo e crueldades. Os argumentos do honrado articulista peccão pela

99.base, tem falta de logica; são notoriamente viciosos, são conforme os classifica o Genuense,

100.argumentos *ad hominem*, isto é, são falsos; e nada mais é preciso acrescentar, logo que

101.isto fica dito.

102.No mais em tempo continuaremos.

ANEXO 5

A racional emancipação da mulher - 2 de junho 1889

1.O *Sexo Feminino* surgindo novamente na immensidade do oceano das idéas apregoadas pela
2.liberdade, não faz mais do que concorrer com o seo pequeno, porém franco apoio, para fazer
3.vingar a idéa que a maioria das nações civilisadas afagam, fazendo refulgir a racional
4.emancipação da mulher como a satisfação unica do grande principio de igualdade prégado
5.pelo Martyr do Golgotha.
6.Hoje todos os povos são livres, ou pugnam pelo direito de igualdade, os poucos que por
7.excepção ainda gemem na escravidão combatem em luta incessante pela sua autonomia;
8.todos os pensamentos se manifestam francamente e esforçam-se por obter sua liberdade,
9.fazendo resaltar por toda a parte o contraste que ha entre o presente e o passado!
10.Repitamos: todas as nações sacodem esses restos de grillhões que antes se oppunham ao seu
11.aperfeiçoamento moral e intellectual, e erguendo-se ao seu verdadeiro nível, attingem de dia
12.em dia seu fito principal – *A civilização da humanidade...*
13.Pois bem, se o século presente é o seculo das luzes e o da batalha da civilisação – *A racional*
14.*emancipação da mulher* não podia nem póde deixar de entrar na arena do combate travado
15.para a restauração dos direitos da mulher. Entre os milhares de problemas que agitam hoje
16.todos os espiritos, consideramos o da *racional emancipação* do nosso sexo o de maior
17.importância; sabemos que é sem duvida um problema immensamente difficil de ser
18.resolvido, ao menos de prompto!... Esta questão é de grande momento e de alcance sério
19.para ambos os sexos; mas, uma vez resolvida, estará cumprida a phrase de Flamarion: "A
20.verdadeira liberdade consiste na soberania da intelligencia."
21.Todos os que adoptam nossas idéas (e são esses os bons pensadores) concordarão que esta
22.questão, estudada sériamente, merece ser considerada como de grande eminência social.
23.Pois bem! Eis-nos chamando em nosso auxilio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas
24.luzes intellectuaes e com suas assignaturas.
25.Não conseguiremos os fins sem applicarmos os meios.
26.Quando trata-se de uma questão transcendente como esta, devemos todos unirmo-nos e
27.banir de nossas idéas todos os erroneos preconceitos que sufocam e amortecem o passo que
28.tentamos dar a favor do progresso da humanidade.
29.A racional emancipação é uma das verdades grandiosas que se apresentam ao nosso
30.espírito.

31. Temos lutado por propagal-a, e sem fatigarmo-nos, lutaremos até attingir nosso
32. desideratum.

33. Diz Hume – “Sempre que uma verdade nova quer iluminar o mundo, seu propagador
34. encontra o Golgotha; nós, certamente, encontraremos esse Golgotha!!...

35. Paciencia; com esta sublime virtude, a folha da amoreira se transformará em precioso
36. setim.

37. Desde que subimos a tribuna universal da imprensa, redigindo este pequeno periodico,
38. elevamos nossa voz em prol de nossos direitos, até hoje pouco prezados ou com revoltante
39. injustiça postergados; tomamos sobre nossos fracos hombros a difficil tarefa de defendel-
40. os em causa própria, e em que o sexo forte é juiz e parte!...

41. O tempo é o Protheu que, incansável, luta até obter a verdade e dobra-se ante as
42. exigências da epocha. As sciencias anatômicas mostram a igualdade da intelligencia da
43. mulher á do homem, no estudo das sciencias. Algumas senhoras que as estudaram provam
44. que as ficam sabendo perfeitamente tanto quanto as sabem elles.

45. A sociedade moderna não educa a mulher exclusivamente para gloria e ornamento dos
46. salões, educa-a para ser útil a si e á humanidade.

47. Já se ensina á mulher a sciencia da vida, e a vida não é uma cousa simples; ha na vida a
48. vida physica, moral e intellectual, ou antes a vida da familia, do individuo e da sociedade. O
49. aperfeiçoamento physico, moral e intelectual da mulher não é uma utopia: é idea
50. realizada.

51. Cada povo tem suas idéas dominantes e que as dissipam diante de uma nova idéa do seu
52. seculo.

53. Hoje, no seculo XIX, está mais que demonstrada a maravilhosa importância que a mulher
54. tem na regeneração da humanidade: E no lar da familia, que é a sociedade em miniatura, é
55. que póde e deve ser aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais
56. permittido negar-se a sua superioridade na educação e instrucção da mocidade.

57. Neste seculo a mulher acompanha passo a passo o progresso intellectual do homem, tendo
58. mesmo provado muitas vezes superioridade no mundo moral e sensível. Para provar o
59. que acabamos de avançar, temos innumerous factos tanto na historia antiga, como na média
60. e contemporanea.

61. As áureas leis de 28 de setembro de 1871, e a de 13 de Maio de 1888, são acontecimentos
62. immorredouros! E que bem alto attestam a energia e capacidade da mulher. A heroína que
63. apresentou ao ilustrado parlamento brasileiro a áurea lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888.

64. mostrou que não somos, como dizem os pessimistas, entes fracos e aos quaes compete
65.eterna tutela. Sabem todos que muitas vezes, apresentando-se dificuldades insuperáveis
66.para os homens, são estas resolvidas por mulheres que aparecem como que adrede para
67.triumphar dos obstaculos e dificuldades. Diz-se neste caso foi o dedo da *Providencia*, e nós
68. não o refutamos!...

69.Repitamos mais uma vez: Sem Cornelia o que fariam os Grachos?

70.Quem libertaria do poder do feroz Holofernes seu povo oprimido, senão a meiga Judith?

71.Sem a excelsa Princeza Imperial *D. Isabel, Redemptora*, o que seria da misera raça, que há
72.tanto tempo era oprimida pela escravidão?

73.Si bem que todos os brasileiros se congregassem em torno da santa idéa da liberdade, não
74.podemos negar que o bom resultado alcançado sem abalo nem sangue, para a nossa chara
75.pátria, devemol-o a virtuosa e enérgica Princeza *D. Isabel!*...

76.O tempo, crysol em que se depuram todas as opiniões, mostrará a verdade desta
77.proposição: *Ce que femme veut, Dieu Le veut.*

78.Vejamos, pois, boas mãos, o terreno é nosso, não o deixemos sem cultura, e nossa colheita
79.será na proporção do que semeiarmos; a principal idéa de abrir todas as carreiras ao
80.nosso deprimido sexo por meio da instrução ministrada pela mãe de família.

81.A marcha e o movimento do progresso de idéas novas é sempre lenta, porém não esta
82.longe o dia em que a obra da perfectibilidade do gênero humano será preenchida pela
83.educação do homem, dada pela mulher. É a epocha da luz!...Foram se as trevas... Todos os
84.povos se congregam em torno da sacrosanta idéa da igualdade e da fraternidade. Avante,
85.pois, amáveis conterrâneas!...

ANEXO 6

A racional emancipação da mulher - 5 de julho de 1889

1. Em nosso artigo precedente dissemos que a mulher prima maravilhosamente na concepção de
2. idéa de verdades sublimes e universaes. Sabemo-lo, confessamol-o que o ideal adoravel, a
3. harmonica igualdade de direitos e autonomia social não attingiremos, em nossos dias ao menos,
4. todavia, de essencia divina crendo sermos modeladas, ousamos esperar que breve, muito breve,
5. veremos alguma modificação n'este sentido, isto é, em favor de nossos direitos. Os senhores do
6. sexo forte inutilmente farão da mulher automatós, ou melhor dizendo: *entes passivos* e sem
7. iniciativa propria.

8. Pelo rigor de injustos artigos do nosso codigo civil, a mulher morre continua e moralmente,
9. apesar de incansavel nos sacrificios que faz pelo homem, morre sim, e na mais rigorosa
10. *escravidão*! A vida de humilhação que a mulher tem tido mata e matará sempre a vida de
11. deveres santos a que Ella se consagra.

12. Sabemos que só espiritos superficialmente cultivados podem inconscientemente ser levados
13. para ponto diverso ao do nosso fim. Muitas vezes phantasias perniciosas formularam systemas
14. completamente extranhos aos mais elementares ensinamentos do melhor senso commum, e,
15. abandonam-se tristemente a erros, e prejuízos inconvenientes para um programma util á
16. humanidade. Assim pois, mais uma vez dizemos que si queremos a igualdade de direitos, a nossa
17. liberdade de acção, e autonomia no lar domestico é com o fim de fazermos com que a sociedade
18. attinja seu aperfeiçoamento moral e social.

19. Em presença das leis naturaes todas as paginas escriptas pelos homens, nos codigos civis, estão
20. cheias de erros. O espírito geral do livro divino que se deve attender e não o que é feito pelo
21. homem.

22. Á mulher e não ao homem foi dada a missão magestatica de ser a mãe do genero humano.
23. Como reinar sobre a terra dando leis fazendo-se despoticamente obedecer por aquella que deu-
24. lhe o ser tendo em suas mãos a vida? Triste é o pensarmos que no seculo das luzes ainda haja
25. insensatos que combatam nossas idéas, valendo-se da lei civil, escripta por elles, para servir-lhes
26. de trincheiras inepugnavies ás suas opiniões despoticas.

27. A verdade é uma força irresistível que nos arrasta para o bem e não sendo ella monopólio de
28. ninguem não perde a sua essencia pela humildade de seus apóstolos. Com as mãos na
29. consciência até onde chegarem nossos fracos recursos de intelligencia, da imprensa, tribunal
30. universal, bradaremos, implorando ao governo, aos nossos concidadãos ás nossas amigas;
31. assignantes desse jornal, todo o auxilio em favor da fundação de casas de educação destinadas
32. ás meninas pobres.

33. Não poderemos attingir o fim ai não empregando os meios para conseguil-o. Em outros
34. anteriores artigos deste periodico já noticiamos ás nossas amigas que na Europa existem muitos
35. estabelecimentos organizados por meio de associações de senhoras. Repitamol-o: Reunindo-se
36. diversas mãis de familia, obtêm por meio de uma collecta de pequenas contribuições a
37. fundação de um estabelecimentos onde collocam as meninas pobres de sua affeição e que
38. melhores qualidades apresentam.

39. Estas protegidas não são asyladas, ao contrario são collegiaes e conservadas em ditos
40. estabelecimentos emquanto ás suas protectoras convêm. Fazem tambem, debaixo do mesmo
41. plano, mais isto emquanto não pódem fundar de prompto a casa de educação que desejam,
42. cream logares de pensionistas, por meio de uma collecta, nos collegios de sua confiança, e alli
43. collocam suas protegidas, e as retiram quando lhes apraz.

44. Esta idéa de caridade, feita á sombra, generalisa-se, e sendo muitas as contribuintes, muitos são
45. os logares creados nos collegios.

46. Em França premeia-se a menina de melhor comportamento da localidade, dando-se o logar
47. creado no collegio e nessa occasião coroam-na de rosa dando-se o sympathico nome de Rosière.
